

UNIVERSIDADE TUITI DO PARANÁ

JANAÍNA ALINE SANTOS

**'O QUE O FEMINISMO TEM A VER COM O DIA DA MULHER?':
RESSIGNIFICAÇÕES DO DISCURSO SOBRE MOVIMENTOS
FEMINISTAS POR MEIO DA INTERATIVIDADE EM COMENTÁRIOS
DE NOTÍCIAS NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK**

CURITIBA

2018

UNIVERSIDADE TUITI DO PARANÁ

JANAÍNA ALINE SANTOS

**'O QUE O FEMINISMO TEM A VER COM O DIA DA MULHER?':
RESSIGNIFICAÇÕES DO DISCURSO SOBRE MOVIMENTOS
FEMINISTAS POR MEIO DA INTERATIVIDADE EM COMENTÁRIOS
DE NOTÍCIAS NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Mestrado em Comunicação e Linguagens, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Linguagens.
Orientadora: Monica Fort

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S237 Santos Janaína Aline.

'O que o feminismo tem a ver com o dia da mulher?':
ressignificações do discurso sobre movimentos feministas por
meio da interatividade em comentários de notícias no site de
rede social Facebook / Janaína Aline Santos; orientadora Profª.
Drª. Monica Fort.

130f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2018.

1. Movimentos feministas. 2. Site de rede social.
3. Discurso. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens/ Mestrado em Comunicação e Linguagens. II. Título.

CDD – 305.42

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

JANAÍNA ALINE SANTOS

'O QUE O FEMINISMO TEM A VER COM O DIA DA MULHER?': RESSIGNIFICAÇÕES DO DISCURSO SOBRE MOVIMENTOS FEMINISTAS POR MEIO DA INTERATIVIDADE EM COMENTÁRIOS DE NOTÍCIAS NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Linguagens do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Comunicação e Linguagens, na linha de Processos Mediáticos e Práticas Comunicacionais, da Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr ^a Monica Fort

Prof. Dr. Geraldo Pieroni

Prof. Adriana Baggio

Curitiba, 26 de Junho de 2018

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O DISCURSO E O CONTROLE DO ESPAÇO PÚBLICO	19
3 O DISCURSO FEMINISTA E A LUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO.....	31
3.1 FEMINISMO DE PRIMEIRA ONDA	35
3.2 FEMINISMO DE SEGUNDA ONDA	40
3.3 FEMINISMO DE TERCEIRA ONDA.....	47
3.4 FEMINISMO DE QUARTA ONDA?.....	49
4 ANÁLISE DAS RESSIGNIFICAÇÕES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK	54
4.1 RECORTE.....	62
4.2 POSTAGENS SELECIONADAS.....	72
4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	76
4.4 ANÁLISE DE DISCURSO	106
5 CONCLUSÃO.....	121
6 REFERÊNCIAS.....	124

RESUMO

A construção histórica dos movimentos feministas se deu em um constante processo de ressignificação em que significados e comportamentos foram negociados, discutidos e combatidos em discursos dentro dos próprios movimentos feministas e em embates com a sociedade e contradiscursos que visavam a combater o discurso feminista. Com a utilização cada vez mais intensa de *sites* de redes sociais, seus usos se ampliam, tornando-o uma plataforma para leitura de notícias, bem como para mobilizações sociais. Assim, o *sítio* de rede social Facebook, como outros, se torna uma mídia importante para leitura de notícias. Contudo, ela possui suas particularidades, principalmente ao permitir que os conteúdos veiculados concorram ao lado de um fórum de comentários que também possuem práticas discursivas próprias e vão discutir os conteúdos veiculados. Contudo, tratando-se de uma minoria política como as mulheres, estes discursos podem se tornar potencialmente problemáticos ao permitir um fórum livre de discursos e interações, que podem também atuar para construir discursos sobre o feminismo. Assim, quando são veiculadas notícias sobre os movimentos feministas, como a interatividade entre os discursos presentes nas caixas de comentários de notícias veiculadas no *sítio* de rede social Facebook ressignifica os discursos sobre o movimento feminista? Para verificar essa dinâmica nas interações dos comentários no *sítio* de rede social, a pesquisa verificou as postagens de cinco veículos (O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e A Tarde) durante o Dia Internacional da Mulher dos anos de 2017 e 2018 e uma amostra de seus respectivos comentários. A metodologia apoiou-se na análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016) e nos estudos críticos de discurso de Teun Van Dijk (2017).

Palavras-chave: Movimentos Feministas. Site de Rede Social. Discurso.

ABSTRACT

The historic construction of the feminist movement occurred in a constant process of redetermination in which meanings and behaviors was negotiated, discussed and fought within the feminist movement, as well in shock with society and its counter-speech that aimed at combating feminist discourse. With the increasing use of social networking sites, its uses expand to become a platform for reading news, as well as for social mobilizations among its varied uses and purposes. The Social Network site Facebook, as others, has become an important media for news. However, it has its particularities, mainly by allowing content to be submitted concurrently with a feedback forum that also re-signifies the content being served. Being a political minority such as women, these discourses can become potentially problematic by allowing a forum of free speech and interactive clashes that can also act to re-signify news and build discourses on feminism. When news about feminist movements is published, how the shock between the speeches present in the news comment boxes posted on Facebook re-signifies the discourses on the feminist movement? In order to verify this dynamics of re-signification in the interactions of the comments on the social network site, the research verified the postings of five vehicles (O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo and A Tarde) during International Women's Day of the year 2017 and 2018 and a sample of their respective comments. The methodology was based on the content analysis of Laurence Bardin (2016) and the critical discourse studies of Teun Van Dijk (2017).

Keywords: Feminist Movement. Social Network Sites. Discourse

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – caricatura ironizando a luta sufragista	37
Figura 2 – Capa Da Revista Época De Novembro De 2015.....	52
Figura 3 – Postagem Em Perfil Pessoal No Facebook	55
Figura 4 – Painel De Postagem E Ações De Uma Página No Facebook	56
Figura 5 – Postagem Do Facebook Da Página Da Folha De S. Paulo	57
Figura 6 – Comentário Em Postagem No Facebook	58
Figura 7 – Comentário Destacado Em Postagem No Facebook	58
Figura 8 – Comentário Destacado Em Postagem No Facebook	59
Figura 9 – Reações Em Comentário De Postagem No Facebook.....	59
Figura 10 – Postagem Do Facebook Da Página Da Folha De S. Paulo Compartilhada Em Perfil Pessoal	60
Figura 11 – Postagem Do Facebook Da Página Da Folha De S. Paulo Compartilhada Em Perfil Pessoal	61
Figura 12 – Média De Circulação Digital De Jornais No Brasil.....	62
Figura 13 – Postagem De O Globo No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2018	67
Figura 14 – Postagem De Gazeta Do Povo No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2018	68
Figura 15 – Postagem De 8m Brasil No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2018	69
Figura 16 – Postagem De O Globo No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2017	71
Figura 17 – Postagem De O Globo No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2017	72
Figura 18 – Postagem De Folha De São Paulo No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2017	73
Figura 19 – Postagem Do Estado De São Paulo No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2017	74
Figura 20 – Postagem De A Tarde No Site De Rede Social Facebook No Dia Internacional Da Mulher De 2017	75
figura 21 – postagem de o globo no site de rede social facebook no dia internacional da mulher de 2017	85
Figura 22 –Tratamento Da Amostra Da Postagem De O Globo	86
Figura 23 – Posicionamento Sobre Os Movimentos Feministas.....	87
Figura 24 –O Globo: Violências Verbais.....	88
Figura 25 –Comentário Classificado Como Ofensa Na Postagem De O Globo	88
Figura 26 –Comentário Classificado Como Tarefa Doméstica Na Postagem De O Globo	89
Figura 27 –O Globo: Orientação Política	89
Figura 28 –O Globo: Estereótipos Feministas	90
Figura 29 – Comentário Classificado Como E2 Na Postagem De O Globo.....	90
Figura 30 – Comentário Classificado Como E1 Na Postagem De O Globo.....	91
FIGURA 31 – PUBLICAÇÃO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK DA FOLHA DE S. PAULO	92
Figura 32 – Folha: Tratamento Da Amostra.....	92
Figura 33 – Folha: Posicionamento Sobre Os Movimentos Feministas.....	93
Figura 34 – Folha: Violências Verbais	94

Figura 35 – Folha: Orientação Política	94
Figura 36 – Folha: Estereótipos Feministas.....	95
Figura 37 – Publicação No Site De Rede Social Facebook De Estado De São Paulo	96
Figura 38 – Estadão: Tratamento Da Amostra	97
Figura 39 – Estadão: Posicionamento Sobre Movimentos Feministas	98
Figura 40 – Estadão: Violências Verbais	98
Figura 41 – Estadão: Violências Verbais	99
Figura 42 – Estadão: Violências Verbais	99
Figura 43 – Estadão: Orientação Política	100
Figura 44 – Estadão: Estereótipos Feministas	101
Figura 45 – Publicação No Site De Rede Social Facebook De A Tarde.....	102
Figura 46 – A Tarde: Tratamento Da Amostra.....	103
Figura 47 – A Tarde: Posicionamento Sobre Movimentos Feministas	103
Figura 48 – A Tarde: Violências Verbais	104
Figura 49 – A Tarde: Orientação Política.....	105
Figura 50 – A Tarde: Estereótipos Feministas.....	105
Figura 51 – Comentário Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	108
Figura 52 – Comentário Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	109
Figura 53 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	111
Figura 54 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	112
Figura 55 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	113
Figura 56 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	113
Figura 57 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	115
Figura 58 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	116
Figura 59 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	117
Figura 60 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	118
Figura 61 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	119
Figura 62 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	119
Figura 63 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	120
Figura 64 – Comentários Em Postagem Do Site De Rede Social Facebook.....	120

1 INTRODUÇÃO

Ao olhar para as redes sociais eletrônicas, somos levados a ter uma visão apaixonada de um mundo em que todos possam se conectar e ter acesso a informações por meio da internet, em uma democracia universal e coletivista. Já na década de 1990, o filósofo Pierre Levy (1999) anuncia esse ideal formulando sua tese de que o espaço virtual de comunicação formado pelas novas tecnologias – o ciberespaço – seria o suporte para a inteligência coletiva, fornecendo um ambiente propício para cooperação internacional, acúmulo e desenvolvimento de saberes.

Não são raros os exemplos positivos do uso da tecnologia, em que o emprego de uma determinada ferramenta de comunicação foi determinante para o exercício comunicacional positivo. Como em casos de desastres naturais, em que a velocidade dos veículos de comunicação *on-line* e dos *sites* de redes sociais (SRS) auxilia o processo por ajuda humanitária.

De igual maneira, também há discursos essencialmente positivos quanto ao uso de *sites* de redes sociais para coordenação de movimentos sociais. Em especial, o movimento feminista, objeto desta pesquisa. Em 2015, uma série de protestos virtuais extrapolou o ambiente dos *sites* de redes sociais e ganhou as ruas, o movimento ficou conhecido como *Primavera das Mulheres*. A cobertura da revista *Época* (GRILLO, 2015) sobre o movimento relata os acontecimentos demonstrando que os SRS foram o palco para que as mulheres expusessem violências sofridas e se mobilizassem para que o movimento ganhasse as ruas.

Não há dúvidas de que no ambiente das redes sociais eletrônicas há suportes que podem contribuir para mobilizações sociais, tendo em vista que permitem a colaboração a distância, os protestos virtuais, sem o risco da exposição física, e a circulação de informação entre movimentos sociais. Contudo, é preciso olhar a tecnologia em seus variados usos e analisar criticamente suas consequências.

Heidegger (2012) nos desafia a refletir sobre a tecnologia – a técnica – não como um meio para determinado fim, mas sim buscar “desencobrir” sua essência. A essência da técnica não está nela em si, mas fora dela, desta maneira, não se esgota ao cumprir o fim para o qual foi desenvolvida, mas é no viver que seus usos ocultam. Assim:

O decisivo da técnica não reside, pois, no fazer e manusear, nem na aplicação de meios, mas no desencobrimento mencionado. É neste desencobrimento e não na elaboração que a técnica se constitui e cumpre em uma produção. (HEIDEGGER, 2012, p. 18)

Questionar a técnica, para o autor, é um caminho de pensamento. Contudo, é preciso fazê-lo livre de suposições e preconcepções. Nesse sentido, questionar a técnica é uma forma de buscar uma livre relação com ela.

Pode-se considerar correta a concepção da técnica como um meio para determinado fim produzido pela humanidade. A concepção da técnica, segundo Heidegger, também passa pela sua determinação instrumental e antropológica. Porém, ela não se encerra aqui; para buscar a essência da técnica, é preciso transpassar a relação instrumental, buscando, em vez de uma relação com o correto, o verdadeiro – sua essência, ainda que a busca pela essência não se encerre.

Uma das formas de pensar a técnica é pensar o contexto da técnica a partir de palavra grega *téchne*, que significa ter conhecimentos na produção. Produzir se torna um elemento da própria técnica, tornar acessível algo que antes não estava disponível ou presente. Para Heidegger, portanto, a produção técnica, no Ocidente, seria por meio das modernas ciências matemáticas e sua relação com a natureza. Assim, “pela técnica moderna é descerrada a energia oculta na natureza, o que se descerra é transformado, o que se transforma é reforçado, o que se reforça é armazenado, o que se armazena é distribuído” (HEIDEGGER, 1972).

Este processo explica a produção da energia de uma hidroelétrica, por exemplo. Em uma primeira etapa, há o desocultamento da energia na que na forma de queda d’água cai, depois essa energia é coletada e transformada por intermédio das usinas. A próxima etapa é armazenar a energia e então distribuí-la para os mais diversos usos. Após essa etapa, é necessário garantir que o processo possa ser repetido calculando as possibilidades de sua realização.

Esta forma de experimentar a técnica também altera a forma como a humanidade se relaciona com a natureza. Assim, o rio não é mais um rio, com seus biomas e ecossistemas e sua importância em relação à natureza e à sociedade, mas a fonte de energia que alimenta a hidroelétrica.

E o que significa buscar a essência da técnica quando tratamos de tecnologias de comunicação modernas como o site de rede social Facebook? Primeiramente, significa liberar-se de uma relação instrumental com a tecnologia.

Inicialmente, *sites* de redes sociais são definidos por Boyd e Ellison (2007) como sistemas que permitem: i) a construção de uma persona; ii) a interação por meio de comentários; e iii) a exposição pública da rede social de cada ator. Embora geralmente *sites* de redes sociais sejam confundidos como a própria rede social *per se*, eles atuam somente como suporte para as interações que constituirão a rede social (RECUERO, 2014, p. 103). O uso proposto inicialmente seria, então, o da interação social.

No entanto, seus usos ultrapassam o fim para que a tecnologia se propõe, além de esconder vocações ocultas da ferramenta que, no contexto atual, estão passando por escrutínio público. É possível definir, portanto, o Facebook apenas como um *site* de rede social, mas é preciso questionar: que fins a ferramenta possui que não apenas o seu uso instrumental?

Um exemplo desse questionamento sobre os fins do Facebook aconteceu no dia 10 de abril de 2018, quando o criador do Facebook, Mark Zuckerberg compareceu em frente ao senado americano para se defender de alegações de uso indevido de dados dos usuários por empresas e as implicações desses usos frente a democracia (CARAZZAI, 2018). Durante a sessão, Zuckerberg afirmou que o Facebook é uma plataforma para conectar pessoas de forma positiva. Não é difícil perceber que o fim de conectar pessoas foi atingido, afinal, hoje, estão no *site* de rede social 2,13 bilhões de usuários (ESTADÃO, 2018). Porém, seus usos não se encerram nestas conexões e também é possível afirmar que nem todas as conexões são positivas.

Primeiramente, é preciso questionar a origem da própria ferramenta, que surge em um contexto de misoginia e machismo extremo. Antes de se tornar o Facebook, o embrião do *site* era uma plataforma chamada Facemash, criada por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin e Chris Hughes, na universidade de Harvard. O objetivo inicial do programa era classificar “quem era quente ou não, no sentido de ser sexualmente atraente”. O site apresentava duas fotos de estudantes e pedia que os usuários classificassem quem era a mais “quente”. Mark Zuckerberg foi o autor do código do *site* e também teria invadido dados pessoais de alunos para alimentar os perfis com fotos e dados dos estudantes. O caso levou o empresário a ser acusado pela instituição de quebra de segurança, violação de *copyright* e violação de privacidade (TEIXEIRA, 2012).

Quando o Facesmash se tornou Facebook, todas as ligações com o passado problemático tentaram ser apagadas pelos seus proprietários, mas os problemas

enfrentados com misoginia e machismo não se encerraram. Um caso evidente destes usos problemáticos está na censura realizada aos corpos femininos no *site*. Enquanto imagens com seios femininos são censuradas pela ferramenta, mamilos masculinos não sofrem a mesma censura. Esse problema foi evidenciado pela campanha realizada pela artista Micol Helbron, que utilizou imagens recortadas de mamilos masculinos sobre os seios femininos para burlar a censura de postagens e evidenciar o problema de viés (MARTINELLI, 2015). Ou seja, embora se intitule como uma plataforma livre e de conexões positivas, há uma censura em curso na ferramenta que atinge especialmente mulheres em suas formas de expressão.

Também é preciso questionar os fins políticos do Facebook. A ferramenta admite que qualquer pessoa possa realizar anúncios, aumentando o alcance de conteúdos dentro dos perfis de usuários. Assim como nos veículos da mídia tradicional, em que a relação entre anunciantes e a informação vem sendo questionada, a transparência das relações comerciais dentro da ferramenta também estão. Um caso ilustrativo da falta de transparência dessa relação surgiu com o questionamento por parte da opinião pública com a descoberta de que anúncios conhecidos como “*dark posts*” – em que um conteúdo que não aparece oficialmente como publicado por uma página – podem ser utilizados como publicidade e, dessa maneira, foram usados como estratégia para mudança de opinião do eleitorado por meio de uma segmentação estratégica durante a campanha para presidência americana em 2017 (LAPOWSKY, 2017). Dessa maneira, qualquer usuário ou grupo político pode fazer uso de publicidade dentro da ferramenta, pois o único controle realizado sobre ela é da própria plataforma, ou seja, somente o Facebook realiza uma autorregulação.

Este contexto de questionamento sobre a influência do Facebook nas democracias leva a outras questões acerca da própria técnica. Em outros momentos históricos, parecia menos complexo buscar a essência da técnica porque ela nos parecia mais palpável. Compreender a produção de um jornal e suas etapas era simples, assim, desvelar a essência para além dos fins talvez parecesse uma reflexão possível porque dominávamos, ou compreendíamos de alguma maneira, o saber da técnica. Essa busca parece ainda mais complexa, uma vez que não dominamos a *téchne* e os algoritmos que operam as ferramentas soam emaranhados secretos e em constante evolução, difíceis de compreender para o público leigo.

Ainda que não seja possível esgotar a essência da técnica, a busca desta pesquisa reside em contribuir para a compreensão de questionar algumas de suas essências, justamente onde residem usos possivelmente problemáticos da tecnologia.

Embora o Facebook seja considerado um *Site* de Rede Social, sua finalidade como um conglomerado de notícias também precisa ser problematizada. Os brasileiros passam em média 650 horas por mês em *sites* de redes sociais, sendo 290 horas a mais do que utilizam para acessar portais de informação na internet, segundo pesquisa divulgada pela ComScore (2015). Além disso, também passam 90% do tempo que utilizam *smartphones* em *sites* como Facebook, Twitter, Instagram e Pinterest. A pesquisa *Consumo de Notícias do Brasileiro*, publicada pelo *Meio e Mensagem*, deixa essa vocação ainda mais clara: 78% dos brasileiros utilizam os *sites* de redes sociais para se informar (MEIO&MENSAGEM, 2016). Ou seja, os *sites* de redes sociais são meios essenciais para obtenção de informação. E o que a circulação de informação nestes meios implica?

Uma notícia postada em sua plataforma por um veículo jornalístico vem acompanhada de um fórum de comentários com uma variada gama de possibilidades de interatividade. Esse fórum de comentários e seus discursos também ressignificam a notícia, uma vez que permitem aos atores debaterem, complementarem ou até mesmo refutarem o conteúdo presente na notícia. O leitor tem papel ativo no processo de produção da notícia, atuando ao mesmo tempo como produtor e receptor. Assim, o jornalista, como nos demais veículos, não detém a totalidade do discurso produzido, “seu ato se encontra no meio de uma rede de interdiscursos, de fluxos de meios e de produções de coenunciadores” (NETO, 2012), mas neste espaço midiático o discurso produzido por ele concorre imediatamente ao lado de outros discursos.

É preciso lembrar que o acesso à informação é um direito humano. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos explicita que: “...todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (ONU, 2009). Também a Constituição Federal atenta para o direito à informação em seu artigo 5º, no inciso IV, em que é assegurada a “...livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”, bem como no inciso XIV, que assegura “...a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988).

Embora seja um direito universal, minorias políticas têm diferentes acessos à informação. O relatório sobre Proteção e Promoção da Liberdade de Expressão realizado pelas Nações Unidas (2010) demonstra que a liberdade de expressão e os direitos das mulheres estão especialmente interligados. Porém, desigualdades históricas entre homens e mulheres, incluindo tradições culturais, religiosas e históricas, influenciam o acesso à informação, a liberdade de expressão e o poder de tomar decisões informadas, prejudicando a obtenção unilateral desse direito.

Assim, como um ambiente livre para interações, o Facebook pode permitir que, ao lado dos conteúdos veiculados, também concorram abusos e assédios, bem como informações falsas publicadas junto às informações verdadeiras. Esse contexto pode ser ainda mais problemático tendo em vista que minoria políticas historicamente sofrem com estruturas sociais que buscam prejudicar seu acesso aos espaços públicos.

Como minoria política, as mulheres precisaram lutar para ter reconhecido seu direito aos espaços públicos. No Brasil, foram anos de luta para terem reconhecidos direitos básicos como a liberdade, o voto e a educação. Essa luta se deu também por meio de uma constante ressignificação sobre os discursos de gênero, sexo e a própria questão dos movimentos em si. Ao mesmo tempo em que as mulheres lutam para renegociar sentidos que incluem sua presença e de suas questões na sociedade, também ressignificam sentidos sobre o próprio movimento, que vai se transformando no embate entre as próprias ativistas, bem como por meio da reação da sociedade aos movimentos feministas.

Com a articulação dos movimentos feministas nos sites de redes sociais por intermédio dos movimentos Marcha das Vadias e da sucessão de eventos que culminaram na Primavera Feminista, a intersecção entre os feminismos e os sites de redes sociais torna-se um assunto emergente. Neste sentido, o olhar desta pesquisa volta-se especialmente para a interatividade nas caixas de comentários nos portais de notícias no site de rede social Facebook como espaço particular para o embate discursivo e espaço para ressignificação de discursos sobre os movimentos feministas.

Desse contexto, nasce a pergunta desta pesquisa: Como o embate entre os discursos presentes nas caixas de comentários de notícias veiculadas no site de rede social Facebook ressignificam os discursos sobre o movimento feminista?

Como objetivo principal, propõe-se analisar as práticas discursivas que buscam ressignificar os discursos sobre as mulheres que pertencem aos movimentos feministas. De que maneira essas práticas discursivas atuam para ressignificar os movimentos feministas?

De forma secundária, objetiva-se pesquisar práticas como o uso de discursos de ódio, ofensas e outros recursos direcionados às mulheres e como eles atuam na dinâmica interativa das caixas de comentários e na construção do espaço interativo destas.

O objeto desta pesquisa foram postagens relacionadas à temática dos movimentos feministas publicadas em sites de redes sociais de autoria de portais de notícias durante o Dia Internacional da Mulher, 8 de março – data simbólica para os movimentos feministas – e os comentários destas postagens.

Para Eva Blay, a data tem sido alvo de polêmicas e embates. Enquanto há apropriações de seus significados como data festiva de uma comemoração “despolitizada” da feminilidade, a data também relembraria a luta histórica dos movimentos feministas:

O dia 8 de março é dedicado à comemoração do Dia Internacional da Mulher. Atualmente tornou-se uma data um tanto festiva, com flores e bombons para uns. Para outros é relembrada sua origem marcada por fortes movimentos de reivindicação política, trabalhista, greves, passeatas e muita perseguição policial (BLAY, 2001)

A data foi proposta em 1910, pela militante Clara Zetkin, inicialmente sem uma data definida e estabelecida como 8 de março pela ONU em 1977. Todos os anos, a data é bastante associada ao incêndio ocorrido em 1911, na *Triangle Shirtwaist Company*, no contexto de lutas trabalhistas que vitimaram mais de 100 mulheres. Nos anos seguintes, somam-se mobilizações à data, ficando claro o objetivo de demarcar o 8 de março como um momento para a luta feminista. Esse contexto será explorado no capítulo 2, que trata do histórico da luta feminista no Brasil.

Em 2017 e 2018, período em que foi realizada essa pesquisa, o 8 de março também foi marcado por mobilizações de grupos sociais. Movimentos feministas nacionais e internacionais articularam-se para discutir uma greve de mulheres e realizaram passeatas por várias cidades. Assim, o 8 de março é um momento significativo para analisar discursos sobre os movimentos feministas.

Para o recorte dos veículos, utilizamos os 20 maiores jornais em circulação paga digital, segundo a Associação Nacional Jornais (ANJ, 2015). Destes veículos, procurou-se verificar como se deu a cobertura sobre o Dia Internacional da Mulher em 2017 e 2018 e selecionar dentre as postagens aquelas que tratavam de movimentos feministas.

Assim, foram selecionados todos os veículos que possuíam alguma postagem que tratasse dos movimentos feministas durante o 8 de março. Consideramos postagens sobre os movimentos feministas aquelas que os citam de alguma maneira, por meio de coberturas de manifestações de rua, resgates históricos etc.

Buscamos selecionar uma postagem de cada veículo que tratou do tema e, caso houvesse mais de uma postagem, aquela que tivesse maior audiência. Descobrir qual é a postagem de maior audiência não é tão simples quanto parece. Para receber o conteúdo de uma página e suas postagens, o perfil de um ator precisa clicar no botão curtir e, assim, passa a seguir o conteúdo daquela página. Contudo, o Facebook não distribui o conteúdo igualmente entre os perfis e possui critérios próprios e não totalmente divulgados para determinar essa distribuição. Recentemente, uma das alterações visava a diminuir a distribuição de notícias e aumentar a gerada por perfis (TOZETTO, 2018). Assim, ter um grande número de seguidores não determina que um veículo tenha de fato audiência. Utilizamos o engajamento como métrica para determinar as postagens de maior audiência, uma vez que ele é a soma de todas as interações (comentários, compartilhamentos, *likes* etc.) e pode apontar os conteúdos que possuem mais interações no Facebook e, desta maneira, mais audiência. O número de engajamento das postagens foi coletado por meio da ferramenta Netvizz, desenvolvida para pesquisas e coleta de postagens no Facebook (RIEDER, 2013).

As postagens selecionadas para análise foram as dos veículos O Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e A Tarde. Percebeu-se que, durante o ano de 2018, não havia postagens que citassem os movimentos feministas diretamente; embora tenha sido realizada uma análise sobre o ano de 2018, todas as postagens selecionadas foram do ano de 2017.

Em uma etapa seguinte, foram selecionados os comentários para análise. No total, as postagens somaram 489 interações. Embora todos os comentários tenham sido lidos e analisados, para o processo metodológico foi realizado um tratamento amostral para redimensionar a população de análise do *corpus*. Após esse processo, a amostra final manteve-se em 314 comentários.

Segundo para o percurso metodológico, foi realizada análise de conteúdo dos comentários extraídos das postagens, por meio de uma categorização com base nos estudos de Lawrence Bardin (2016), também de Martin Bauer e George Gaskell (2015). Essa categorização dos comentários buscou entender padrões de comportamentos em segmentos textuais. A análise de conteúdo visa, por intermédio de um conjunto de técnicas de análise, a “obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2016).

Após a categorização realizada por meio da análise de conteúdo, as temáticas recorrentes nas interações dos comentários foram analisadas em seu discurso. A análise filia-se nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), em especial nos estudos de Teun A. Van Dijk (2017), por considerar que os discursos que circulam na sociedade não são neutros e contribuem para fortalecer ou combater desigualdades. Pesquisadores dos ECD possuem metas sociopolíticas claras de contribuir para uma mudança específica em favor de grupos dominados. Nesse sentido, os objetivos desta pesquisa devem refletir criticamente uma possibilidade de contribuição no entendimento das dinâmicas interacionais de discurso que influenciam para situações de uso das mulheres na sociedade brasileira.

No campo do discurso, também busca suporte nas discussões sobre discurso e espaço público em Patrick Charaudeau (2015) e Redes Sociais em Mark Granovetter (1973), Alex Primo (2007) e Raquel Recuero (2014), além de buscar traçar o caminho histórico da construção do discurso feminista no Brasil utilizando-se das pesquisadoras: Helena Hirata (2009), Clare Hemmings (2009), Mary del Priory (2017).

Desta maneira, no Capítulo 1 encontra-se uma discussão sobre o papel do discurso e suas dinâmicas no controle do espaço público; no Capítulo 2, a construção do discurso feminista por meio da luta pela ressignificação no espaço público; e, na sequência, no capítulo 3, a pesquisa empírica empreendida neste projeto.

2 O DISCURSO E O CONTROLE DO ESPAÇO PÚBLICO

Perceber o discurso além das formalidades da língua e de seu papel dentro da estrutura da comunicação é compreender sua influência na construção da realidade, uma vez que o discurso “permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (CHARAUDEAU, 2015, p. 12).

Antes de discutir sobre as dinâmicas do discurso, é preciso compreender o que de fato caracteriza um discurso. Neste aspecto, os teóricos Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau, filiados aos estudos do discurso, oferecem um arcabouço teórico sobre o tema.

O discurso pode ser definido em oposição a outros conceitos-chave. Neste caso, ele é diferente de uma frase e pode ser definido também como “uma unidade linguística constituída de uma sucessão de frases” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 168). Também em oposição à língua, uma vez que definida como sistema partilhado pelos membros de uma comunidade linguística, o uso realizado pelo discurso em contextos particulares filtra esses valores e pode suscitar novos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 168). O discurso pode ser concebido como “a inclusão de um texto em seu contexto” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 159).

Um discurso não é necessariamente somente uma frase ou um texto, ele “supõe uma organização transfrástica” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 170), diferente daquelas que regem a composição de uma frase. Como unidades específicas, os discursos estão submetidos a regras de determinada comunidade, que impõe o uso de seus gêneros. Em uma conversa de bar, não cabe o uso de um discurso formal utilizado em um tribunal, são os contextos e as regras da comunidade que determinam tais usos.

O discurso é orientado e concebido não somente em função do locutor, mas também em função do tempo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 170). Ele busca chegar a um propósito, um fim, mas pode conter desvios de sua finalidade ou curso (digressões). Também manifesta uma linearidade por meio de um jogo de antecipações revelado pelo locutor em determinados momentos, em expressões como “veremos que...”, “voltando ao ponto....”, compondo um espécie de painel de direção em que o locutor revela seu comando e suas direções por determinadas expressões (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 170) .

Também precisa ser visto como uma forma de ação, desta maneira, “toda enunciação constitui em um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar...) visando modificar uma situação”. Integrados, estes atos de linguagem podem compor gêneros específicos – um panfleto, um jornal, uma coluna (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 171).

Além dessas características, o discurso possui a interatividade. Em uma conversa, a interação é mais evidente, uma vez que “dois locutores coordenam suas enunciations, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre o outro” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 171). Nem todo discurso é resultado de uma conversação, contudo, o discurso é construído em relação a uma interatividade constitutiva, explícita ou implícita, com outros locutores reais ou virtuais. No caso do objeto de análise desta pesquisa, a conversação pode acontecer de várias formas, tendo em vista o produtor da postagem que gerou de comentários, no caso, o jornalista ou a jornalista responsável pela matéria, personagens presentes na matéria, outros atores presentes na caixa de comentários ou até mesmo atores que não estão presentes.

O contexto também é parte essencial do discurso. Ele não existe apenas como uma moldura ou um cenário em que os discursos são produzidos e passam a existir, não existe um discurso que não seja contextualizado, “não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto”, além disso, o discurso também contribuir para construir e modificar o próprio contexto em que ele existe (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 171).

O discurso é assumido. Ele existe em função de uma instância que se põe como fonte e indica sua postura em relação ao que é dito. Um interlocutor pode demonstrar diferentes graus de adesão ao que é dito (Segundo a Onu, as mulheres estão mais empoderadas...), mas é preciso que haja uma instância produtora para que haja um discurso.

Por fim, o discurso não é singular, ele existe e adquire sentido em um universo de outros discursos. Para interpretar um enunciado, é preciso colocá-lo em relação ao seu conjunto e de sua multiplicidade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 172). O discurso feminista existe em relação a toda sua produção histórica, todo discurso historicamente construído em oposição ao feminismo, bem como toda produção discursiva atual sobre o tema e as reações, paródias, estereótipos produzidos.

“O discurso controla mentes e mentes controlam a ação”. A perspectiva de Teun A. Van Dijk (2017, p. 18) revela a importância da análise crítica do discurso para além de uma ferramenta de transmissão de informação, como um instrumento de controle social que aqueles que detêm o poder e o acesso aos recursos de enunciação do discurso podem utilizar para perpetuação do poder.

Por entender que a relação entre homens e mulheres se mantém por séculos de forma desigual, adotou-se uma perspectiva de que os discursos que circulam na sociedade, neste caso, especialmente a brasileira, também não são neutros e participam ativamente reproduzindo dinâmicas de desigualdade e injustiças sociais. Dessa forma, o percurso teórico filia-se no *Critical Discourse Analysis* (CDA), ou, em português, Estudos Críticos de Discurso (ECD), em que o discurso não é apenas uma ferramenta da língua, mas compreendido também em relação com a complexidade da estrutura social (DIJK, 2017, p. 13).

Levando em consideração a multiplicidade das construções da linguagem, os Estudos Críticos de Discurso buscam compreender por que determinadas escolhas são realizadas dentro das práticas do discurso e a possível relação dessas escolhas com a dinâmica da estrutura social. Por exemplo, há estruturas gramaticais que são obrigatórias, mas escolher uma entre as infinidades de formas de denominar ativistas pelo direito das mulheres, como os termos “feminista” ou “feminazi”, pode revelar uma posição escolhida pelo falante. Assim, “o abuso de poder só pode se manifestar na língua onde existe possibilidade de variação ou escolha” (DIJK, 2017, p. 13).

Os Estudos de Discurso podem ser definidos como críticos, segundo Van Dijk (2017, p. 15), se buscarem os seguintes critérios:

- i) compreender as relações de dominação em perspectiva do grupo dominado e do seu interesse;
- ii) avaliar as experiências de membros do grupo dominado em relação ao discurso do grupo dominante;
- iii) determinar se as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas;
- iv) possibilitar a formulação de alternativas viáveis aos discursos dominantes que sejam compatíveis com os interesses dos grupos dominados;

A posição de pesquisa como crítica é foco de intenso debate, mesmo atualmente e fora do ambiente acadêmico, em veículos da mídia de massa, mas também tal posicionamento precisa ser tensionado criticamente, porque a não filiação política clara também é uma escolha de viés político. Entretanto, é importante

que, como estudos críticos, não haja menor rigor acadêmico, buscando, por intermédio do método científico, complexos e multidisciplinares, o estudo dos objetos de pesquisa com rigor (DIJK, 2017, p. 17).

Se o discurso tem o potencial de controlar mentes e as práticas sociais, é crucial para aqueles que detêm o poder simbólico dentro da sociedade controlar o discurso dentro do espaço público. No caso da mídia de massa, significa controlar o acesso à produção da informação, dos *releases*, controlando assim qual será o viés editorial, quem serão os colunistas, e até mesmo opiniões de telespectadores, ouvintes e leitores serão selecionadas para participações (DIJK, 2017, p. 19). Contudo, a mídia de massa não se reconhece mais apenas como os veículos tradicionais como televisão, rádio e jornal, ela se diversificou em uma infinidade de meios alternativos com o uso de tecnologias como internet e telefones, bem como o uso em especial de *sites* de redes sociais.

É importante ressaltar que a pluralidade de tecnologias comunicacionais como a internet pode criar uma “ilusão de liberdade”, em que o mito do acesso universal pode continuar atuando como forma de reproduzir os poderes dominantes da sociedade, inclusive os das empresas que detêm essas tecnologias (DIJK, 2008, p. 21). Citando o caso específico do *site* de rede social Facebook, a possibilidade de que qualquer pessoa crie seu próprio perfil e tenha acesso à ferramenta cria a sensação de que ela é livre para que todos possam publicar seus conteúdos em seus perfis. Contudo, dentro da ferramenta, que hoje possui dois bilhões de perfis em todo o mundo (INGRAM, 2017), estão em curso algoritmos que escolhem quais conteúdos privilegiar de amigos, anunciantes e outras fontes, bem como a ordem que esses conteúdos aparecem (FORTUNE, 2017). É de conhecimento comum que os algoritmos da ferramenta são secretos e mudam constantemente. Como cita Will Oremus, do *Slate* (OREMUS, 2016), “ninguém fora do Facebook sabe como isso funciona (o algoritmo) e ninguém dentro de Facebook irá contar”¹.

A falta de transparência dentro da ferramenta dá margem para que, por meio do poder econômico, seja alterando os algoritmos que privilegiam determinados conteúdos de forma arbitrária, seja por meio do uso de anúncios, grupos e

¹ “No one outside Facebook knows for sure how it does this, and no one inside the company will tell you” (Tradução livre pela autora).

organizações de poder possam aproveitar-se da dinâmica da ferramenta em benefício próprio, possibilitando dinâmicas de abuso de poder.

Outra forma de controle de discurso também pode ser vista por intermédio do uso de perfis “fakes”, ou seja, perfis falsos que não representam pessoas reais. Um exemplo pode ser visto no debate sobre a exposição *Queermuseu*, realizada em setembro de 2017, pelo Santander Cultural, que debatia a diversidade sexual (G1, 2017). A mostra causou intenso debate nos sites de rede social e acabou provocando o cancelamento da mostra pelos seus patrocinadores. Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas mostrou que a reação negativa foi insuflada pelo uso de perfis falsos: da amostra de 778 mil tweets analisados, 8,69% não eram de pessoas reais (G1, 2018). O caso também revela a importância das interações em sites de rede social como termômetros na percepção da opinião pública, o uso de *fakes* para manipular opiniões nestes espaços mostra os interesses de grupos políticos em demonstrar nesses espaços suas preferências discursivas.

Em termos de poder, há uma vasta discussão sobre sua definição, que epistemologicamente extrapola os limites da sociologia e da ciência política. Entende-se que para tratar do tema de controle de discurso, é preciso anteriormente definir os parâmetros de um grupo de poder.

Em alguns casos, é intuitivo que determinadas instituições são poderosas dentro da hierarquia social, organizações como governo, polícia, mídia, militares, empresas; mas uma pessoa, por exemplo, uma personalidade pública, poderia também ser definida como uma pessoa poderosa? Para Van Dijk (2017, p. 21), “poder não deve ser definido como o poder de uma pessoa, mas antes como o poder de uma posição social, sendo organizado como parte constituinte do poder de uma organização”.

Adotamos para os efeitos desta pesquisa as características de poder listadas por Van Dijk (2017, p. 40-43):

- i) o poder social é uma característica entre grupos, classes e demais formas de agrupamentos sociais. O poder individual é menos relevante na perspectiva do grupo no papel do poder exercido pelo discurso;
- ii) as relações de poder se manifestam por meio da interação. Assim, podemos analisar se determinado grupo A e seus membros possuem poder sobre B quando entendemos que as ações reais ou potenciais de A exercem controle

cognitivo ou social, limitando a liberdade social de B, seja por autocontrole ou por outros mecanismos;

- iii) o poder de um grupo A sobre as ações de B pressupõe que A precisa ter controle sobre as condições cognitivas de B, como seus desejos, planos, metas e crenças de vida. O poder social, excetuando casos do exercício da força, age por meio de “controle da mente”, por exemplo, controlando a circulação de informações necessárias para correta formação de opinião sobre determinada temática para o planejamento de ações.
- iv) o poder de A precisa de recursos socialmente disponíveis para o exercício de seu poder ou de aplicações de sanções. Esses recursos implicam bens socialmente valorizados, mas desigualmente distribuídos.
- v) o exercício do poder pressupõe uma estrutura ideológica de suporte formada por cognições socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses do grupo;
- vi) O poder precisa ser analisado em relação às várias formas de contrapoder ou resistência vinda de grupos dominados;

Assim, o poder se exerce de forma controle como “acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público”, sendo tais recursos de ordem material, como capital ou meios de produção, ou por meio de recursos simbólicos, como conhecimento, educação, fama, influência ou força física” (DIJK, 2017, p. 23).

No contexto do discurso feminista, é possível perceber, em diversos momentos, estratégias em curso para o controle do discurso público das mulheres, seja por meio da ausência de acesso ao conhecimento, seja pelo controle de acesso aos espaços públicos e também da produção de discursos, bem como por meio da força física. Esta trajetória é explorada no capítulo 3, que trata da luta dos movimentos feministas pela presença nos espaços de poder.

Esta dinâmica de presença e ausência dos discursos feministas produzidos sobre e pelas mulheres também foi ressignificando questões definidoras do próprio gênero feminino. O que implica ressignificar? Muhl e Esquinsani (2004) tratam da temática no cotidiano escolar, onde a ressignificação atua como um processo de configuração da realidade social, atuando como um filtro pelo qual significados que foram previamente interpretados são alterados e ganham novos símbolos e significados.

Assim:

Ressignificação é um ato cognoscitivo e político que promove a mudança dos símbolos, dos rituais e das ações humanas, introduzindo ou criando significados numa perspectiva crítica, que mobilizam os indivíduos para a luta a favor da transformação social. Pelo processo de ressignificação, conservadas práticas de rituais, velhas fórmulas de compreensão, tradicionais maneiras de se exercer o poder são reconvertidas em novas forças a favor de uma nova ordem social, política e cultural. É uma exercício de transformação das práticas tradicionais de acomodação e de alienação para práticas inovadoras pelo reestabelecimento das dimensões críticas e revolucionárias que estas trazem implícitas desde sua origem (MÜHL & ESQUINSANI, 2004, p.10).

Assim as escolhas discursivas realizadas, como o exemplo citado sobre a preferência entre denominar uma ativista como feminista ou *feminazi*, não só revelam uma posição e um viés adotado pelo falante, mas também uma busca por ressignificação dos símbolos e rituais associados aos movimentos feministas.

As interações em caixas de comentários do Facebook não representam apenas interações, mas um espaço de embate discursivo em que sentidos são negociados e atuam para ressignificar sentidos sobre o conteúdo veiculado. Assim, cabe questionar, nestes espaços também estão em curso estratégias para o controle e ressignificação do discurso simbólico feminista? Para compreender esta dinâmica, é preciso antes compreender como estes espaços se estruturam.

Uma rede social não é necessariamente um site de rede social, como Twitter, Facebook, Pinterest etc. Uma rede social é uma metáfora para análise de padrões de um grupo social, assim, ela é definida por um “conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (RECUERO, 2014, p. 24).

Desta maneira, sites de redes sociais atuam como suportes para essas estruturas sociais e, assim, possuem especificidades que surgem por meio da mediação do computador e das práticas de uso de seus atores. Entretanto, para compreender as dinâmicas dos SRS, é preciso antes identificar cada elemento que compõe as redes sociais e como eles podem atuar para acumular recursos que podem representar poder simbólico ou até mesmo material.

Na metáfora da rede social, os atores representam nós (ou nodos). Como estruturas interativas, não são necessariamente indivíduos, mas suas diversas representações. Nos sites de redes sociais, um ator pode ser constituído de um perfil²,

² Na definição do Facebook, um perfil é “conjunto de fotos, histórias e experiências que contam a sua história” (FACEBOOK, 2017).

ou seja, uma representação de uma pessoa real, mas não é necessário que seja uma representação verdadeira, podendo ser um perfil *fake* ou até mesmo uma página em que se propõe um uso institucional, como um *blog* ou uma marca comercial.

Entendemos os indivíduos e suas personas construídas como atores na perspectiva do interacionismo simbólico, assim, tanto na vida cotidiana como no ambiente mediado pelo computador, os indivíduos constroem representações identitárias do seu eu por meio de atuações performáticas. Por meio de suas representações performáticas, os atores se conectam e interagem entre si.

Na perspectiva do interacionismo simbólico, o foco dos estudos está centrado nos processos de interação, nos seus significados compartilhados e simbólicos. Esses processos são tomados como a origem do “eu humano” (*self*) e de seus atos, relacionando-se desta maneira com os valores e atitudes incorporados pelos indivíduos (GOULART; BREGUNCI, 1990).

Diversos autores tratam do tema do interacionismo simbólico, como H. Blumer, H. Becker, A. Strauss, E. Goffman. Embora com perspectivas diferentes no tratamento do tema, os autores compartilham a ideia de que a realidade não é dada aos indivíduos, mas constantemente criada e reconstruída pelos atores pelo processo de interação (SAMPAIO; SANTOS, 2011).

Dizer que os indivíduos interagem é dizer que eles possuem um comportamento. Assim, Watzlawick, Beavin e Jackson (2000) postulam que não há oposto para o comportamento, não há um não comportamento, um indivíduo simplesmente não consegue não se comportar. Qualquer ação, ainda que nula, silenciosa e imóvel, ainda assim é um comportamento e, numa situação de interação, tem valor de uma mensagem. “Ora, se está aceito que todo comportamento, numa situação interacional, tem valor de mensagem, é comunicação, por muito que o indivíduo se esforce, é-lhe impossível não-comunicar” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2000, p. 44).

Dessa maneira, a interação social representa um processo sempre comunicacional. Assim, estudar a interação social compreende estudar a “comunicação entre os atores” (RECUERO, 2014, p. 31), analisar a relação de suas trocas simbólicas e suas negociações de sentido.

Dentro da metáfora de rede social, os atores e suas relações podem ser vistos de diversas maneiras, de acordo com a natureza de suas interações. Na internet, essas interações podem ser facilmente percebidas, uma vez que nesse ambiente,

dependendo da ferramenta de suporte, suas interações deixam rastros que podem ser analisados e constituem vasto campo de pesquisa.

Citando o objeto desta pesquisa – as caixas de comentários –, enquanto uma conversa entre pessoas em um ambiente público como uma universidade, por exemplo, não produz registros, a menos que seja escolha de alguém registrá-la, uma conversa entre atores em uma publicação de uma página de uma universidade no Facebook obrigatoriamente gera registros para que os atores possam interagir entre si.

É importante considerar que as interações no ambiente *on-line* possuem características particulares. O primeiro aspecto relevante em uma interação em um *sítio* de rede social: os atores não necessariamente se conhecem. Sua interação se dá por meio da linguagem verbal e de signos visuais que podem ou não compor a mensagem, excluindo assim um componente importante da interação social presencial – a linguagem não verbal (gestual, expressões faciais, entonação de voz etc.) e o contexto da interação (RECUERO, 2014, p. 31).

Segundo fator importante para análise é o tempo. Por meio da mediação do computador, as interações não precisam ser imediatas, surgindo a possibilidade de interações assíncronas, ou seja, de maneira não simultânea. Enquanto em uma conversação presencial uma pergunta gera imediatamente a necessidade de um comportamento em resposta, no ambiente *on-line*, uma pergunta postada em uma caixa de comentário pode ser respondida a qualquer momento, sem necessidade de resposta imediata. Assim, de maneira oposta, uma comunicação síncrona gera uma expectativa de resposta imediata (RECUERO, 2014, p. 32).

Além disso, a interação mediada também possui outra característica particular, a capacidade de migração. Assim, uma conversa que inicia em um ambiente no *sítio* de rede social pode facilmente migrar para outros ambientes e outros suportes. Um diálogo entre atores em uma caixa de comentário de uma postagem pode migrar para uma conversa em um chat *on-line* ou em um grupo.

A interação pode ser, ainda, mútua ou reativa. Dentro dessa tipologia, interações mútuas são caracterizadas por “relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada da relação”. Por outro lado, as interações reativas possuem natureza determinada e são limitadas por um sistema de estímulo-resposta” (PRIMO, 2007, p. 54).

“A relação é considerada uma unidade básica de análise em uma rede social” (RECUERO, 2014, p. 37). Entretanto, as relações sempre envolvem uma grande quantidade de interações. Quando alguém envia uma solicitação de amizade no Facebook e acaba tendo uma nova relação dentro do site de rede social, essa atividade está composta de várias interações, desde o envio da solicitação, do aceite, do início de uma conversa de apresentação por meio do chat. Além disso, é importante salientar que as relações nem sempre são positivas, elas podem ser de natureza conflituosa, por exemplo. E, por fim, é da sedimentação das relações sociais que surgem os laços sociais. “Laços são formas mais institucionalizadas de conexão entre atores, constituídos no tempo e através da interação social” (RECUERO, 2014, p. 38).

Contudo, os laços sociais não dependem somente de interações sociais, há outros tipos de laços que subvertem essa natureza. Assim, os laços de associação são constituídos de pertencimento a um determinado local, uma instituição, um grupo, sem demandar necessariamente interações entre os atores. Já os laços relacionais são constituídos de relações sociais e podem existir apenas por meio da interação entre os atores (RECUERO, 2014, p. 39).

Os laços sociais ainda podem ser vistos de acordo com a sua força:

A força de um laço é a combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um laço. (GRANOVETTER, 1973, p. 1361).

Para o autor, um laço pode ser visto como forte, fraco ou ausente. Laços fortes podem ser definidos pela intimidade, proximidade e intenção de manter uma forte relação entre os atores. Já os fracos representam o oposto, relações distantes, sem intimidade ou proximidade (RECUERO, 2014, p. 41). Apesar do senso comum apontar que um laço fraco pode não ser tão importante quanto uma relação constituída por laços fortes, Granovetter (1973) aponta em seus estudos sobre os laços fracos que eles constituem um elemento importante na estruturação de redes, uma vez que conectam grupos de laços fortes entre si.

Considerando um grupo de atores de uma turma em uma universidade, por exemplo, o ator A pertence ao grupo 1 de seus amigos B, C, D, E, F, G, é provável que todos os atores desse grupo tenham laços fortes com as mesmas pessoas, uma vez que circulam no mesmo meio. Agora, considerando um professor H, de outra universidade, que veio até essa turma ministrar uma palestra. Ele possui laços fracos

com essa turma, pois não os conhece e teve poucas oportunidades de interações com eles. Contudo, esse professor H possui laços fortes com o grupo 2, constituído de I, J, K, L, M, alunos dessa outra universidade. O professor constitui então uma ponte entre os grupos 1 e 2, permitindo que a rede social dos universitários se expanda. Assim, se uma informação tiver que circular pela comunidade acadêmica, é por intermédio dos laços fracos que ela pode atingir um grupo maior de pessoas. Granovetter analisa esse efeito:

(...) qualquer coisa que precise circular por um grande número de pessoas e atravessar uma longa distância social (distância de caminho), é passando por laços fracos ao invés dos fortes (GRANOVETTER, 1973, p. 1366).

Os itens citados anteriormente são importantes para analisar e compreender a natureza de uma rede social, seus atores (nós) e o nível de conexões que possuem (laços sociais). Mas como entender o valor e o poder que uma rede social pode ter?

Para compreender as redes sociais nesse nível, é preciso recorrer ao conceito de capital social. A temática é explorada por diversos pesquisadores e não há um consenso sobre um conceito unificador, mas é possível compreender que ele se refere de forma geral sobre o valor simbólico, que pode ser convertido em outros valores, inclusive econômicos, que surgem das interações entre os atores sociais e a qualidade de suas relações.

Interessados em compreender como surgem as desigualdades no ambiente escolar, os sociólogos James Coleman e Pierre Bourdieu analisam que outros elementos, além do puramente econômico, têm efeito para a perpetuação dessas diferenças. O termo “capital”, emprestado da área econômica, é introduzido por esses sociólogos, embora desenvolvido de modo teoricamente distinto – procurando demonstrar outros ativos, como o capital social e o capital cultural – em relação ao capital econômico, pode gerar resultados educacionais diferentes, perpetuando diferenças sociais (BONAMINO; ALVES; FRANCO, 2010).

Discorrendo sobre a conceituação de cada autor, Bourdieu (1986) entende o capital social por meio de seus elementos constitutivos; dos benefícios obtidos individualmente mediante a participação de redes sociais e suas formas de reprodução. Na definição do sociólogo:

O capital social é o agregado de recursos atuais e potenciais, os quais estão conectados com a posse de uma rede durável, de relações, de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas, ou, em outras palavras, à associação a um grupo – o qual provê cada um dos membros com o suporte

de capital coletivo, uma ‘credencial’ que lhes dá direito ao crédito, nos vários sentidos da palavra. (BORDIEU, 1986)

Assim, para determinar o volume de capital de um indivíduo, é preciso analisar a extensão da sua rede de relações e sua capacidade efetiva de mobilizá-las, juntamente com a soma das diferentes formas de capital (econômico, cultural³ e simbólico) de cada indivíduo a quem ele está ligado.

Outra visão sobre o tema, nos estudos de Robert D. Putnam, o “capital social se refere a características de organizações sociais, como redes, normas, confiança que facilitam a coordenação e cooperação de mútuo benefício de capital humano e físico” (PUTNAM, 2012)⁴. Assim, o capital social é um bem intangível, não é propriedade das pessoas que se beneficiam do capital e sim um “bem público”. Em seu livro *Bowling Alone* (PUTNAM, 2001), o autor revisa o conceito e, por meio de dados de engajamento cívico e político, busca mostrar uma tendência de queda de envolvimento em organizações civis nos Estados Unidos.

Também não é essencialmente positivo, uma vez que minorias políticas podem ser isoladas em seus acessos a redes de influência. Um exemplo citado por Putnam (2012) é a dificuldade enfrentada por negros e latinos nos Estados Unidos para acessarem redes de referência de emprego fora de seu próprio círculo pessoal.

Por outro lado, as pesquisadoras Brenda O’Neill e Elisabeth Gidengil tensionam o conceito trazendo a questão de gênero, “a quantidade e o tipo de capital social disponível para homens e mulheres ressaltam as desigualdades em acessar o capital social e o retorno derivado das atividades que o geram⁵” (2006, p. 5). Assim, o capital social é “imbuído de desigualdades de gênero e de hierarquias de gênero”⁶ (O’NEILL; GIDENGIL, 2006, p. 5).

³ Para Pierre Bourdieu, há três tipos de capital: o capital econômico, diretamente conversível em dinheiro e também institucionalizado como direito à propriedade; o capital cultural, que se ramifica em três estados, o estado incorporado (herança familiar), estado objetivado (na forma de bens culturais – livros, pinturas etc.) e o institucionalizado (na forma de diplomas); e o capital social, constituído do indivíduo e suas relações;

⁴ Tradução da autora para “social capital refers to features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit. Social capital enhances the benefits of investment in physical and human capital.”

⁵ Tradução da autora para “the amount and type of social capital available to men and women highlight inequalities in accessing social capital and differences in the way that social capital is used.”

⁶ Tradução da autora para “imbued with gender inequalities and gendered hierarchies.”

O capital social, portanto, é uma ferramenta central para formar comunidades mais “harmônicas, horizontais e equilibradas” (SACCNET, 2009). Para compreender as desigualdades estruturais que se formaram na sociedade brasileira no acúmulo de desigual de capital social, o próximo capítulo explora a mobilização do movimento feminista e a luta discursiva por presença no espaço público.

3 O DISCURSO FEMINISTA E A LUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO

Os percursos dos movimentos feministas caracterizam-se por uma constante luta por ressignificação de discursos e contradiscursos. As obras feministas do período iluminista deixam clara essa busca por ressignificação de discursos, para que incluíssem direitos para as mulheres. Enquanto as sociedades modernas ocidentais sofriam forte influência do discurso da Revolução Francesa – *Liberté, Égalité, Fraternité*, ainda durante o XVIII, as mulheres tomavam consciência de que aqueles ideais não as incluíam.

Olympe de Gouges é um exemplo desta dinâmica de ressignificação. Ela publica, em 1791, a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” como reação à publicação “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, contestando e ressignificando o discurso que trazia o “homem” não como sinônimo de humanidade, mas como “representante do sexo masculino, o que lhe garantia direito à cidadania” (MORAES, 2016, p. 10).

Ela também é um exemplo de como a luta por ressignificação é violenta para as mulheres. Seu discurso por direitos para mulheres e também a favor da abolição fez com que ela não sobrevivesse para contemplar os frutos de sua obra. Foi guilhotinada, assim como Luís XVI, embora apoiasse a Revolução Francesa e defendesse que o monarca absolutista não tivesse ido à guilhotina. Seu corpo foi jogado na vala comum (MORAES, 2016, p. 11).

Mary Wollstonecraft também busca ressignificação quando escreve a “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, em 1792, em resposta à Constituição Francesa de 1791, que, além de não contar com participação feminina, relegava a mulher um papel de não cidadã. Um documento que “pode ser considerado o fundador do feminismo” (MORAES, 2016, p. 7)

A escritora inglesa foi uma intelectual libertária, uma ativista das causas das minorias e militante antiescravagista. A obra se tornou um referencial teórico para outras mulheres precursoras do feminismo contemporâneo, tratando da opressão

feminina na sociedade inglesa em uma época “marcada pelos ideais iluministas e pelas profundas transformações que o capitalismo industrial traria para o mundo” (MORAES, 2016, p. 8). Além disso, merece especial atenção por ser uma obra contestatória escrita por uma mulher em uma época em que a vida pública e o espaço público eram considerados direitos naturais dos homens, bem como era impedido às mulheres o acesso ao espaço público.

As ideias presentes na obra demonstram clara influência da filosofia das luzes do século XVIII:

É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando para si e para o mundo. É hora de separar a moral imutável dos modos locais. Se os homens são semideuses, por que nos deixam servi-los? E, se a dignidade da alma feminina é tão discutível quanto a dos animais – se sua razão não possui luz o suficiente para dirigir sua conduta, enquanto o instinto infalível lhe é negado –, as mulheres são seguramente as mais miseráveis das criaturas! Curvadas sob a mão férrea do destino, devem submeter-se a ser um belo defeito da criação. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 69)

Apesar dos contextos não favoráveis para circulação das obras escritas por mulheres, o livro de Mary Wollstonecraft foi traduzido para diversos idiomas (MORAES, 2016, p. 8). A obra chega ao Brasil pelas mãos de Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo adotado pela potiguar Dionísia Gonçalves Pinto, que publica sua adaptação em 1832, intitulada “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” (TELLES, 2017, p. 404). Com a referência de Mary Wollstonecraft, Nísia publica seu manifesto para, principalmente, reivindicar igualdade de educação para as mulheres. À época, Nísia Floresta dirigia colégio para mulheres no Rio de Janeiro e defendia em suas publicações os direitos femininos, dos indígenas e dos escravos. A autora tem especial relevância por ter sido uma das primeiras mulheres “a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa” (DUARTE, 2010, p. 11).

Embora suas posições fossem radicais para época, Nísia Floresta não deixava de ressaltar a importância das funções reconhecidas como tradicionais da mulher de sua época. A autora acreditava que esta era uma estratégia para evolução da mulher, uma vez que “cumprindo as funções tradicionais, a mulher conseguiria ultrapassar as fronteiras estabelecidas, pois exerceeria influência significativa sobre a família, o que acabaria por contribuir para o ‘bem da humanidade’” (PRADO; FRANCO, 2016, p. 206).

A situação de ignorância vivida pelas mulheres da época é responsável por sua exclusão da vida pública, criando um ciclo vicioso que se perpetua – como não recebe instrução, não participa da vida pública, e não pode lutar por instrução, porque é excluída dela (TELLES, 2017, p. 406).

Dessa maneira, Floresta preocupa-se primeiramente com a educação das mulheres como forma de romper com a situação de exclusão do mundo; “pensava que o ensino poderia ser capaz de mudar as consciências e a vida material”. Contudo, apesar das limitações de distribuição da obra, Nísia Floresta atingiu grande repercussão, sendo “citada como exemplo por escritoras até o final do século XIX” (TELLES, 2017, p. 408).

Neste momento também é possível perceber as reações à chegada da obra feminista de Mary Wollstonecraft no Brasil, traduzida na importante obra de Nísia Floresta. Uma dessas reações é percebida no romance “A Moreninha”, de Joaquim Manoel Mamede, por meio da conotação de zombaria e deboche que a obra é citada, estando presente em um diálogo sobre a personagem Carolina, a Moreninha: “a bela senhora é filósofa!...faze ideia! Já leu Mary Wollstonecraft e como esta defende o direito das mulheres” (MACEDO, 2018, p. 45). Carolina é travessa, viva e provocante, “esse temperamento logo cede quando ela se apaixona e se torna o modelo da sinhazinha, a mocinha romântica” (TELLES, 2017, p. 407). O desfecho demonstra que a menina ‘travessa’ é intrigante, mas para o final feliz é preciso que seja recatada (TELLES, 2017, p. 407).

Fugir ao recato e ao decoro é ‘crime’ cometido pelas mulheres do século XIX que ousavam participar do debate público. Narcisa Amália é um exemplo do tratamento dado às mulheres do período. Guiada pelos ideais liberais europeus, a poeta publicou romances, trabalhou em folhetins e jornais, deixando claro seu posicionamento (TELLES, 2017, p. 422). Em 1872, C. Ferreira, do Jornal Correio do Brasil, escreve sobre ela:

“Mas perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza” (TELLES, 2017, p. 422)

Como não podiam participar da vida pública, um fenômeno deste período são os “cadernos-goiabada”, cadernos em que as mulheres escreviam pensamentos e

estados de alma. Após o casamento, a ideia de uma espécie de diário esvaziava-se, pois, para a cultura da época, nenhum pensamento da mulher casada deveria ser em segredo mais. Portanto, os cadernos se transformavam em livros de receitas e gastos domésticos, nos quais algumas mulheres ousavam compartilhar um pensamento ou outro. Para a escritora contemporânea Lygia Fagundes Telles, os cadernos-goiabada “são um marco das primeiras inserções da mulher brasileira na carreira de letras, ofício de homem” (*apud* TELLES, 2017, p. 409).

A cultura e a literatura da época aprisionavam a mulher a um estereótipo afetado, em que seus interesses não tinham qualquer autonomia, assim eram aprisionadas à “ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir alguma autonomia para propor alternativas a autoridade que as aprisionava.” (TELLES, 2017, p. 409). Assim, as mulheres buscaram formas de fugir desta representação com publicações próprias que buscassem ressignificá-las.

Também no século XIX surgem os periódicos escritos e geridos por mulheres, com o objetivo de informar leitoras e circular notícias pertinentes às mulheres da época. Normalmente criados por mulheres de classe média, que poderiam até mesmo investir todos os seus recursos nas publicações e chegando a formar uma rede de publicações de norte a sul do país (TELLES, 2017, p. 426).

Entre as publicações da imprensa feminina do século XIX, é possível citar exemplos como *O Corymbo*, *A Tribuna Feminina do Rio*, *Partenon*, *O Sexo Feminino*, *A República*, *Mensageira*, *A Família* e demais. Assim como outros da época, esses periódicos de autoria feminina destacavam e lutavam pela educação da mulher (TELLES, 2017, p. 427). Contudo, sem deixar de ressaltar a importância da mulher tanto dentro e fora do lar como mãe, boa esposa e dona de casa (TELLES, 2017, p. 427). É comum encontrar textos da época em que propostas bastante radicais de rompimento com os padrões de comportamento feminino convivem lado a lado com afirmações também extremamente convencionais (PRADO; FRANCO, 2016, p. 207).

Partindo do movimento sufragista no Brasil, identificam-se três grandes momentos ou ondas do feminismo brasileiro: a primeira a partir do movimento pelo voto e por direitos políticos, por meio da organização das *sufragettes* de classe média e alta (PINTO, 2010). Um segundo momento nasce em meio a perda da cidadania e direitos políticos no regime militar nos anos 1970. No Brasil e em demais países latino-americanos, a segunda onda se caracterizou por um movimento de resistência à

ditadura, paralelamente como um movimento de resistência ao patriarcado⁷, à violência sexual (GONÇALVES; PINTO, 2011). Na terceira onda, também chamada de pós-feminismo, a partir dos anos 1980, o reconhecimento de uma categoria unificadora da entidade ‘mulher’ se expande para uma multiplicidade de novas fronteiras, demarcando a importância de compreender a especificidade de classe, raça e sexualidade dentro das dinâmicas de opressão e das teorias de gênero (GONÇALVES; PINTO, 2011). Sugere-se que há uma quarta onda feminista, caracterizada pelo ativismo digital e do uso maciço da internet para mobilização e organização, também denominada de cibervivismo (ROCHA, 2017).

Para Clare Hemmings, contudo, a periodização do movimento feminista em ondas cria ‘estórias dominantes’, ao mesmo tempo em que fixa discursos e questionamentos a períodos específicos – como a questão racial da terceira onda –, criando a noção de ruptura entre os períodos e as correntes teóricas (HEMMINGS, 2009).

3.1 FEMINISMO DE PRIMEIRA ONDA

A partir do final do século, a atuação e luta pelos direitos políticos das mulheres se tornou mais forte com a proclamação da República em 1889 e a assembleia constituinte (PRADO; FRANCO, 2017, p. 210). Embora alguns presentes defendessem o voto feminino, a constituição promulgada em 1891 não deixava explícito o direito ao voto da mulher. O voto seria permitido somente para cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos.

Nesse contexto de ausência de direitos explícitos, várias mulheres se manifestam diretamente para buscar e defender o alistamento eleitoral para o voto ou para se tornarem candidatas – tendo seu direito negado em diversos estados, o que deixa claro que estavam excluídas da constituição republicana (PRADO; FRANCO, 2017, p. 210).

⁷ O termo “patriarcado” vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Desta maneira, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai. No sentido original, a palavra *pater* não tem sentido biológico de pai e sim a autoridade exercida pelo homem como chefe de uma família. Consequentemente, o termo foi adotado por movimentos feministas para distinguir “o(s) sistemas que opõe(m) as mulheres”, sendo utilizada também expressões com aproximações conceituais como ‘dominação masculina’ e ‘opressão das mulheres’ (HIRATA; LABORIE *et al.*, 2009, p. 178)

A imprensa feminista da época assume especial importância por espalhar e informar as mulheres brasileiras sobre as conquistas de outras mulheres do mundo, demonstrando que, apesar da dificuldade de obter informações, a imprensa feminista estava conectada com acontecimentos de outros movimentos sufragistas pelo mundo. Assim, em suas páginas, os periódicos traziam notícias que as mulheres inglesas já trabalhavam em empregos públicos, apoiavam o divórcio e defendiam a necessidade de a mulher trabalhar fora de casa e ter direito a voto (PRADO; FRANCO, 2017, p. 211).

Apesar da proliferação da imprensa feminista em uma rede própria, bastante engajada e bem organizada, o movimento sufragista brasileiro não se tornou um movimento de massas, caracterizando-se por ser um movimento de mulheres de segmentos elevados da sociedade, intelectuais, pertencentes a famílias de políticos e outras figuras importantes, que utilizavam de sua influência para abrir caminhos para a discussão das demandas das mulheres (SOIHET, 2016, p. 222).

Embora buscasse um tom moderado de discurso como estratégia para aceitação, a campanha sufragista também recebeu forte reação. Assim, as mulheres que lutavam por seus direitos eram debochadas por não cumprirem seu dever de mulher, “a luta pelo voto feminino era ridicularizada e combatida na imprensa com argumentos de que as mulheres queriam trocar de lugar com os homens ou deixariam de cumprir suas funções domésticas e seu papel de mãe” (SOIHET, 2016, p. 227). Esse deboche também se materializou em forma de críticas, caricaturas (figura 1) e sátiras nos veículos da época.

Figura 1 – CARICATURA IRONIZANDO A LUTA SUFRAGISTA



- Haverá ainda quem resista à poderosa influência do partido Mulherista?!

Fonte: (SOIHET, 2016, p. 277)

Muitos são os estereótipos atribuídos às feministas e, com o passar dos anos, foram se somando a um imaginário complexo. “A desqualificação do feminismo geralmente é atribuída ao fato de as feministas sufragistas inglesas terem defendido suas reivindicações de forma barulhenta e violenta” (PEDRO, 2016, p. 256).

Nesse período, destaca-se a figura de Bertha Maria Julia Lutz, conhecida apenas como Bertha Lutz, bióloga formada pela Sorbonne, na França, e ativista pelo feminismo e, principalmente, pela educação das mulheres. Bertha causou grande alvoroço ao participar de um concurso público para o Museu Nacional e passar em primeiro lugar, precisando de um parecer jurídico para exercer o cargo, sendo a segunda mulher a entrar em um serviço público no Brasil (SOIHET, 2016, p. 219).

Bertha Lutz foi uma ativista bastante atuante, escrevendo para periódicos, participando de conferências internacionais e liderando movimentos, o que fez com o que se tornasse “uma das maiores referências nos movimentos de mulheres da época e, nos meios políticos, a feminista mais influente” (SOIHET, 2016, p. 219).

Participante da Conferência Geral do Trabalho de Washington (1919) e da Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, realizada em Baltimore, Bertha Lutz aproximou a militância brasileira de demandas internacionais e também de formas de mobilização praticadas por mulheres em outros países (SOIHET, 2016, p. 221- 224).

No campo das demandas trabalhistas, sugeriu a criação da Legião da Mulher Brasileira, um movimento de trabalhadoras influenciado principalmente pela

repercussão da Revolução Russa, cuja proposta era a redução das horas de trabalho no comércio de 14h para 8h. Intercedidas por Bertha Lutz, que fez frente na Câmara dos Deputados, lutavam por regulamentação trabalhista e uma Lei de Previdência e Assistência (SOIHET, 2016, p. 220-221).

Após a participação no Conferência Interamericana de Mulheres, Bertha Lutz, em contato com a militância americana do NAWSA (*National American Woman's Suffrage Association*), criou, em colaboração com Carrie Chapman Catt, presidente da NAWSA, o estatuto do FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino), também em 1922. Em dezembro, a FBFF realiza o Primeiro Congresso Internacional Feminino, com a presença de várias representantes da militância internacional, inclusive de Carrie Chapman Catt. As lideranças políticas nacionais também foram convidadas a comparecer. Foi dada prioridade à questão do voto e estabelecida uma estratégia de buscar o reconhecimento do direito ao voto, primeiramente por intermédio dos estados, para assim conseguir o direito ao voto reconhecido na Constituição Federal (SOIHET, 2016, p. 224).

Nesta época, ainda vigorava o Código Civil de 1916, paternalista e conservador, que tratava as mulheres de maneira desigual em diversos itens, como o destacado:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):
I. Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235).II. Alienar, ou gravar de onus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, nº II, III, VIII, 269, 275 e 310).III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outra.IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.V. Aceitar tutela, curatela ou outro munus público.VI. Litigar em juízo civil ou comercial, anão ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal. IX. Aceitar mandato (art. 1.299).

A luta pelo voto feminino era uma forma de buscar alternar a condição desigual das mulheres na sociedade brasileira, pois assim poderiam eleger representantes alinhados à causa e sensíveis às pautas feministas.

Em 1930, dez estados passaram a reconhecer o voto feminino após as pressões da FBPF, contudo, ainda não se resolvera a questão do voto em âmbito nacional por definitivo. Desta maneira, frente a um novo contexto político, realiza-se o Segundo Congresso Internacional Feminista, em junho de 1931 (SOIHET, 2016, p. 225). Além disso, este segundo congresso também avança para levantar a bandeira

da supressão da incapacidade civil da mulher casada, que mutilava os direitos das mulheres de diversas maneiras (SOIHET, 2016, p. 225).

Como a questão do voto já estava reconhecida em vários estados, era quase impossível não dar legitimidade à causa das mulheres. Dessa forma, Getúlio Vargas instaura uma comissão para nomear uma nova lei eleitoral e, apesar das pressões do movimento das mulheres, o projeto de lei apresentado ainda apresentava diversas restrições ao voto feminino, gerando ainda mais protestos das líderes feministas (SOIHET, 2016, p. 226)

Em 1932, as mulheres conquistam o direito pleno ao voto secreto e ao voto feminino por meio do Novo Código Eleitoral, com o Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Assim, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina, após o Equador, a estabelecer esse direito às mulheres e também pioneiro em relação a vários países da Europa, como França e Itália SOIHET, 2016, p. 226). Após esse processo, o direito ao voto foi garantido definitivamente na Constituição de 1934.

Além do direito ao voto pleno, a luta das mulheres rendeu outras conquistas. Como a participação de Bertha Lutz na comissão que elaborou a Constituição, desenvolvendo um anteprojeto nomeado “Treze Princípios Básicos: Sugestões ao anteprojeto da Constituição”. Esse documento trazia princípio para a constituição de um estado de bem-estar social, um conceito que começava a ganhar contornos à época (SOIHET, 2016, p. 228).

A nova constituição garantia conquistas fundamentais, as brasileiras casadas com estrangeiros adquiriam o direito de votar, manter sua nacionalidade e transferi-la para os filhos. Na esfera trabalhista, proibiu-se a diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Para as trabalhadoras e trabalhadores, garantiu-se segurança econômica, direito ao lazer semanal, férias anuais e liberdade de reunião e associação. Também determinou a participação dos trabalhadores na elaboração de legislação trabalhista e das condições de trabalho, além da conquista da seguridade social. Deu um passo importante no reconhecimento da maternidade como fonte de proteção e direitos, demonstrando a necessidade de as mães serem amparadas pelo Estado. Conquistas amplas e essenciais (SOIHET, 2016, p. 228).

A participação das mulheres no espaço público e as fundamentais conquistas do movimento sufragista brasileiro e da constituinte de 1934 não durariam muito tempo. Em 1937, instaura-se uma ditadura no país com o Estado Novo de Getúlio

Vargas e a dissolução do congresso (SOIHET, 2016, p. 229). Neste momento, a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, resulta em um momento político-social conturbado no Brasil.

Com a urgência de outras temáticas e a impossibilidade de se organizar e manifestar de forma plena, o movimento de mulheres volta-se para outras temáticas como “enviar roupas de lá para os soldados brasileiros que estavam na Itália, lutar contra a elevação do custo de vida e o câmbio negro e manifestar-se contra o nazismo” (SOIHET, 2016, p. 229). Após o término da Guerra e o final da ditadura em 1945, fomenta-se a criação de uma instituição que combatesse o preconceito em relação às mulheres como sujeitos e que tratasse também de outros temas como saúde, crianças e a questão da reforma agrária (SOIHET, 2016, p. 229). Neste momento, há a participação de outros extratos sociais, não apenas a elite, como o primeiro momento do movimento de mulheres.

Em meio a divergências e com a saída de algumas líderes como Bertha Lutz, em 28 de outubro de 1946, funda-se o IFSC (Instituto Feminino para o Serviço Construtivo), que foi “embrião da Federação de Mulheres do Brasil” (FMB) (SOIHET, 2017, p. 230), criada em 1949, que estruturou formalmente um novo movimento de mulheres que surgia no Brasil.

3.2 FEMINISMO DE SEGUNDA ONDA

A publicação que marca este período é o “*Segundo Sexo*”, de Simone de Beauvoir, publicado em dois volumes em 1949. No Brasil, o livro chega por intermédio de leituras realizadas por pessoas que tiveram contato com ele ainda em língua estrangeira, colaborando para que suas ideias fossem propagadas. A data de sua publicação é incerta, mas estima-se que tenha sido publicado em meados da década de 1960, sendo uma obra referência para os movimentos feministas da década de 1960 e 1970 (BORGES, 2007).

A autora percorre o estudo das sociedades primitivas de Lévi-Strauss para concluir que as sociedades humanas se baseiam em sistemas de oposições e dualidades. Para os habitantes de uma aldeia, os forasteiros são o “outro” e vistos sob desconfiança; para os antisemitas, os judeus são o “outro”, para o dono de propriedades, o proletariado entraria nesta categoria e assim por diante. Assim, os sujeitos só existem em relação a um *mitsein* de solidariedade com aqueles que se

reconhecem e hostilidade com o aquele que se pretende fazer “o inessencial” (BEAUVOIR, 2016, p. 14).

Assim, a autora discorre sobre a ideia de as mulheres serem o Outro, subordinadas aos homens, tolhidas de suas experiências, direitos e possibilidades:

O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissoluvelmente uma à outra: nenhum corte por sexos é possível na sociedade. Isso é o que caracteriza fundamentalmente uma mulher: é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. (BEAUVOIR, 2016, p. 14)

Em outra passagem marcante e citada inúmeras vezes, Beauvoir discorre sobre a condição feminina na sociedade e seus diversos papéis, descolada de seu determinismo biológico:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como Outro (BEAUVOIR, 2016, p. 11)

Em Beauvoir, o gênero é construção cultural e os elementos para essa construção são desfavoráveis, uma vez que a estrutura cultural enxerga o feminino como menor, fútil, incapaz ou dependente do homem. O outro sexo.

Neste momento histórico, o movimento de mulheres ganha uma nova vertente agora sob a orientação política do pensamento de esquerda (e do PCB, em especial). Sua frente de luta era construir uma nova sociedade, por meio da luta das mulheres, em que fossem abolidas classes sociais, assim, todas as formas de opressão sofridas pela mulher seriam abolidas (SOIHET, 2016, p. 230). A grande presença de membros do Partido Comunista e o encaminhamento do debate para defesa de um direcionamento de esquerda fizeram com que muitas mulheres recusassem seu apoio (SOIHET, 2017, p. 230).

Durante a segunda onda feminista, com forte influência do PCB, havia várias mulheres com tendências de esquerda no movimento feminista, mas o comunismo não era unanimidade. Porém, elas foram genericamente estereotipadas como comunistas, uma maneira de legitimar a violência policial contra os movimentos feminista e os movimentos sociais (SOIHET, 2016, p. 231).

Assim como nos primeiros momentos da campanha sufragista, este novo movimento também busca articulação com movimentos de outros países. Logo após sua constituição, o IFSC busca reconhecimento internacional articulando-se por meio de uma participação no Conselho da Federação Democrática de Mulheres (FDIM), enviando a delegada Alice Tibiriçá (SOIHET, 2016, p. 230). Ela também representa as brasileiras em Paris na primeira mobilização do Dia Internacional da Mulher – a data também foi instituída no Brasil pela primeira vez em 1946.

Os grupos de mulheres proliferaram-se por todo país e realizaram um congresso para convergir os diversos grupos, organizando a Primeira Convenção Feminina do Distrito Federal, com o lema: “Não abrimos mão da nossa feminilidade, por isso queremos nosso lugar na sociedade”. Demandavam participação plena da mulher na sociedade, buscavam a defesa do lar, proteção da economia doméstica e dos direitos da criança, também realizando um apelo para paz mundial, considerada causa prioritária (SOIHET, 2017, p. 231).

Paralelamente, o Partido Comunista do Brasil buscava aglutinar os movimentos sociais existentes sob sua tutela, buscando fortalecer sua mobilização e “instrumentalizar a luta política a partir de sua lógica partidária” (SOIHET, 2016, p. 231). Em 1947, o Partido Comunista foi considerado ilegal novamente.

Não só a mudança de orientação política demarca o movimento de mulheres do feminismo de segunda onda, mas também o surgimento de outros métodos de mobilização e divulgação de ideias – os grupos de reflexão ou consciência (*consciousness raising groups*) também caracteriza o movimento deste período (Gonçalves & Pinto, Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro, 2011). Grupos formados apenas por mulheres em que se discutiam assuntos específicos da condição feminina e suas opressões eram formados por, no máximo, 24 mulheres que se encontravam em casas, cafés, escritórios, bares e bibliotecas. Se o grupo atingisse o número limite total estabelecido, começava-se outro: “a proposta era forjar uma rede, espalhando grupos desse tipo por diversos lugares” (PEDRO, 2016, p. 241).

A metodologia surgiu no Brasil em 1972, quando algumas mulheres, entre elas professoras universitárias, realizaram viagens para os Estados Unidos ou a países da Europa Ocidental e entraram em contato com grupos desta natureza. Ao voltar para o país, traziam livros internacionais sobre o feminismo e os aprendizados sobre a formação destes grupos, que propunham formar no Brasil (PEDRO, 2016, p. 242).

Também adotavam nos grupos de consciência uma forma de discussão chamada “linha da vida”, cujo objetivo era levar as participantes a compartilharem suas experiências e vivências pessoais, para que, assim, realizassem descobertas e encontrassem similaridades nas experiências das outras mulheres (PEDRO, 2016, p. 244). Não negavam a feminilidade e sentiam “orgulho em ser mulher” como condicionante cultural e social de suas experiências. Além disso, também adotavam o *slogan* do Movimento de Libertação das Mulheres: “O pessoal é político” (PEDRO, 2016, p. 245).

Rejeitavam a existência líderes, porta-vozes ou concentrações de poderes, todas deveriam ter o mesmo direito à fala e evitavam que as reuniões tivessem um rumo preestabelecido. Recusavam qualquer forma competitiva entre as mulheres e buscavam formas coletivas de colaboração dentro dos grupos de consciência (PEDRO, 2016, p. 245).

Não é por acaso que os grupos de reflexão rejeitavam liderança. As mulheres que participavam também tinham forte participação política em outros movimentos que ocorreram no mesmo período, internacionalmente, os movimentos pacifistas contra Guerra do Vietnã, o Movimento pelos direitos Civis dos Negros e, na América Latina, os movimentos de resistência à Ditadura.

Todos eles contavam com a participação de mulheres. Porém, elas muitas vezes eram menosprezadas pelos companheiros ativistas. Queixavam-se de que sua atuação consistia em datilografar, reproduzir material de divulgação, distribuir panfletos, fazer café, limpar os ambientes, enfim, tarefas consideradas de pouca importância. As decisões políticas eram tomadas pelos homens, pois mesmo as mulheres que participavam de reuniões estratégicas tinham suas opiniões desqualificadas ou ignoradas, como se nada tivessem dito (PEDRO, 2016, p. 245).

Assim, os grupos de consciência combatiam a exclusão das mulheres também dentro dos movimentos sociais, consistiam em um espaço livre e seguro para conversar e expor suas demandas. O uso da palavra e o compartilhamento de experiências demonstrava que, em vários momentos, um problema vivenciado por uma mulher individualmente também era vivenciado pelas demais e constituía, na verdade, em um problema endêmico e coletivo (PEDRO, 2016, p. 246).

Com a disponibilização da pílula anticoncepcional e dos estudos sobre a sexualidade, amplia-se o debate sobre a sexualidade e fomenta-se um discurso que

ampara a separação da procriação e sexualidade, com reconhecimento da medicina que apoiava e endossava seu uso. A pílula ampliou a ideia do planejamento familiar, para que mulheres considerassem quando, como e de que forma gostariam ou não de serem mães (PEDRO, 2016, p. 244).

Assim, esses grupos serviam para explorar assuntos que não eram discutidos em foro íntimo, ao mesmo tempo que enfrentavam a ignorância da mulher sobre seu corpo, sua sexualidade, seus direitos, suas privações e suas novas possibilidades, dentro de um novo contexto de reconhecimento de seu próprio corpo e de seus prazeres. Preferencialmente, muitos desses grupos faziam reuniões em círculos, daí o surgimento de nomenclaturas para os grupos como “coletivos” e “círculos”, além de vários deles também publicarem periódicos para divulgar suas ideias e atividades, exemplos desse período são os impressos de grupos políticos como: *Nós Mulheres e Mulherio* (PEDRO, 2016, p. 246).

A mera existência de reuniões e agrupamentos já era por si só um ato de contravenção em meio ao contexto da ditadura, além de ir contra o papel esperado da mulher. Assim, na década de 1970, o movimento de mulheres do período atua de forma singular, surgem grupos de mulheres feministas intelectualizadas e que possuem contato com os movimentos feministas internacionais, em especial o movimento europeu e norte-americano, ou que participaram de movimentos de combate à ditadura. Esses movimentos sofriam pressões tanto de setores conservadores da sociedade como de progressistas, que acreditavam que a causa das mulheres parecia uma questão menor perto de outras lutas.

Neste sentido, a declaração do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher pela ONU ajuda a dar visibilidade e legitimidade para questões das mulheres da época. Também se instaura a década da mulher pelas Nações Unidas, elevando o debate tanto em nível internacional como em solo nacional (BARSTED, 1994, p. 39). A data de 8 de março como Dia Internacional da Mulher é definida pela ONU, mas surge de um contexto de mobilização construído em anos anteriores pela articulação do movimento feminista.

A pesquisadora Eva Blay faz um resgate histórico da data (2001). O Dia Internacional da Mulher foi proposto por Clara Zetkin, em 1910, durante o II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhagen, inicialmente sem definir uma data precisa. A definição da data é associada a um incêndio ocorrido em 1911, na *Triangle Shirtwaist Company*, uma fábrica têxtil. Em meio às péssimas condições de

trabalho e o descontentamento dos trabalhadores, as fábricas controlavam a permanência empregando métodos como trancar as portas e impedir idas aos banheiros. Essas estratégias eram incentivos ainda maiores para a presença dos operários e operárias nas manifestações de rua (BLAY, 2001).

Assim, os trabalhadores e trabalhadoras começavam a organizar uma greve geral em 22 de novembro de 1909. A direção da greve ficou com a Associação dos Trabalhadores Hebreus e com o Sindicato Internacional de Trabalhadores na Confecção de Roupas de Senhoras (*International Ladies' Garment Workers' Union – ILGWU*). Com a forte adesão dos trabalhadores, as empresas cederam algumas reivindicações e “a greve foi se esvaziando e se encerrou em 15 de fevereiro de 1910, depois de 13 semanas” (BLAY, 2001).

Como pouco havia se alterado, os movimentos de reinvindicação foram tomando fôlego novamente, até o trágico dia 25 de março, quando um grande incêndio acontece na *Triangle Shirtwaist Company*. Por se tratar de uma indústria têxtil, com instalações precárias, o fogo rapidamente se espalhou, vitimando 146 pessoas, entre elas 125 mulheres e 21 homens (BLAY, 2001).

Nos anos seguintes, várias mobilizações de mulheres trabalhadoras ocorrem em várias partes do mundo, assim, o 8 de março foi “sendo constantemente escolhido como o dia comemorativo da mulher e se consagrou nas décadas seguintes” (BLAY, 2001). No contexto brasileiro, o 8 de março ocorreu pela primeira vez marcado pela luta pelo retorno da democracia e pela denúncia contra prisões arbitrárias e desaparecimentos políticos (BLAY, 2001).

Destaca-se nesse período a atuação de dois grupos: o Movimento Feminino pela Anistia, cujo objetivo era exigir o retorno e a liberdade de presos políticos do Regime Militar, e o Clube de Mães, junto à Igreja Católica e às classes populares. Ambos lutavam por melhores condições de vida, educação, saneamento, transporte e denunciavam a condição da mulher (BARSTED, 1994, p. 41).

O movimento das mulheres não se identificava diretamente com as classes sociais, nem contestava apenas as estruturas econômicas de dominação, mas se propunha a aprofundar questões culturais e a formar um campo político específico. Sua diversidade expressava-se pelas múltiplas formas de organização e reivindicações e, também, pela ausência de estruturas hierárquicas (BARSTED, 1994, p. 39).

Antes mesmo da plena redemocratização, o movimento feminista foi elemento ativo contra a ditadura. Para Barsted (1994, 40), a mobilização das mulheres soube

encontrar brechas para discutir a democratização e manter o diálogo com um Estado que ainda não tinha posto fim à ditadura. Havia divergências entre o movimento em iniciar um diálogo com o Estado, principalmente com o Executivo Federal, eleito pelo voto indireto.

Em 1985, realiza-se o VII Encontro Nacional Feminista. Na ocasião é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. O órgão é um exemplo à parte, pois embora pertencesse ao governo, era dirigido por representante de movimentos sociais, articulando o diálogo entre Governo Federal, ONGs e o movimento de mulheres. O órgão embasou o debate público sobre o direito das mulheres, promovendo encontros, debates e seminários (BARSTED, 1994, p. 41).

A política de embate com o estado é substituída por meio das constantes discussões e debates entre o movimento, “pela compreensão de que a cidadania só se concretiza no diálogo Estado/sociedade, tendo como cenário a democracia” (1994, p. 42). Na análise de Barsted, o diálogo foi possível mediante o ‘amadurecimento do movimento’ e a organização do movimento superando distinções sociais e hierarquias temáticas que privilegiavam a pauta do trabalho feminino sobre as demais (BARSTED, 1994, p. 42).

As eleições de 1982 apontam para uma institucionalização do movimento dentro dos partidos políticos. Nos estados, os movimentos se organizam em uma coligação suprapartidária denominada Alerta Feminista, que demandava a incorporação de pautas feministas dentro dos partidos políticos, além de exigir a candidatura de mulheres dentro das plataformas dos partidos. As eleições dissiparam as mulheres em diversos partidos distintos, enfraquecendo suas candidaturas, entretanto, mulheres chegaram ao governo por intermédio de indicações em órgãos administrativos, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao combate dos problemas sociais enfrentados pelas mulheres.

À frente desses Conselhos e do Conselho Nacional estavam mulheres organicamente vinculadas ao movimento feminista, muitas oriundas do espaço acadêmico. Esses órgãos governamentais trabalharam em colaboração com o movimento autônomo de mulheres e com as ONGs (Organizações Não Governamentais) que se dedicavam à questão feminina. Isso inaugurou um fato político praticamente inédito: a participação de um movimento social no interior do Estado, sem a ele estar subordinado política ou ideologicamente. Criou-se uma nova modalidade de controle social sobre a administração pública (BARSTED, 1994, p. 46).

O diálogo com o estado rendeu frutos para o movimento na forma de políticas públicas que visavam mitigar os problemas sociais enfrentados pelas mulheres. Políticas essas só possíveis pela participação e envolvimento das mulheres diretamente com os organismos de Estado. São exemplos dessas iniciativas o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1983 e incorporado ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) em 1986; os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, criados a partir de 1983; as delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência, a partir de 1985; as centrais de orientação jurídica para mulheres em situação de violência, com início em 1985; e as significativas mudanças legislativas na Constituição Federal de 1988 e as mudanças na leis orgânicas municipais de 1990 (BARSTED, 1994, p. 44).

Em meados de 1989, por pressão de grupos conservadores e retirada de recursos, o CNDM é desarticulado, mas deixa um legado na forma de atuação e articulação dos movimentos sociais de mulheres com o estado (BARSTED, 1994).

A questão de raça e etnia aparece com maior visibilidade na pauta dos movimentos e das instituições. Um “fator importante foi a disseminação da ideologia feminista nos grupos de mulheres de base que, mesmo não assumindo a qualificação de feministas, passaram a compor o chamado movimento de mulheres, dando-lhe uma amplitude maior e introduzindo as diferentes vivências de etnia e de classe da condição feminina” (BARSTED, 1994).

3.3 FEMINISMO DE TERCEIRA ONDA

A partir dos anos 1990, a categoria aglutinadora “mulher” é ressignificada em uma multiplicidade de vivências e questões que colocam em cheque a visão unificada da mulher como apenas uma luta que concentra todas as mulheres, assim, o gênero se expande em sua luta de classes, diversidade e sexualidade. O discurso da igualdade dá lugar ao reconhecimento das múltiplas diferenças e que elas não nascem em binarismos universais.

Neste contexto, o discurso feminista “visa desafiar ou evitar aquilo que é visto como definições essencialistas da feminilidade que colocariam ênfase nas experiências das mulheres brancas e de classe média alta” (CARREIRA, 2010, p. 269). Em diversos momentos, apenas as mulheres brancas de elite conseguiram

echoar seu discurso por sua inserção na sociedade, a exemplo de Bertha Lutz, e, nesse momento, outros discursos reclamam por visibilidade no embate por ressignificação.

Surge um “feminismo pós-colonial”, que critica a visão do feminismo como sendo eurocêntrico (CARREIRA, 2010, p. 269). Ser mulher e ser mulher negra são dois contornos diferentes de luta tanto do movimento feminista quanto do movimento negro. Para trazer à tona suas questões, as mulheres negras precisaram delimitar suas vivências nos dois movimentos. Nos Estados Unidos, pesquisadoras feministas, como Bell Hooks e Gloria Anzaldua, trazem este embate quanto “a consideração de subjetividades relacionadas à raça” nas teorias feministas (CARREIRA, 2010, p. 169).

A multiplicidade também surge em uma conceituação de forte impacto, a teoria *queer*, que busca questionar essa visão unificada e o próprio movimento feminista. A corrente tem impacto por questionar a estabilidade da visão de gênero dos discursos feministas das décadas anteriores com a publicação de teóricas como Judith Butler, Rubin e Eve Sedgwick (SALIN, 2012, p. 19) e a chegada desses estudos ao Brasil. O estudo “surgiu de uma aliança (às vezes incômoda) de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalistas que fecundavam e orientavam a categoria do sujeito” (SALIN, 2012, p. 19).

Queer é, antes da teoria, uma ofensa. Procurando o termo em dicionários atuais, consiste em “diferir de maneira estranha do que usual ou normal” (MERRIAM-Webster, n.d.). O termo é apropriado como uma forma de resistência por aqueles que se encaixam em padrões tidos como desviantes nas regras culturais estabelecidas. Assim, “o *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação”.

Em seus estudos, Judith Butler desconstrói a relação em que sexo, gênero e sexualidade coexistem em uma relação natural. Não há uma relação determinada entre o corpo de alguém e seu gênero, é normal que haja, então, um corpo designado como “fêmea”, que não exiba traços femininos, e um corpo designado como “macho”, que não exiba traços “masculinos”. Assim, livre da relação dependente entre sexo e gênero, as categorias se tornam mais difusas e fluidas, como discutido pela autora:

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.” (BUTLER, 2016, p. 26)

Assim como gênero em Beauvoir é uma construção, o sexo também passa a ser uma realidade arbitrária tal qual gênero:

O chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto gênero; a rigor, talvez sexo talvez sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (BUTLER, 2016, p. 27)

Esses debates ampliam o conceito de múltiplas fontes de identidade e dos discursos dentro do movimento feminista. O enfoque desses estudos está presente no conceito de interseccionalidade como “uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 63). Interseccionalidade, portanto, é uma proposta de se levar em conta as múltiplas formas de identidade:

As pessoas comuns podem recorrer à interseccionalidade como ferramenta analítica quando reconhecem que precisam de estruturas melhores para lidar com as complexas discriminações que enfrentam” (COLLINS; BILGE, 2016, p. 15)⁸

O debate sobre as questões de raça, classe, gênero, sexo, sexualidade, intersexualidade e demais questões que envolvem o campo teórico feminista se torna prolífico com as publicações acadêmicas *Cadernos Pagu*, com início em 1993, realizada pela Unicamp; *Revista Estudos Feministas*, de 1992, da UFSC; a *Revista Gênero*, criada em 2000 pela UFF, entre outros.

3.4 FEMINISMO DE QUARTA ONDA?

Apesar do movimento feminista ter um saldo positivo em conquistas de direitos e uma mobilização prolífica, no início dos anos 2000, fomenta-se um discurso de que o feminismo “teria perdido a razão de ser e se tornado pouco atraente para as novas gerações de mulheres” (GOMES; SORJ, 2014). Neste contexto, os meios de comunicação debatem sobre qual seria o papel que restara ao feminismo. Em uma

⁸ Tradução da autora para “Ordinary people can draw upon intersectionality as analytical tool when they recognize that they need better frameworks to grapple with the complex discriminations they face”.

publicação da revista Veja, de 2006, que trazia o título ‘O que sobrou do feminismo’, reconhecia-se o movimento feminista como “motor de profundas mudanças na vida ocidental cotidiana”, mas, ao não ter solucionado as grandes desigualdades de gênero, “teria perdido a capacidade de mobilizar mulheres” (GOMES; SORJ, 2014).

Por outro lado, a cobertura midiática também se posicionava de maneira antagônica.

O feminismo é considerado obsoleto, não por seu fracasso, mas porque já teria cumprido sua missão ao proporcionar às mulheres entrada no mercado de trabalho, liberdade sexual e oportunidades iguais aos dos homens. Na melhor das hipóteses, o feminismo é uma relíquia ainda necessária às “outras” mulheres, que vivem em regiões remotas e atrasadas.” (GOMES; SORJ, 2014)

O cenário é o de que o feminismo estaria em crise e desmobilizado. Em meio ao questionamento da razão de ser do movimento é que as mulheres lutam e ganham um dos símbolos mais vívidos de seus direitos no Brasil, a Lei Maria da Penha, a Lei 11340/06, de 7 de agosto de 2006, que trata especificamente de casos de violência doméstica.

A legislação é fruto de uma mobilização que levou o caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de sucessivas tentativas de feminicídio de seu marido, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após sucessivas falhas da justiça brasileira em prender o agressor.

A decisão da CIDH, favorável ao recurso das ativistas, impulsionou a mobilização nacional. Na esteira da campanha global “16 dias pelo fim da violência de gênero”, em 2003, as organizações civis deflagraram campanha pública para a criação de legislação específica em matéria de violência doméstica e familiar. (MACIEL, 2011)

A articulação do movimento feminista (Cladem – Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres) e a participação ativa de Maria da Penha e de organizações ligadas aos direitos humanos foram vitais para o sucesso da mobilização que condenou o Brasil por negligência tanto à vítima como ao tratamento dado à violência doméstica, recomendando a “adoção de políticas públicas voltadas a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher” (MP, 2018).

A Lei é fruto de uma articulação de seis entidades feministas que durou dois anos e elaborou e discutiu detalhadamente uma minuta do que seria uma lei adequada

no tratamento da violência doméstica, coerente com a luta de todo movimento feminista e as questões debatidas por anos dentro do movimento.

Seus principais objetivos são o de prevenir (indicando ao Estado e à sociedade as políticas públicas necessárias para evitar a violência contra as mulheres), educar (mostrando os valores éticos, o respeito à dignidade da pessoa humana e a perspectiva de gênero, com programas educacionais e curriculares), mudar comportamentos (promovendo uma real transformação nos valores sociais baseados nos direitos humanos) e punir (aplicando penas mais severas que as anteriormente aplicadas). (CORTÊS, 2016, p. 277)

A mobilização feminista não esteve circunscrita no ambiente político-jurídico, mas foi para as ruas questionando o lugar e a questão do corpo da mulher no espaço público. O movimento *Slut Walk* chega no Brasil com o nome de Marcha das Vadias, trazendo o questionamento sobre a autonomia dos corpos femininos. Surgido em 2011, o movimento ressignifica o termo *slut* – em português, vadia – questionando o “estereótipo de culpa que recai sobre mulheres agredidas em função da exposição de seus corpos ou de suas sexualidades”. O movimento acontece em resposta a um policial que afirma que mulheres que se vestem como vadias são responsáveis pelas próprias violências que sofrem (GALETTI, 2018).

Com grande capacidade de mobilização, a Marcha das Vadias acontece no mundo inteiro e no Brasil em mais de 30 cidades. Neste momento, outra forma de articulação entra em cena com o uso de sites de redes sociais, as marchas são organizadas de forma “descentralizada utilizando a internet como ferramenta singular de organização e propagação do movimento, através de blogs, redes sociais como o Facebook” (GALETTI, 2018). O movimento traz o slogan “meu corpo, minhas regras”.

Mais recente, uma série de protestos feministas eclodiram em 2015. Desencadeados pelo caso da participante do *reality show* infantil *Masterchef Junior*, Valentina Schulz, de 14 anos, que sofreu assédios *on-line* em suas participações ao vivo, a ONG feminista *Think Olga* mobilizou um protesto virtual por meio da hashtag denúncia #MeuPrimeiroAssédio, que motivava mulheres a contarem seus primeiros abusos. Assim como a metodologia dos grupos de consciência dos anos 1980, a campanha *on-line* serviu para expor um problema endêmico –os dados coletados *on-line* expõem uma realidade assustadora: “a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos” (OLGA, 2015).

Outras *hashtags* denúncias também foram utilizadas no mesmo período para denunciar diferentes abusos sofridos pelas mulheres. Entre elas, estão as campanhas #MeuAmigoSecreto, #VamosFazerUmEscândalo e #Vaitershorthosim, todas com caráter de denúncia de comportamentos que limitam a liberdade feminina. Também as campanhas #SomosTodosTaísAraújo e #SomosTodosMaju em apoio às atrizes negras que sofreram ataques racistas e machistas em seus perfis pessoais na internet.

Junto ao debate público sobre as violências e abusos sofridos pelas mulheres, entra em pauta a discussão sobre o Projeto de Lei 5069, de autoria do então presidente da câmara Eduardo Cunha, que visava a dificultar o aborto legal em caso de estupro. Com um sentimento de ‘basta’, eclode uma onda de protestos feministas por todo o Brasil. O movimento ganhou ampla cobertura midiática (figura 2) e foi apelidado de “Primavera Feminista”

Figura 2 – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE NOVEMBRO DE 2015



Fonte: Revista Época

Reações à terceira e à quarta onda ainda acontecem atualmente. A filósofa Judith Butler esteve no Brasil em novembro de 2017 e sofreu forte protesto para que sua palestra fosse cancelada (Betim, 2017). A *teoria queer* é interpretada por grupos conservadores como uma “ideologia de gênero”. Nessa visão, “o debate sobre gênero e a própria existência do termo ameaça os valores da família e confunde a cabeça das crianças, além de ir contra fatos biológicos” (2017). A reação está materializada na existência do projeto Escola sem Partido, que pretende limitar a atuação de professores em sala de aula e, entre as pautas, a discussão sobre gênero.

Neste contexto, os *sites* de redes sociais são palcos para debates e informações e entender seu papel nas dinâmicas de informações sobre a luta e informações sobre os direitos das mulheres é essencial para estas.

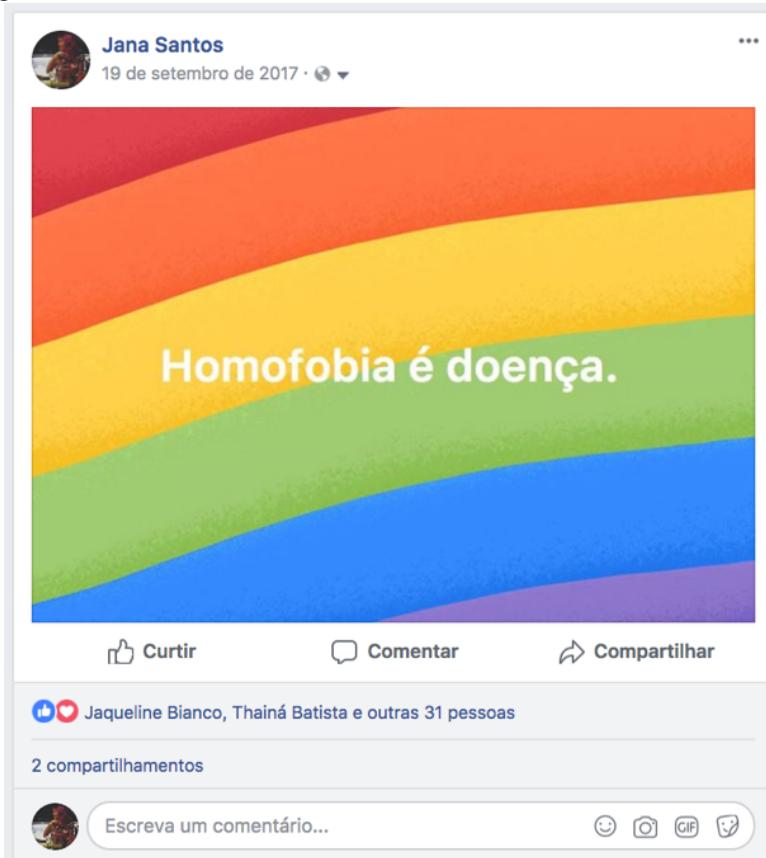
4 ANÁLISE DAS RESSIGNIFICAÇÕES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK

Como enunciado anteriormente, a busca desta pesquisa está em analisar o uso do site de rede social Facebook como plataforma para o embate discursivo sobre os movimentos feministas, especialmente em relação a práticas discursivas e controle do discurso, uma vez que neste suporte midiático toda publicação de qualquer natureza, inclusive as notícias publicadas por veículos de notícias, vêm acompanhadas das opiniões públicas que compõem também parte da publicação.

No site de rede social Facebook, há duas formas distintas de acesso à ferramenta. Uma como página, destinada aos perfis corporativos. Segundo o Facebook, “páginas servem para empresas, marcas, organizações e figuras públicas compartilharem suas histórias e se conectarem com as pessoas” (FACEBOOK, 2018); já os perfis pessoais são “um conjunto de fotos, histórias e experiências que contam a sua história” (FACEBOOK, 2018). São iguais em suas possibilidades de uso, mas diferentes em seus propósitos: enquanto um se destina ao uso “pessoal”, o outro ao uso “institucional”.

Um perfil pode se conectar com uma rede de amigos por meio do processo de adicionar amigos, ou seja, adicionando outros perfis. Como perfil também é possível adicionar ou receber um convite de amizade e, assim, seus amigos passam a receber os conteúdos ou postagens publicadas pelo seu perfil. Os perfis possuem uma limitação de até cinco mil amigos (THE NEW YORK TIMES *apud* VEJA, 2010). A seguir, um exemplo de uma postagem em um perfil pessoal (figura 3):

Figura 3 – POSTAGEM EM PERFIL PESSOAL NO FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Por outro lado, uma página não pode adicionar um amigo e nem receber pedidos de amizade. Nas relações corporativas dentro da ferramenta, é possível somente ser seguido por perfis e outras páginas, mas as páginas não podem adicionar perfis como “amigos”, é uma relação passiva com os demais perfis ou páginas.

Ao criar uma publicação, ou seja, publicar um conteúdo visível a todos os perfis que acompanham a página e também àqueles que tiverem acesso ao conteúdo por meio de compartilhamentos, existem várias possibilidades do tipo de conteúdo que pode ser criado pela página em seus variados formatos de publicações, que podem ser demonstrados no exemplo a seguir:

Figura 4 – PAINEL DE POSTAGEM E AÇÕES DE UMA PÁGINA NO FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

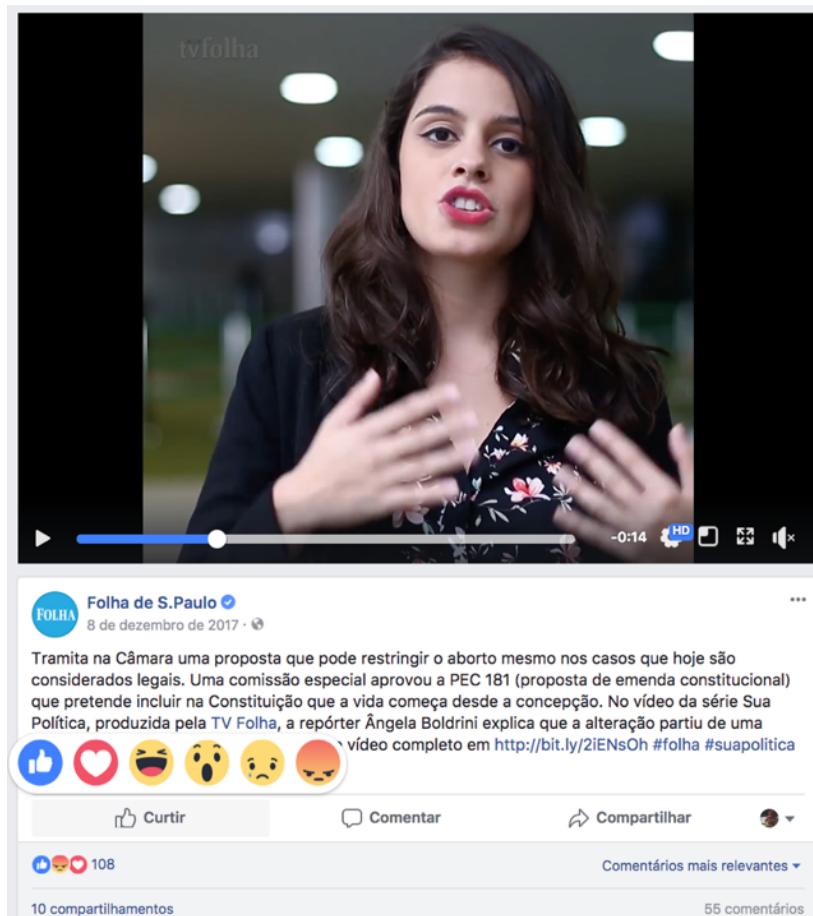
Basicamente, uma página pode postar uma foto, álbum de fotos, vídeo, nota, enquete, eventos ou um vídeo ao vivo (figura 4). Também pode fazer anúncios e ofertas, receber mensagens privadas ou direcionar para o atendimento telefônico. Algumas opções não listadas, mas que também são opções para criação de conteúdo nas páginas, são postagens no formato de GIFs⁹ (KURTZ, 2015), *links* de outros sites (ARAÚJO, 2017), fotos imersivas em 360º (FACEBOOK, 2017) e o formato Canvas, que funciona para *smartphones* e mescla, em uma espécie de ‘álbum mobile’, com vários tipos de possibilidades para construir um conteúdo em um só *post* como vídeos, *slideshow*, *links*, álbuns de fotos e etc. (FACEBOOK, 2016).

Ao fazer uma publicação em quaisquer desses formatos, perfis e páginas podem realizar comentários nas publicações utilizando também as variadas formas de interações que são possíveis dentro do site de rede social Facebook e que

⁹ GIF (*Graphics Interchange Format*), que se pode traduzir como "formato para intercâmbio de gráficos"), é um formato de imagem de mapa de bits muito usado na internet, quer para imagens fixas, quer para animações (WIKIPEDIA, 2017).

demonstram múltiplos tipos de envolvimento dos atores com as publicações. As seções de uma caixa de comentários padrão serão tipificadas a seguir:

Figura 5 – POSTAGEM DO FACEBOOK DA PÁGINA DA FOLHA DE S. PAULO



Fonte: Captura realizada pela autora¹⁰

Há três tipos de reações básicas que podem ser realizadas pelos atores: a curtida, uma ação que demanda apenas o clique no botão ou *link* curtir da publicação e que pode ser multiplicada em outros seis tipos de reações traduzidos em emojis¹¹ – curtir, ou reagir com amei, haha, uau, triste e grr –, que podem ser visualizados no destaque da figura da figura 5. De acordo com o Facebook, “curtir” é uma demonstração de apreço por um conteúdo, mas reagir com alguma das outras possibilidades permite ser mais específico para demonstrar qual é o sentimento em

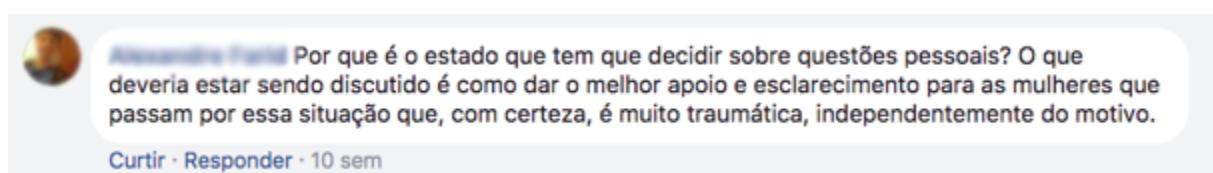
¹⁰ Disponível em <http://www.facebook.com/folhadesp/videos/sua-politica-aborto/2160533043988687/>

¹¹ Segundo o dicionário Oxford, *Emoji* deriva do japonês *e* (figura) e *moji* (letra), emojis são pequenas imagens digitais que são usados para expressar uma ideia ou emoção (OXFORD).

relação à publicação (FACEBOOK, 2018). Além disso, as reações também influenciam a curadoria de conteúdos que aparecem na *timeline* dos usuários realizada pelo algoritmo, sua importância está além de uma ação interativa, mas também em moldar o que o usuário lerá em seu perfil pessoal (MOLLOY, 2017).

Outra interação possível é comentar na postagem (figura 6), existem várias possibilidades para o uso dos comentários, desde usos textuais até formas específicas de interação. Compreender quais são essas possibilidades é importante para analisar as escolhas discursivas dos atores. Elas serão detalhadas nos exemplos a seguir:

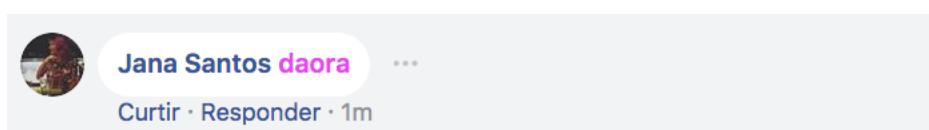
Figura 6 – COMENTÁRIO EM POSTAGEM NO FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Alguns termos, quando utilizados pelos atores em um comentário, são destacados visualmente e também são animados após a realização do comentário (figura 7):

Figura 7 – COMENTÁRIO DESTACADO EM POSTAGEM NO FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

A biblioteca de termos que geram esses efeitos varia de acordo com a época, o Facebook disponibiliza ações com termos comemorativos, por exemplo, para o dia dos namorados, aniversário de sagas literárias como Harry Potter, entre outras. Identifica-se que no período desta pesquisa os termos: *daora*, *da hora*, *já deu certo*, *um abraço*, *xoxo*, *felicidades*, *são os maiores* e *parabéns* geram esse efeito em português, por meio de pesquisa realizada na ferramenta.

O ator também pode utilizar *emojis* ou figuras para compor seu comentário. O Facebook possui uma biblioteca de *emojis* e uma outra de figuras, a diferença entre

ambas (figura 8) é que os *emojis* são disponíveis para todos os usuários e as figuras, cada ator inicia seu perfil com uma pequena biblioteca de figuras, que pode ser ampliada realizando o download de novos conjuntos de figuras.

Figura 8 – COMENTÁRIO DESTACADO EM POSTAGEM NO FACEBOOK

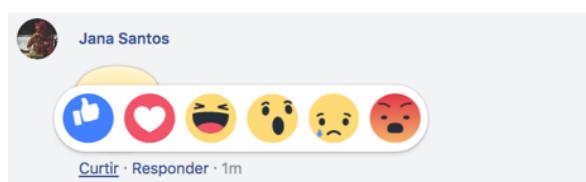


Fonte: Captura realizada pela autora

Os *emojis* e figuras também são manifestações importantes no ambiente virtual. Um caso bastante famoso do uso desse recurso como forma de protesto foi o ‘vomitoco’ em páginas governamentais, em que manifestantes utilizavam a figura de vômito para demonstrar desaprovação ao governo de Michel Temer e do PMDB, postando várias vezes nos comentários a imagem. Segundo a reportagem da Folha de São Paulo, foram postados 107 mil comentários, a maioria utilizando a figura (2016).

Também em cada comentário é possível curtir ou reagir, demonstrando sentimento a respeito do conteúdo postado. As curtidas e reações ajudam o comentário a se tornar mais relevante.

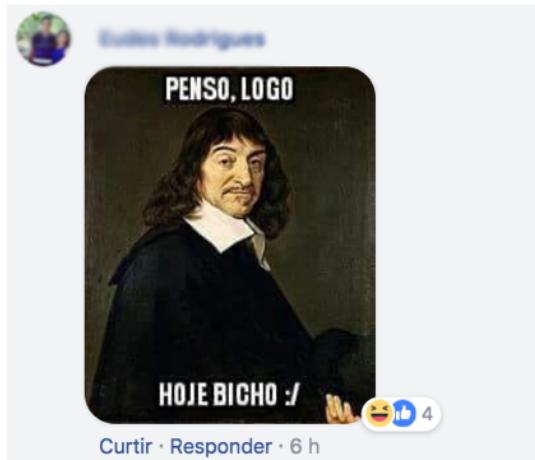
Figura 9 – REAÇÕES EM COMENTÁRIO DE POSTAGEM NO FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Outra interação possível é comentar (figura 9) com uso de uma imagem ou *gifs*. Desta maneira, os atores podem fazer uso de memes (figura 10) para compor sua mensagem:

Figura 10 – POSTAGEM DO FACEBOOK DA PÁGINA DA FOLHA DE S. PAULO COMPARTILHADA EM PERFIL PESSOAL

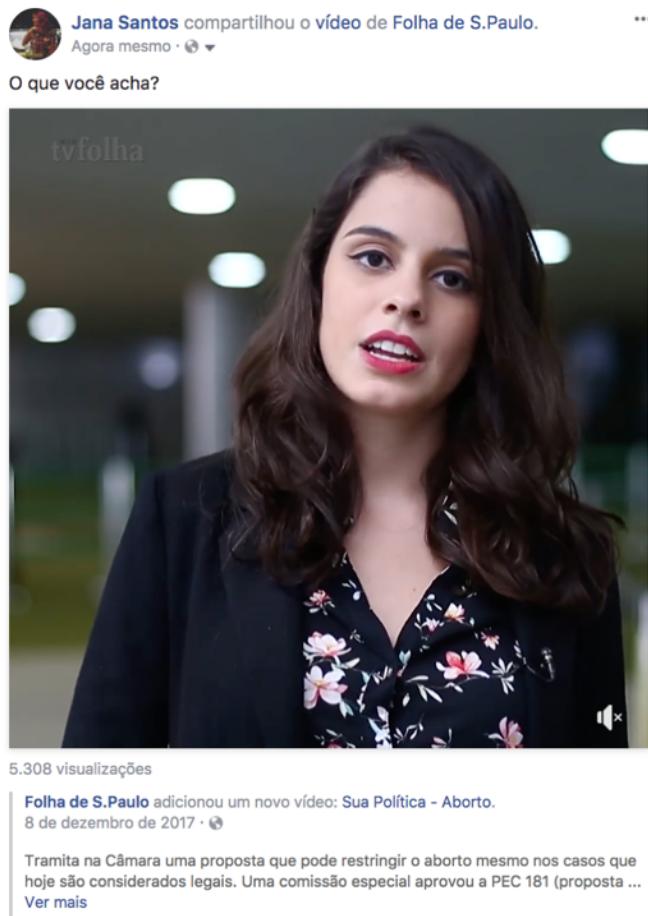


Fonte: Captura realizada pela autora

Links e vídeos também podem ser utilizados como recursos interativos para acrescentar contexto no conteúdo argumentativo das mensagens. É importante acrescentar que a possibilidade de uso desses recursos depende da configuração de cada página, podendo ou não estar disponível para uso.

Além das interações citadas anteriormente, também é possível compartilhar a postagem em um perfil pessoal ou em outra página. Assim o ator endossa o conteúdo e pode realizar uma postagem explicativa sobre o conteúdo compartilhado. Como no exemplo a seguir (figura 11):

Figura 11 – POSTAGEM DO FACEBOOK DA PÁGINA DA FOLHA DE S. PAULO COMPARTILHADA EM PERFIL PESSOAL



Fonte: Captura realizada pela autora

Diferente dos comentários, que estão disponíveis em uma caixa de comentários logo abaixo da postagem realizada na página, o post compartilhado fica disponível no perfil de cada ator e depende das configurações de privacidade de cada perfil para acesso. Perfis podem selecionar quem pode visualizar seu conteúdo e podem bloquear o acesso de terceiros a seus conteúdos, inviabilizando o acesso a estes posts compartilhados sem autorização prévia.

Por esta limitação, o *corpus* de pesquisa excluiu compartilhamentos e selecionou apenas postagens e seus respectivos comentários.

4.1 RECORTE

Para a seleção das notícias e de seus comentários para análises, foi adotado o critério de audiência, para que os jornais de maior circulação digital estejam dentro do *corpus* de pesquisa. A última verificação realizada pela ANJ dos maiores jornais de circulação média digital diária no Brasil é do ano de 2015 (figura 12).

Figura 12 – MÉDIA DE CIRCULAÇÃO DIGITAL DE JORNAIS NO BRASIL

RANK	TÍTULO	UF	MÉDIA DE CIRCULAÇÃO DIGITAL	VARIAÇÃO 2014-2015
1	FOLHA DE S.PAULO	SP	146.641	
2	O GLOBO	RJ	118.143	
3	O ESTADO DE S.PAULO	SP	78.410	
4	SUPER NOTÍCIA	MG	49.332	
5	ESTADO DE MINAS	MG	48.284	
6	O TEMPO	MG	46.015	
7	ZERO HORA	RS	44.749	
8	EXTRA	RJ	25.941	
9	VALOR ECONÔMICO	SP	18.291	
10	CORREIO BRAZILIENSE	DF	17.429	
11	CORREIO*	BA	17.350	
12	A TARDE	BA	11.368	
13	DIÁRIO CATARINENSE	SC	10.936	
14	JORNAL DO COMMERCIÓ	PE	10.468	
15	PIONEIRO	RS	5.446	
16	GAZETA DO Povo	PR	4.938	
17	DIÁRIO DE SANTA MARIA	RS	3.000	
18	A NOTÍCIA	SC	2.811	
19	HOJE EM DIA	MG	2.680	
20	A GAZETA	ES	2.405	
21	JORNAL DE SANTA CATARINA	SC	2.226	
22	CORREIO DO Povo	RS	1.600	
23	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	PE	1.426	
24	FOLHA DE LONDRINA	PR	1.253	
25	JORNAL NH	RS	1.229	
26	LANCE!	RJ	1.061	
27	A TRIBUNA	ES	931	
28	DIÁRIO DE CANOAS	RS	873	-
29	O DIA	RJ	667	

Fonte: ANJ

O período para extração do *corpus* de análise está circunscrito no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, nos anos de 2017 e 2018. O *ranking* da ANJ é apenas de 2015, contudo, os dados servirão como guia para verificar a audiência dos 20 primeiros veículos deste *ranking* por intermédio do número de engajamento de seus seguidores em suas páginas no Facebook no período de análise.

Como não há acesso direto aos dados de cada uma das páginas, como os editores possuem, utilizou-se a ferramenta Netvizz para coleta e extração dos dados Facebook, criada por Berhard Rieder, da *University Of Amsterdam* (Rieder, 2013). A ferramenta foi desenvolvida pelo autor em 2009, como uma proposta de estudar a plataforma como um novo objeto de mídia e avaliar a aplicação de métodos digitais.

Para avaliar os veículos segundo critério de engajamento no Facebook, buscou-se como ponto de partida os veículos presentes no *ranking* da ANJ e, por meio de uma coleta de dados realizada no período de 3 a 10 de maio de 2018, utilizando o Netvizz, foi composto o *ranking* abaixo com os dados de número de postagens e engajamento durante o Dia Internacional da Mulher.

Para realizar sua extração de dados, o Netvizz utiliza a “Interface de Programação de Aplicativos”¹², ou API, para fazer uma coleta de dados no Facebook. De modo geral, uma API é uma rotina de padrões de acesso de um sistema ou plataforma baseado na web.

Para possibilitar uma melhor visualização dos dados, os veículos estão alinhados em um *ranking* por engajamento. Desta maneira, é possível visualizar quais veículos tiveram mais engajamento no Dia da Mulher durante os anos de 2017 e 2018.

¹² Tradução de “Application Programming Interface”

Tabela 1 – RANKING POR ENGAJAMENTO MÉDIO DE PÁGINA DE NOTÍCIAS NO FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017

Ranking	Veículo	ID Facebook	Posts	Engajamento
1	O Globo	115230991849922	15	19.411
2	Extra	190833037616321	13	16.302
3	Folha de S. Paulo	100114543363891	8	9.311
4	Correio	287321157949050	16	3.739
5	A Gazeta	275060412517621	6	3.424
6	Gazeta do Povo	149698499571	4	1.858
7	Diário Catarinense	128170820557522	4	1.847
8	Diário de Santa Maria	223680817683047	4	876
9	O Estado de Minas	297674750278959	5	820
10	O Estado de S. Paulo	115987058416365	2	746
11	O Tempo	123915661024322	2	708
12	Correio Braziliense	159878894058449	3	589
13	A Notícia	119676864774889	3	572
14	Valor Econômico	197587446941661	4	363
15	A Tarde	203797129634123	5	269
16	Zero Hora	46452974955	4	267
17	Hoje em Dia	187505974628777	6	86
18	Pioneiro	154521553845	2	56
19	Super Notícia	711694382245956	0	0
20	Jornal do Commercio	196984146984424	0	0

Fonte: Coleta realizada pela autora

Neste *ranking*, é possível ver que, mesmo entre os veículos com maior circulação digital pela ANJ, há dois veículos que não realizaram nenhuma postagem em suas páginas no site de rede social Facebook no Dia Internacional da Mulher de 2017: Super Notícia¹³ e Jornal do Commercio¹⁴.

¹³ O veículo encontra-se site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/jornalsupernoticia/>>.

¹⁴ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/jornaldocommercioPE/>>.

Tabela 2 – RANKING POR ENGAJAMENTO MÉDIO DE PÁGINA DE NOTÍCIAS NO FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2018

Ranking	Veículo	ID Facebook	Posts	Engajamento
1	Extra	190833037616321	15	251.578
2	O Globo	115230991849922	9	13.398
3	Correio Braziliense	159878894058449	13	17.157
4	O Estado de S. Paulo	115987058416365	13	16.470
5	A Gazeta	275060412517621	8	3.794
6	Diário Catarinense	128170820557522	4	1.847
7	Correio	287321157949050	9	4.007
8	Valor Econômico	197587446941661	4	1.406
9	Zero Hora	46452974955	10	3.339
10	Gazeta do Povo	149698499571	9	2.265
11	A Notícia	119676864774889	4	328
12	Diário de Santa Maria	223680817683047	4	294
13	A Tarde	203797129634123	6	341
14	O Tempo	123915661024322	8	397
15	Hoje em Dia	187505974628777	8	319
16	O Estado de Minas	297674750278959	9	294
17	Pioneiro	154521553845	4	84
18	Super Notícia	711694382245956	2	25
19	Folha de São Paulo	100114543363891	0	0
20	Jornal do Commercio	196984146984424	0	0

Fonte: Coleta realizada pela autora

Assim como em 2017, também há veículos que não realizaram postagens em 2018. O Jornal do Commercio por decisões editoriais e a Folha de S. Paulo porque decidiu parar de publicar qualquer conteúdo no site de rede social Facebook em fevereiro de 2018. Inicialmente, a proposta era selecionar para o *corpus* de análise apenas os veículos de maior engajamento na data e assim coletar as postagens que tratassem do movimento feminista de modo amplo, buscando compor um *corpus* diversificado de postagens que tratassem da temática e que, ao mesmo tempo, tivessem um amplo debate em suas páginas de origem.

Contudo, ao verificar a cobertura do Dia Internacional da Mulher pelos veículos, viu-se que havia jornais que não veicularam conteúdos sobre a data e, ainda, aqueles que veicularam, grande parte tratava de temáticas que fazem parte das pautas do

movimento feminista, como assédio sexual ou feminicídio, mas não citavam o movimento e tratavam como problemas da mulher ou ainda tratavam da história de uma personagem como exemplo para problemas vividos pelas mulheres. Além daqueles veículos que buscaram homenagear as mulheres pela data celebrando ou parabenizando com postagens e cartões em suas páginas. Verificou-se que, embora o Dia Internacional da Mulher seja uma data ligada à mobilização histórica feminista, o movimento não apareceu como protagonista do debate na maioria das postagens que tratavam da data. Um exemplo claro desta ausência do movimento feminista na cobertura da data foi o de que, em ambos os anos, 2017 e 2018, houve passeatas e mobilizações em várias cidades, mas verificando todas as postagens realizadas por todos os 20 veículos em 2017 e 2018, que somam no total 245 conteúdos publicados, há apenas três postagens que tratam especificamente destas mobilizações, todas do ano de 2017.

Se fez necessário um outro olhar para o recorte dos conteúdos selecionados, descartando o critério de engajamento como critério principal, mas encontrando veículos que, em sua pauta de conteúdos sobre o Dia Internacional da Mulher, tivessem realizado postagens que tratassesem do movimento feminista. Assim, o critério para o recorte buscou selecionar todos os veículos que trouxessem conteúdos que abordassem movimentos feministas e, de cada veículo, selecionar uma postagem com esta abordagem para análise; caso os veículos tivessem mais de uma postagem dentro da temática de análise, foi analisada aquela de maior engajamento.

Embora seja mais lógico começar a análise do ano anterior e assim seguir para o ano seguinte, a lógica foi invertida, já que no ano de 2018 não há nenhuma postagem selecionada para o *corpus* de análise. Foi tratado a seguir como foi a cobertura deste ano e os motivos para que não haja nenhuma postagem incluída no *corpus*. Na sequência, foi analisado o ano de 2017 em mais detalhes.

No ano de 2018, verificou-se que nenhum veículo dentre a lista dos 20 com maior audiência de veiculação digital tratou da temática dos movimentos feministas diretamente, embora tratasse das pautas discutidas pelos movimentos. A maioria das postagens se concentrou em realizar abordagens de personagens que vivenciassem situações de abuso, assédio, violência ou ainda as histórias dos traumas, alternando entre um tratamento jornalístico, por meio de matérias e reportagens ou um tratamento publicitário. Na postagem selecionada abaixo (figura 13), é possível ver um exemplo da abordagem por meio das personagens:

Figura 13 – POSTAGEM DE O GLOBO¹⁵ NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2018



Fonte: Captura realizada pela autora¹⁶

No vídeo, Rosângela Sá relata um caso de violência doméstica grave em que teve seu corpo ateado fogo e as consequências dessa violência em sua vida. Ao final do vídeo, ela termina recitando um poema que trata de superação. O caso dela e de outras mulheres foram trazidos pelo O Globo em abordagens similares, por meio de vídeos em que elas relatam suas vivências. Outros veículos utilizaram abordagens semelhantes, por intermédio de matérias e vídeos que traziam depoimentos e relatos dessas personagens.

Alguns veículos optaram por selecionar notícias sobre mulheres ou o Dia Internacional da Mulher para publicar na data, como o exemplo abaixo.

¹⁵ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/jornaloglobo>>.

¹⁶ Disponível em <https://www.facebook.com/jornaloglobo/videos/2013161518723517/>

Figura 14 – POSTAGEM DE GAZETA DO POVO¹⁷ NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2018



Fonte: Captura realizada pela autora¹⁸

Além dessas duas abordagens exemplificadas acima, houve, ainda, aquelas que celebravam o Dia Internacional da Mulher com uma postagem com felicitações e homenagens às mulheres.

Embora as abordagens de personagens tragam discussões sobre pautas importantes vividas pelas mulheres, e até mesmo algumas delas cheguem a citar o feminismo em suas falas, os movimentos feministas parecem ter sido deixados em segundo plano no tratamento dado a temática. Os conteúdos reconhecem que as mulheres são oprimidas de diferentes maneiras, mas não tratam das lutas e questões debatidas pelos movimentos feministas, e também não trazem uma cobertura sobre as manifestações de rua que aconteceram na data. Em uma das páginas criadas para

¹⁷ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/gazetadopovo>>.

¹⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/curitibagazetadopovo/posts/2038035656224713>

mobilização do dia 8 de março, há o relato de que aconteceram manifestações em 50 cidades no Brasil em 2018.

Figura 15 – POSTAGEM DE 8M BRASIL¹⁹ NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2018



Fonte: Captura realizada pela autora

Já no ano de 2017, há outras abordagens diferentes daquelas verificadas em 2018. Foi possível encontrar postagens que abordam o movimento feminista diretamente, trazendo temáticas debatidas pelos movimentos, discutindo questões sobre o feminismo do ocidente em oposição ao oriente, também discussões sobre a construção histórica dos movimentos feministas, além de debates entre personalidades sobre o feminismo. Na cobertura dos veículos de 2017, também há postagens sobre as manifestações de rua, embora essas notícias não contextualizem a dimensão das manifestações e foquem somente em manifestações que aconteceram nas imediações das redações dos jornais que realizaram a cobertura. Desta maneira, todas as postagens selecionadas para o *corpus* de análise acabaram se concentrando em 2017.

¹⁹ A 8M Brasil descreve-se como uma página divulgação de atividades e eventos relacionados à Greve Internacional de Mulheres do 8 de Março no Brasil e encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/pg/GrevedeMulheres/>>.

Neste período, entre todos os 20 veículos do *ranking*, 5 deles não realizaram nenhuma postagem diretamente relacionada ao Dia Internacional da Mulher durante o dia 8 de março de 2017, são eles: A Gazeta²⁰, Diário Catarinense²¹, O Estado de Minas²², Valor Econômico²³ e Zero Hora²⁴. Além destes 5 veículos, 2 deles não realizaram postagem alguma durante todo o dia, Super Notícia e Jornal do Commercio, como mencionado anteriormente.

Dos 13 veículos restantes, apenas 6 veículos postaram algum conteúdo relacionado ao movimento feminista, sendo que destes, Extra e O Globo, que são do mesmo grupo empresarial, replicaram a mesma postagem em ambas as páginas e para recorte da análise foi utilizada somente a postagem de O Globo, que possui mais engajamento.

Em 2017, é possível perceber que o movimento feminista é reconhecido como protagonista em várias abordagens realizadas pelos veículos. O Globo, Extra e Correio Brasiliense, além de adotarem conteúdos sobre personagens, também trouxeram debates em vídeo com mulheres que trataram de questões do movimento feminista, como a postagem abaixo.

²⁰ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/gazetasbs/>>.

²¹ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/diariocatarinense/>>.

²² O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/EstadodeMinas/>>.

²³ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/valoreconomico/>>.

²⁴ O veículo encontra-se no site de rede social Facebook neste endereço: <<https://www.facebook.com/gauchazh/>>.

Figura 16 – POSTAGEM DE O GLOBO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017



Fonte: Captura realizada pela autora²⁵

Na postagem, as colunistas Maria Ribeiro e Ana Paula Lisboa debatem com a editora de mídias sociais de O Globo e do Extra, Beatriz Mota, em uma transmissão ao vivo, as conquistas e desafios das mulheres. No texto da publicação, o termo feminismo vem destacado como pauta do debate.

Alguns veículos também destacaram contextualizações históricas do movimento feminista em conteúdos que lembravam as raízes do movimento, postagens desta natureza aparecem na Folha de S. Paulo, em um *link* de uma matéria que conta a história do Dia Internacional da Mulher, ligando-o à data do incêndio que teria acontecido em 1875, vitimando centenas de mulheres (FOLHA, 2017). Já o Estado de São Paulo traz um vídeo do Acervo Estadão relembrando as origens do movimento feminista por meio de seu protagonismo nos movimentos que impulsionaram a Revolução Russa.

Além dos debates, as manifestações de rua estiveram no enfoque de reportagens de O Globo, A Tarde e Correio Brasiliense, que mostraram paralizações em suas cidades, bem como a articulação do movimento feminista com outros países que também realizaram paralisações.

²⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/jornalogsoblo/videos/1568367489869591/>

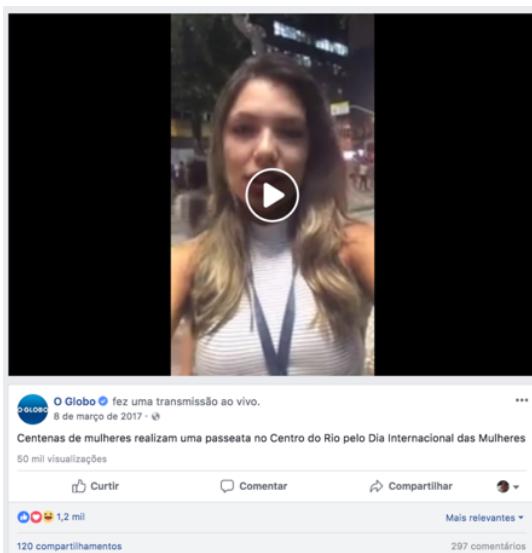
A seguir, serão detalhadas quais postagens compõem especificamente o recorte de análise.

4.2 POSTAGENS SELECIONADAS

Para a análise, foram selecionados todos os veículos que trataram de movimentos feministas no Dia Internacional da Mulher, em sua pauta no ano de 2017, único período em que foram encontradas postagens sobre o tema. Os veículos que compõem o *corpus* de análise são: O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Correio Brasiliense e A Tarde. Cada veículo e suas respectivas postagens serão detalhados em sequência.

No site de rede social Facebook, O Globo possui mais de 5 milhões de curtidas; dentre os veículos do *ranking*, também é a página de maior engajamento na data. No total, O Globo fez 7 postagens que tratavam do Dia Internacional da Mulher, entre elas, 2 debates ao vivo discutiram pautas do feminismo e outra postagem realizou a cobertura de uma passeata feminista realizada na data no Rio de Janeiro. A postagem de maior engajamento dentre as 3 foi a da manifestação feminista, selecionada para o *corpus* de análise. A postagem pode ser visualizada abaixo:

Figura 17 – POSTAGEM DE O GLOBO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017²⁶



Fonte: Captura realizada pela autora

²⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalogsobr/videos/1568695649836775/>>.

A repórter faz uma cobertura da passeata caminhando junto aos manifestantes, registra tudo aparentemente com um celular e também entrevista uma líder de um movimento feminista. Durante a transmissão de 21 minutos, Daiane Rezende contextualiza informações sobre a passeata e quais são as pautas reivindicadas pelas mulheres; segundo ela, as principais bandeiras são a luta contra a reforma da previdência e a violência contra mulher. Além das informações sobre a passeata, também há informações de que outras 55 cidades no Brasil também recebem passeatas e paralisações. A postagem recebeu 1.225 curtidas, 120 compartilhamentos e 297 comentários. Considerando os comentários como toda a população da postagem, calculou-se que uma amostra de 95% de nível de confiança e 5% de erro amostral geraria uma amostra de 168 comentários.

A Folha de S. Paulo também é um dos veículos de grande engajamento. Embora tenha optado posteriormente em deixar de publicar conteúdo no site de rede social Facebook, atualmente, possui quase 6 milhões de curtidas (5,9 milhões). Durante o Dia Internacional da Mulher, a Folha realizou somente uma postagem com a abordagem histórica do movimento feminista.

Figura 18 – POSTAGEM DE FOLHA DE SÃO PAULO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017²⁷



Fonte: Captura realizada pela autora

²⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1722262234482439>>.

A postagem teve 586 curtidas, 201 compartilhamentos e 79 comentários. Calculando a amostra com um nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%, chegou-se à amostra necessária de 64 comentários.

A abordagem histórica também é utilizada pelo Estadão, que, por meio do seu acervo histórico, busca publicações sobre momentos marcantes femininos que foram publicadas nas páginas do jornal. A primeira abordagem é sobre a participação das mulheres como protagonistas do movimento que desencadeou a Revolução Russa; na sequência, são discutidos momentos como o sufrágio e a mulher na mídia. São 16 minutos de vídeo transmitidos ao vivo, a publicação gerou 234 curtidas, 36 compartilhamentos e 100 comentários. Nesta postagem, foi necessário o processo de amostragem, assim, dos 100 comentários que compõem a população, com um nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%, chegou-se à uma amostra necessária de 80 comentários.

Figura 19 – POSTAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017²⁸



Fonte: Captura realizada pela autora

O Correio Brasiliense, assim como O Globo, também mencionou as manifestações feministas. Sua postagem para o Dia Internacional da Mulher foi por meio de uma publicação que destacava a capa do jornal daquele dia, trazendo em

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/videos/1845779615437092/>>.

uma de suas notícias uma matéria sobre as manifestações feministas. Entretanto, o jornal também faz outros destaques em suas notícias que acabam sendo a tônica das discussões na sua caixa de comentários, por esse motivo, a postagem não foi considerada para análise.

O veículo A Tarde, de Salvador, assim como O Globo, também realizou uma breve cobertura da passeata que aconteceu na cidade. Em sua publicação em forma de vídeo, há 52 segundos da concentração da passeata antes de sua saída para a marcha do Dia Internacional da Mulher. O vídeo não possui nenhum tipo de áudio ou narração além do próprio registro das cenas gravadas do movimento.

Figura 20 – POSTAGEM DE A TARDE NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017²⁹



Fonte: Captura realizada pela autora

A publicação gerou 85 curtidas, 8 compartilhamentos e 8 comentários. De igual maneira, não se fez necessário o processo de amostragem por se tratar de uma população pequena de comentários.

²⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/atarde.online/videos/1721274864553001/>>.

Assim, o *corpus* de análise se encerra nessas 5 postagens destacadas acima e nos 314 comentários selecionados no processo de amostragem estatística, que se fez necessário para redução da população de comentários para análise.

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a análise dos comentários nos veículos no *site* de rede social Facebook, o método elegido é a análise de conteúdo (AC), conforme mencionado anteriormente. Por deixar uma grande trilha textual em suas manifestações discursivas, as caixas de comentários do Facebook são um vasto campo para análise de conteúdo que tem como principal objeto de pesquisa justamente a análise de *corpus* textuais. Um *corpus* de texto é a representação e a expressão mais factual de uma comunidade que escreve (BAUER; GASKELL, 2015, p. 192).

O poder e a riqueza deste tipo de análise estão na sua capacidade de síntese utilizando uma classificação sistemática e a contagem de unidades do texto, permitindo que um grande número de dados esteja contido em alguns poucos gráficos, facilitando assim a leitura dos dados (BAUER; GASKELL, 2015, p. 189).

Apenas uma postagem no Facebook pode agregar um grande *corpus* empírico para análise e leitura. Citando um exemplo, a postagem em vídeo do Facebook da Folha ilustrada na Figura 3 gerou 90 comentários e 2.390 palavras para leitura, com a soma de mais conteúdos e comentários, o *corpus* pode se tornar bastante extenso. A análise de conteúdo se justifica como primeira abordagem, pois permite uma leitura objetiva de toda coleta de dados.

A análise de conteúdo permite produzir inferências sobre um texto transpondo para seu contexto, que pode estar inacessível ao pesquisador (BAUER; GASKELL, 2015, p. 191). Entretanto, a AC não pode ser considerada uma “leitura verdadeira” do texto, um *corpus* de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele pode conter (BAUER; GASKELL, 2015, p. 191). O método busca fornecer leituras possíveis de um *corpus*, que podem não necessariamente ser a do autor ou de um usuário (KRIPPENDORFF, 2012, p. 10). Por intermédio de procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis, muitas vezes, também, de um tratamento estatístico das unidades de texto, a análise de conteúdo permite “reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, virtudes, atitudes, opiniões,

preconceitos e estereótipos e compará-los entre as comunidades” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 192).

As definições propostas por pesquisadores sobre AC apontam principalmente a sistematização como alicerce da metodologia e a possibilidade de realizar inferências sobre emissores e os seus contextos, como é possível perceber nas definições destacadas a seguir. Em Bernard Berelson encontra-se a definição do método como “a técnica de pesquisa para descrição sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (1952, p.18 *apud* BAUER e GASKELL, 2015, p. 192). Já em Laurence Bardin (2016, p. 48), comprehende-se a metodologia como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”. Para Weber (1990, p. 9), a análise de conteúdo é “uma metodologia de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto. O autor ainda aponta que o método denota inferências “sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem” .

Os procedimentos metodológicos de uma análise de conteúdo buscam reconstruir representações textuais em duas dimensões: a sintática e a semântica. O enfoque sintático está nos transmissores de sinais e suas inter-relações, descrevendo os meios de expressão e influência, buscando analisar como algo é dito ou escrito – a frequência de recorrência de termos, o uso do vocabulário e as características gramaticais e estilísticas apontam para inferências possíveis. Assim, o “emprego de uma forma de palavras que não é comum pode identificar um provável autor e determinado vocabulário pode indicar um tipo provável de público” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 192 - 193).

Já a camada semântica aponta para a relação entre os sinais e seu sentido natural, conotativo e denotativo, demonstrando como palavras, sentenças e unidades maiores de texto são classificadas como “exemplos de temas predefinidos e avaliações” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 193). A repetição de um termo específico em uma frase ou parágrafo pode demonstrar a ocorrência de sentidos associativos.

Para iniciar a aplicação da metodologia, foi necessária a criação de um referencial de codificação. Esse procedimento representa “um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador consegue

respostas, dentro de um conjunto predefinido de alternativas (valores de codificação)” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 199). Ainda que o *corpus* esteja livre para interpretações, a análise de conteúdo reflete sobre o material apenas dentro do referencial de codificação.

Diversas considerações são necessárias para criar o referencial de codificação, primeiramente, é importante uma investigação inicial para compreender similaridades, assim, o que vai permitir o agrupamento em categorias, ou códigos, de análise “é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 2016, p. 148). Uma boa codificação segue os critérios de i) exclusão mútua: um mesmo elemento não pode existir em mais de uma categoria; ii) homogeneidade: um único princípio de categorização deve governar a organização; iii) pertinência: as categorias de análise devem ser pertinentes ao material escolhido; iv) objetividade e a fidelidade: diferentes partes do mesmo material ou diferentes codificadores devem chegar aos mesmos resultados; v) produtividade: um conjunto de categorias deve produzir resultados práticos (BARDIN, 2016, p. 150).

Após a leitura sistematizada, o *corpus* de texto foi catalogado com base no referencial de codificação, produzindo dados. Com esses dados, foi possível realizar inferências sobre o emissor ou produtor da mensagem, tendo em vista que as mensagens emitidas por ele o representam, e também inferências sobre o receptor, uma vez que a mensagem se dirige a ele (ou a um conjunto deles) (BARDIN, 2016, p. 166).

4.3.1 Referencial de codificação

Após a seleção das postagens a serem analisadas, foi realizada uma etapa de pré-análise para organização e sistematização de ideias iniciais. Este período foi necessário para que sejam formuladas hipóteses e sejam selecionados os documentos que foram submetidos à análise, neste caso, a seleção dos comentários que foram selecionados para análise de conteúdo por meio do processo de amostragem.

Em um primeiro momento, todos os comentários das postagens selecionadas foram lidos por intermédio do processo metodológico de exploração sistemática denominado de leitura flutuante. Esse processo consiste em “estabelecer contato com

os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2016, p. 126).

Nesta primeira leitura, foi possível perceber a recorrência de temas nas publicações dos atores. Entre as hipóteses iniciais, os comentários a favor dos movimentos feministas pareciam estar em minoria frente àqueles que criticavam o movimento feminista ou as configurações de protesto dos movimentos feministas. Assim, nesta leitura inicial, notou-se que muitos comentários falavam sobre as manifestações que incluíam alguma forma de nudez e vários falavam sobre a exibições de seios nos protestos, bem como também comentavam sobre as dificuldades de trânsito em meio aos protestos. Entre os temas levantados, também foi possível perceber que os comentários delimitavam as mulheres feministas em um espectro político específico, ora tachando como esquerda, ora tachando como comunistas ou socialistas.

Outro fenômeno recorrente entre os comentários foi a presença de estereótipo ou chacota das mulheres feministas. O uso do termo *feminazi* ou outros estereótipos como abortistas, bigodudas, peludas, lésbicas ou sapatão, que se multiplicam em uma variada gama de adjetivos pejorativos sobre o imaginário feminista.

Além dos estereótipos, também há a presença de violências, seja na forma de ofensas, palavrões, assédios, ameaças, seja pelo uso específico de ofensas machistas, como em momentos que os atores fazem uso de ofensas como “e a louça já está lavada?”, utilizando tarefas domésticas como recurso para ofender as mulheres que estão em manifestações de rua.

Essas hipóteses iniciais e a recorrência de determinados temas nos comentários das postagens foram essenciais para a elaboração do referencial de codificação, em que estas temáticas foram utilizadas para sistematizar e catalogar a recorrência dos fenômenos observados na leitura inicial.

Cada um dos temas gerou um código, que foi utilizado para catalogar o *corpus* empírico. A seguir, cada uma das categorias será descrita para demonstrar como elas foram utilizadas para agregar as temáticas, bem como sua aplicação para o processo de categorização.

As categorias foram criadas baseadas em um sistema com letras e números. Os temas correspondem a letras (A, B, C, D, E,...), cada tema pode agregar diversas variáveis que são agregadas por números (1, 2, 3, 4,...) e, desta maneira, podem ser contabilizados de acordo com sua ocorrência.

A primeira categoria aplicada em todas as postagens avaliadas e nos comentários analisados foi chamada de tratamento da amostra, dentro dos comentários selecionados no processo de amostragem foram encontrados comentários em que não foi possível interpretar sua leitura, seja porque estavam com erros de digitação, seja porque os contextos daquele comentário não eram acessíveis. Os comentários não foram excluídos da amostra para que o processo de amostragem seja transparente e a amostra seja de fato aleatória, assim, não foram selecionados apenas comentários convenientes para a análise.

Tabela 3 – REFERENCIAL DE CODIFICAÇÃO: TRATAMENTO DA AMOSTRA

A: Tratamento da Amostra
1- Comentário avaliado
2- Comentário não avaliado

Fonte: elaborado pela autora

A codificação a seguir já começa a entrar em temas encontrados nos comentários dos atores. Primeiramente, busca-se categorizar se há uma manifestação de posicionamento acerca dos movimentos feministas. Nesta categoria, há também um detalhamento se há um posicionamento sobre os direitos das mulheres, mas contra os movimentos feministas, ou se há um posicionamento a favor de direitos das mulheres, mas sem mencionar os movimentos feministas; essas distinções foram feitas porque elas surgiram nas leituras iniciais. Além disso, embora possamos considerar que o uso de chacota ou estereótipo seja um posicionamento contra os movimentos feministas, em alguns momentos essas chacotas são direcionadas a fases do movimento e não a todo movimento, portanto, configura um fenômeno específico. Um exemplo encontrado são comentários que estereotipam feministas atuais, mas elogiam sufragistas como modelo feminista.

Tabela 4 – REFERENCIAL DE CODIFICAÇÃO: POSICIONAMENTO SOBRE OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

B: Posicionamento sobre os Movimentos Feministas
1- Comentário a favor dos movimentos feministas
2- Comentário contra os movimentos feministas
3- Comentário a favor das mulheres ou de seus direitos, mas contra os movimentos feministas
4- Comentário a favor das mulheres ou de seus direitos, mas não explicita posicionamento sobre os movimentos feministas
5- Presença de chacota ou estereótipo sobre os movimentos feministas
6- Não foi possível inferir posicionamento

Fonte: elaborado pela autora

Também foram codificadas as violências textuais presentes nos comentários. Cada uma das formas de violências foi catalogada em uma categoria específica. É importante destacar duas formas delas que não são tão óbvias quanto as outras. Foi criada uma categoria específica para os apelidos – consideramos apelidos nomes que ocorrem repetidas vezes como forma de denominar feministas, por exemplo, “abortistas” ou “bigodudas” –, embora seja uma forma de ofensa, ela é uma forma de ofensa específica, portanto, foi utilizada esta categoria para estes casos. Além deste caso, também foram identificados casos de ofensas machistas ligadas a atividades domésticas utilizadas especificamente para ofender mulheres dos movimentos feministas, frases como “e a roupa está lavada?” ou como “e a louça já lavou?”, que não soam agressivas foram de contexto, mas que neste contexto possuem outra conotação, por isso também foram catalogadas como tarefas domésticas; embora todas as outras, de alguma forma, também sejam ofensas machistas, essas deixam ainda mais evidente seu caráter de misoginia.

Tabela 5 – REFERENCIAL DE CODIFICAÇÃO: VIOLÊNCIAS VERBAIS ÀS MULHERES E AOS MOVIMENTOS FEMINISTAS.

C: Violências verbais às mulheres e aos movimentos feministas
1- Assédio
2- Ameaças
3- Palavrões
4- Apelidos
5- Ofensas
6- Tarefas Domésticas
7- Não contém

Fonte: elaborado pela autora

No próximo tópico levantado, foi verificada a presença de comentários sobre a orientação política dos movimentos feministas. Foram separados em categorias de acordo com os termos citados. Embora os termos comunistas e marxistas se aproximem, estão em categorias separadas. Outras correntes de pensamento não estão categorizadas, pois não apareceram na amostra, bem como outros partidos também não foram citados.

Tabela 6 – REFERENCIAL DE CODIFICAÇÃO: ORIENTAÇÃO POLÍTICA

D: Orientação Política
1: Cita textualmente o pensamento político da esquerda
2: Cita textualmente o pensamento político de centro
3: Cita textualmente o pensamento político da direita
4: Cita textualmente o pensamento político comunista
5: Cita textualmente o pensamento político socialista
6: Cita textualmente o pensamento político marxista
7: Cita partidos do espectro de esquerda (PT, PSOL, PC do B)
8: Não apresenta ou não foi possível inferir

Fonte: elaborado pelo autora

Por fim, o tema que agrupa os estereótipos feministas é a categoria que agrupa o maior número de valores, contabilizando 12 possibilidades de inserções dentro do tema. Os estereótipos são os mais variados, desde valores ligados ao corpo, afetividade e a sexualidade, até atribuições ligadas ao trabalho, bem como aspectos ligados à sua atuação política.

Tabela 7 – REFERENCIAL DE CODIFICAÇÃO: ORIENTAÇÃO POLÍTICA

E: Estereótipos Feministas
1: Feministas como mulheres que praticam aborto
2: Feministas como mulheres de esquerda
4: Feministas como mulheres que exibem seus corpos e seus seios
5: Feministas como mulheres descuidadas, feias
6: Feministas como mulheres que não se depilam
7: Feministas como mulheres diferentes das verdadeiras ligadas a tarefas domésticas e da família
8: Feministas como mulheres que não trabalham
9: Feminista como mulheres ressentidas e mal-amadas
10: Feministas como mulheres devassas e imorais; vadias
11: Feministas como lésbicas masculinizadas
12: Não se aplica

Fonte: elaborado pela autora

Após a realização do referencial de codificação, os comentários foram avaliados e catalogados de acordo com os valores elencados. No tópico subsequente, estão demonstradas as análises realizadas por meio desses códigos.

4.3.2 Categorização

Criado o referencial de codificação, os comentários foram analisados seguindo os temas levantados e agrupados em categorias de análise, para que possam ser analisados de acordo com sua ocorrência. Retomando o conceito, segundo Bardin (2016, p. 147), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão de características comuns a esses elementos.

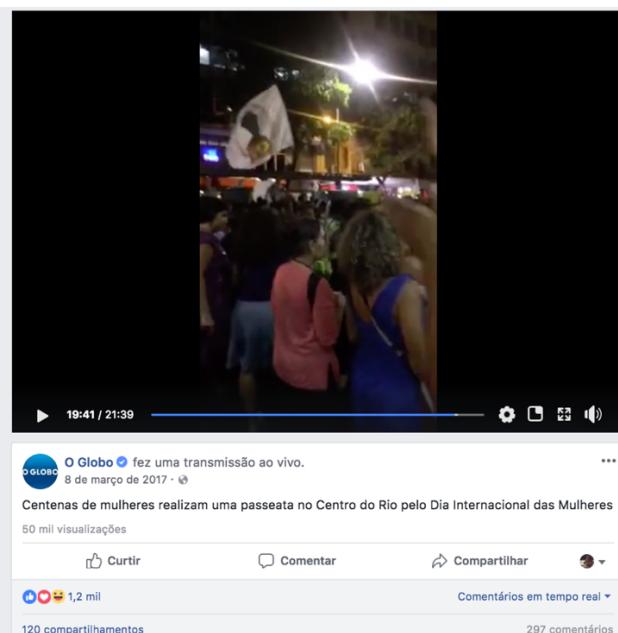
O referencial de codificação foi criado para que os comentários sejam classificados de acordo com estas características em comum. A seguir, estão descritos os dados de cada uma das postagens de acordo com os critérios levantados.

4.3.2.1 O Globo

A postagem de O Globo trata da cobertura ao vivo da manifestação feminista que ocorria no Rio de Janeiro, no Dia Internacional da Mulher de 2017. Conforme mencionado anteriormente, a publicação recebeu 1.225 curtidas, 120 compartilhamentos e 297 comentários. Por intermédio do processo de amostragem, foram selecionados para análise 168 comentários, que passaram pelo processo de categorização da análise de conteúdo.

Durante 21 minutos, a repórter Daiane Rezende acompanha a manifestação pelo centro do Rio de Janeiro narrando eventos e transmitindo dados sobre aquela e outras manifestações que estavam acontecendo no Brasil e ao redor do mundo. Segundo a repórter, vários movimentos feministas organizaram a passeata, que protestava principalmente pedindo providências em decorrência dos altos índices de violência contra mulher e, também, contra a reforma da previdência do presidente Michel Temer, que atingia as mulheres.

Figura 21 – POSTAGEM DE O GLOBO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2017³⁰

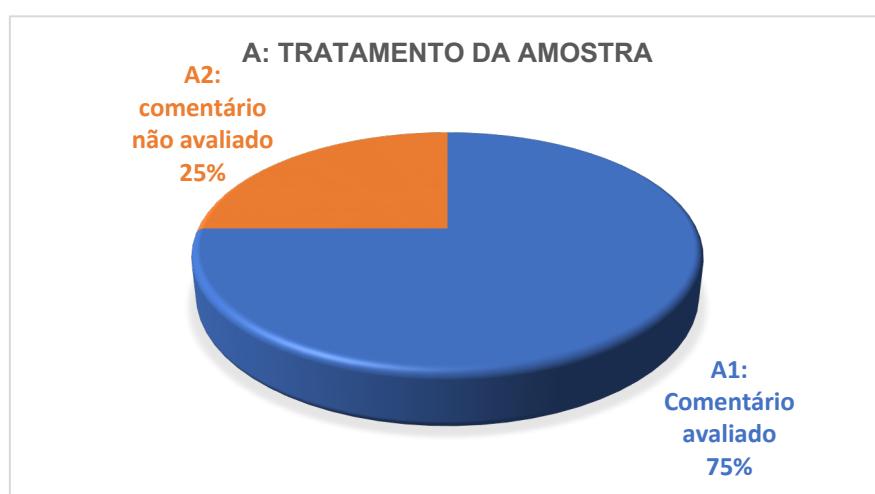


Fonte: Captura realizada pela autora

³⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornalogsoblo/videos/1568695649836775/>>.

A primeira categoria de análise dos comentários que surgiram no site de rede social Facebook sobre a reportagem da manifestação feminista realizada pelo O Globo diz respeito ao tratamento da amostra, já que alguns comentários foram de difícil compreensão e análise. No caso de O Globo, 75% dos comentários foram avaliados, representando 126 interações; 25% não foram avaliados, representando 42 comentários na postagem do vídeo ao vivo. O gráfico abaixo permite a visualização desses dados com mais facilidade:

Figura 22 –TRATAMENTO DA AMOSTRA DA POSTAGEM DE O GLOBO



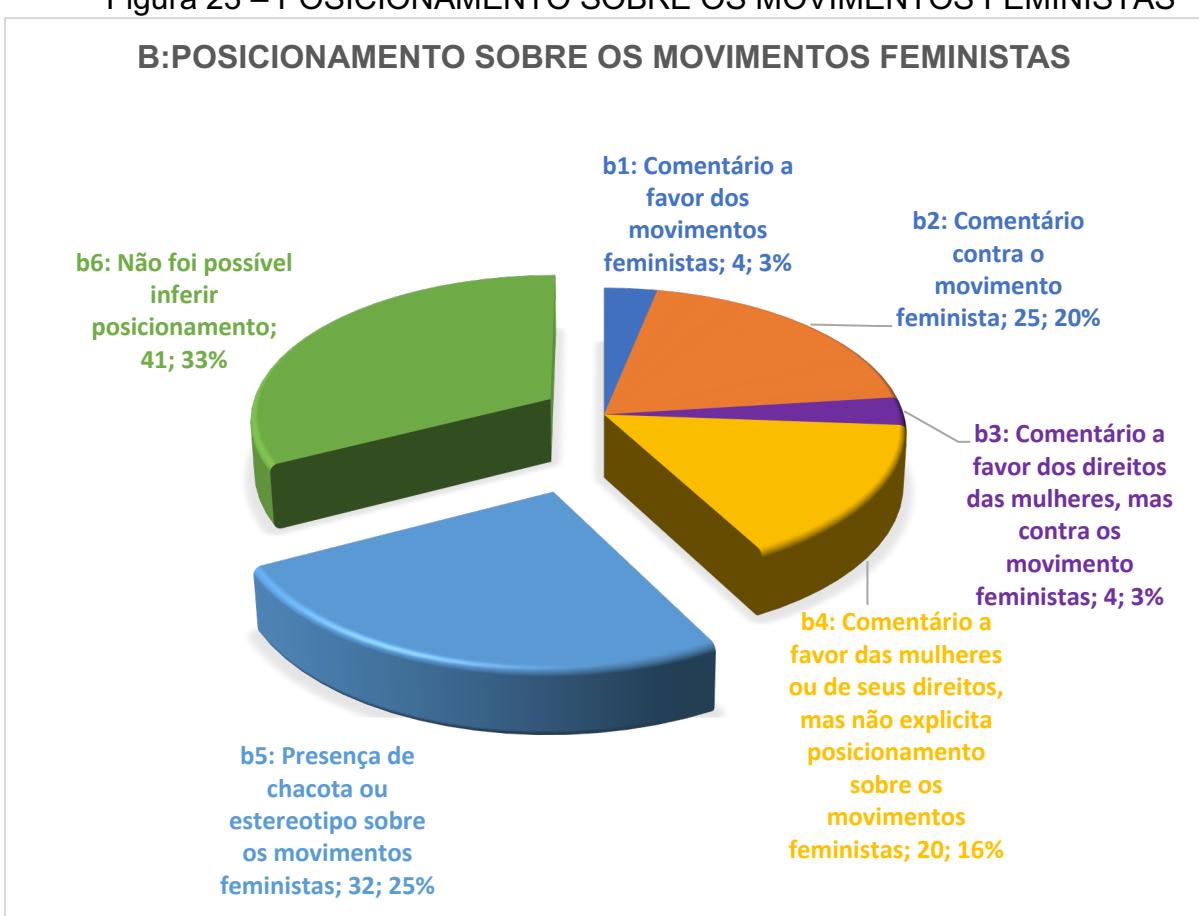
Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Na categoria seguinte, foi avaliada a presença de indicativos que manifestassem a presença ou ausência de algum posicionamento acerca dos movimentos feministas. Dentre os comentários avaliados, 33% (41 comentários) não manifestaram ou não foi possível inferir nenhum posicionamento por meio do discurso presente. É possível perceber que apenas 3% (4 comentários) dos comentários avaliados se manifestaram a favor dos movimentos feministas; além destes, também outros 16% (20 comentários) se manifestaram a favor de direitos para mulheres, sem se manifestar de maneira explícita sobre os movimentos feministas. De maneira contrária, 20% (25 comentários) apresentaram algum posicionamento contra os movimentos feministas, além de 25% (32 comentários) apresentarem algum tipo de estereótipo ou chacota desses movimentos. Para 3% (4 comentários), foi possível perceber uma distinção entre pessoas a favor dos direitos das mulheres, mas contra

os movimentos feministas. Nesta avaliação, é possível perceber que posicionamentos contrários representam a maior parte da amostra.

Figura 23 – POSICIONAMENTO SOBRE OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

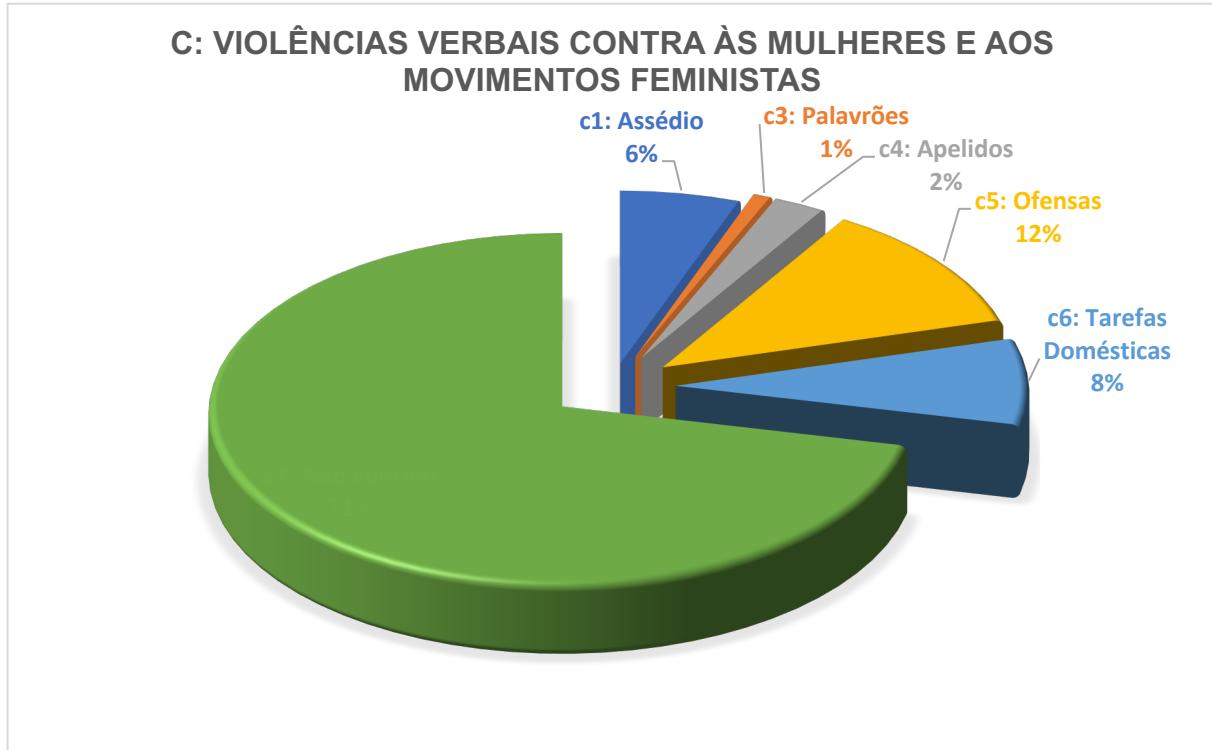
B:POSICIONAMENTO SOBRE OS MOVIMENTOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

As violências verbais foram categorizadas nesta etapa seguinte. No total dos comentários avaliados na postagem de O Globo, 29% (36 comentários) continham algum tipo de violência textual direcionada aos movimentos feministas e às mulheres; entre as formas mais frequentes de violência então os comentários ofensivos e também relacionados a tarefas domésticas.

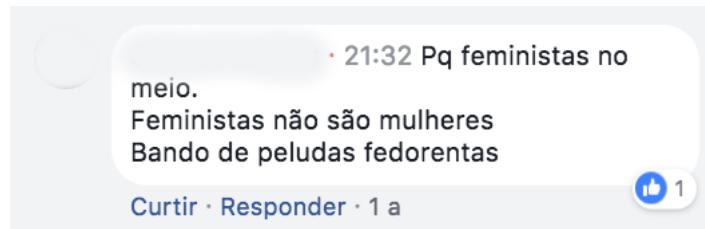
Figura 24 –O GLOBO: VIOLÊNCIAS VERBAIS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

No comentário abaixo, está destacado um exemplo de interação que foi classificada como ofensa dentro da categoria de violências verbais. Neste comentário, é possível perceber como as ofensas estão direcionadas especificamente às mulheres feministas, que são consideradas uma categoria à parte de “mulher”.

Figura 25 –COMENTÁRIO CLASSIFICADO COMO OFENSA NA POSTAGEM DE O GLOBO



Fonte: Captura realizada pela autora

Neste outro comentário, aparecem as tarefas domésticas como forma de ofensa para as mulheres feministas, que, ao se manifestarem nas ruas, não estariam cumprindo suas tarefas ou deixando de exercer tarefas consideradas verdadeiramente femininas nos discursos dos atores.

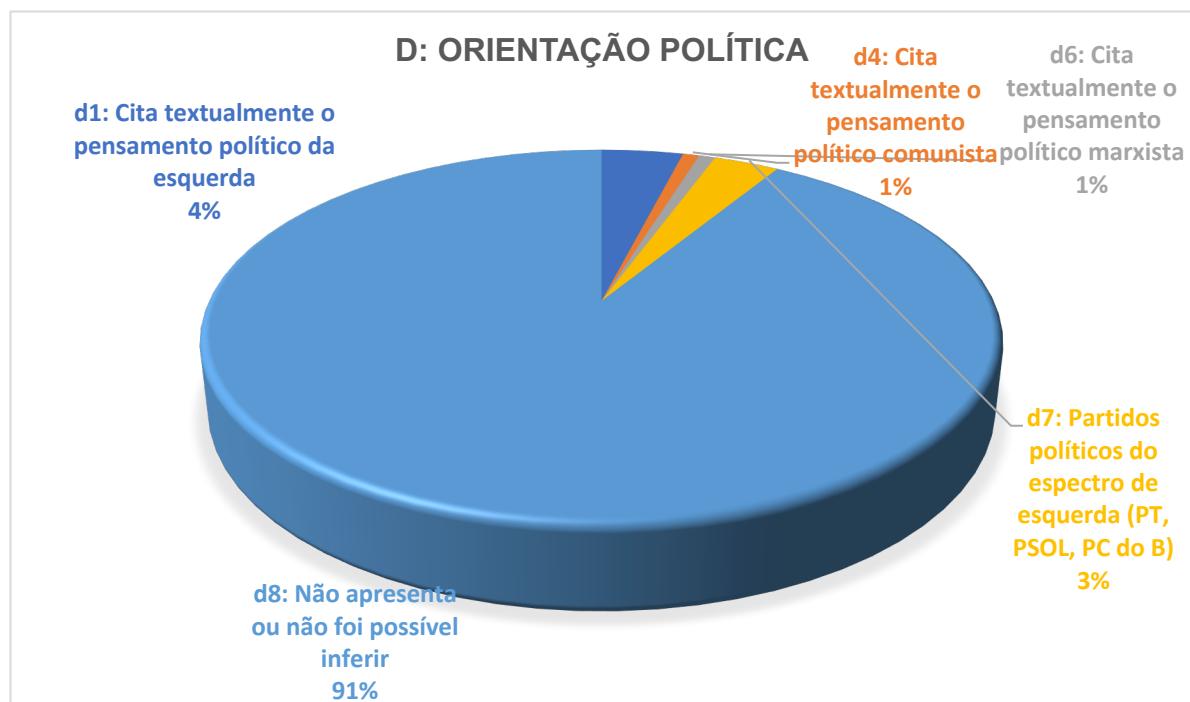
Figura 26 –COMENTÁRIO CLASSIFICADO COMO TAREFA DOMÉSTICA NA POSTAGEM DE O GLOBO



Fonte: Captura realizada pela autora

Embora os comentários que citam algum tipo de orientação política apareçam em menor número na amostra, é importante destacar que, dentro dos 9% de comentários que citam algum posicionamento político, todos falam de algum termo ligado ao pensamento político de esquerda ou por meio das siglas dos partidos.

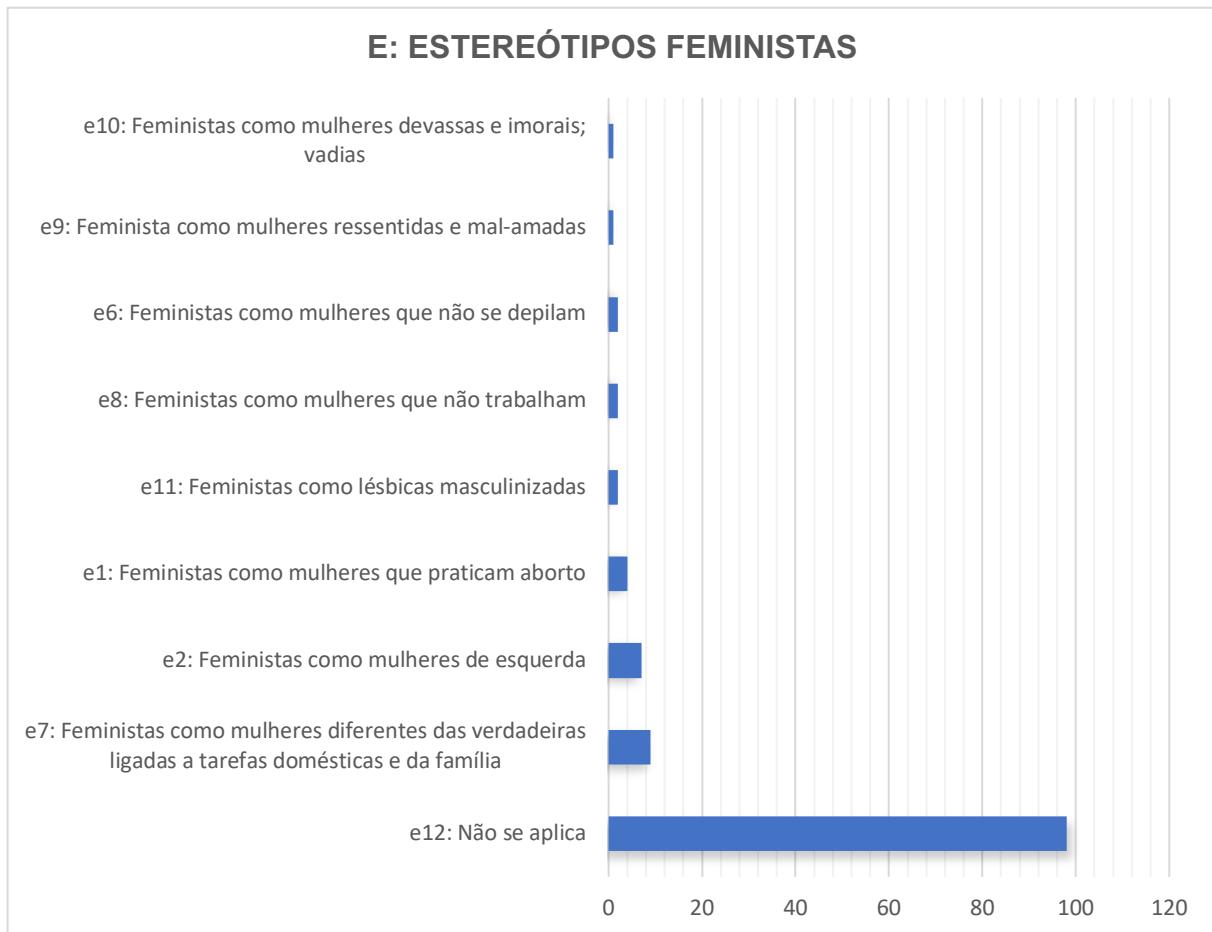
Figura 27 –O GLOBO: ORIENTAÇÃO POLÍTICA



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Na categoria a seguir, são avaliados os estereótipos feministas presentes nos comentários dos atores. Na amostra constam 8 estereótipos identificados, entre eles, o mais presente foi a distinção entre feministas e mulheres de “verdade”, que, segundo esta visão, não estariam se manifestando na passeata demonstrada pela reportagem e sim em casa, realizando tarefas domésticas ou atividades ligadas à família.

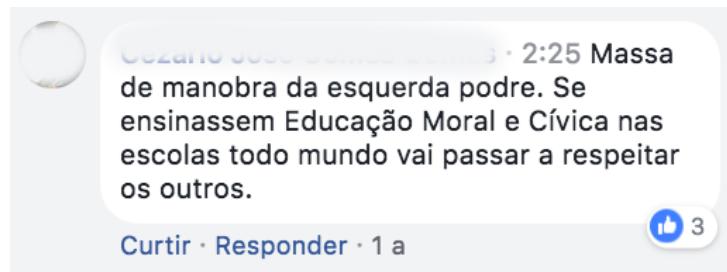
Figura 28 –O GLOBO: ESTEREÓTIPOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Outros estereótipos estão ligados a questões políticas, como atribuir somente a orientação política de esquerda às mulheres de movimentos feministas, de forma jocosa e pejorativa, embora a construção do pensamento feminista tenha se dado de forma a contemplar variados espectros políticos.

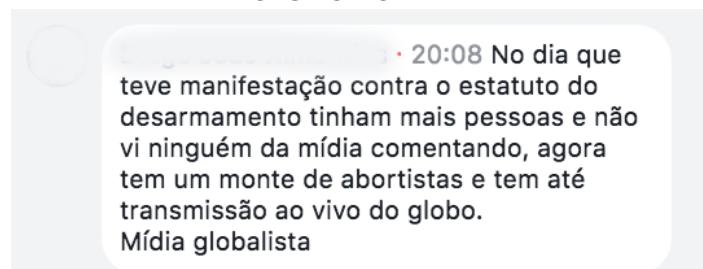
Figura 29 – COMENTÁRIO CLASSIFICADO COMO E2 NA POSTAGEM DE O GLOBO



Fonte: Captura realizada pela autora

Entre os outros estereótipos mais frequentes também figuram a questão do aborto como uma forma caracterizar as mulheres feministas, considerando a discussão sobre a pauta como forma de caracterizar as mulheres do movimento feminista como praticantes de abortos e não pessoas interessadas em trazer a questão ao debate.

Figura 30 – COMENTÁRIO CLASSIFICADO COMO E1 NA POSTAGEM DE O GLOBO



Fonte: Captura realizada pela autora

Os outros estereótipos figuraram em menor número, mas representam também posições importantes a serem analisadas com maior detalhe por meio da análise de discurso.

4.3.2.2. Folha de S. Paulo

Recapitulando o que foi mencionado anteriormente, a postagem da Folha de S. Paulo trata de uma matéria com uma abordagem histórica sobre as origens do Dia Internacional da Mulher, citando como marco inicial o incêndio da fábrica têxtil de Nova Iorque em 1857. A publicação no site de rede social Facebook gerou 79 comentários; após o cálculo amostral, verificou-se ser necessária uma amostra de 64 comentários para análise de conteúdo.

Figura 31 – PUBLICAÇÃO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK DA FOLHA DE S. PAULO³¹



Fonte: Captura realizada pela autora

Assim como na postagem anterior de O Globo, também foram utilizadas as mesmas categorias de análise já previamente levantadas no referencial de codificação. A primeira categoria aplicada foi o tratamento da amostra, para verificar se havia comentários os quais não seria possível realizar sua leitura e interpretação. Na postagem da Folha de S. Paulo, apenas 1 comentário não foi avaliado, pois estava incompreensível para leitura, representando 2% da amostra levantada.

Figura 32 – FOLHA: TRATAMENTO DA AMOSTRA

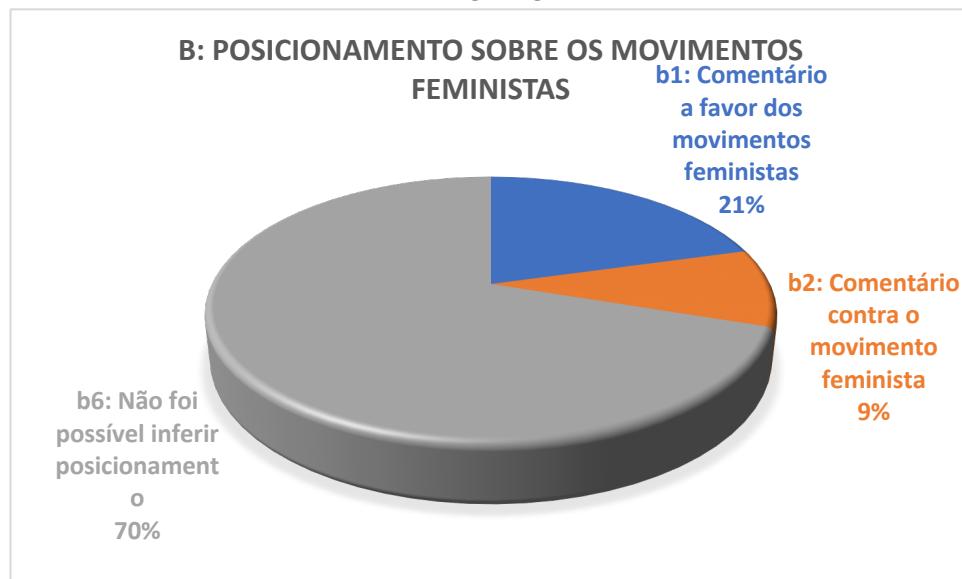


Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

³¹ Disponível em <https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1722262234482439>.

Na categoria seguinte, foram levantados posicionamentos sobre os movimentos feministas. Dentre os 63 comentários avaliados, 30% (19 comentários) manifestaram algum posicionamento sobre movimentos feministas nesta postagem, diferente da postagem de O Globo, a maioria a favor dos movimentos feministas, representando 21% (13 comentários) da amostra analisada.

Figura 33 – FOLHA: POSICIONAMENTO SOBRE OS MOVIMENTOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Diferente de outras postagens analisadas, essa amostra gerou o menor número de violências verbais contra os movimentos feministas dentre as postagens analisadas, apresentando 10% da amostra (6 comentários) com algum tipo de violência. Também foi a menor em variedade, apresentando comentários com menos tipos de estratégias ofensivas que outras postagens. Foram encontradas apenas ofensas e palavrões dentre as 6 categorias possíveis de violências.

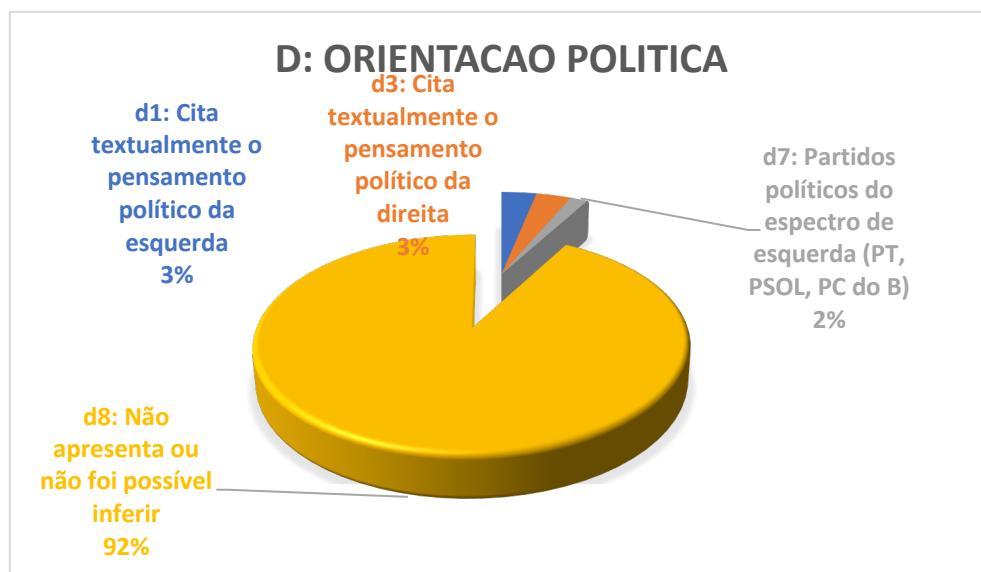
Figura 34 – FOLHA: VIOLÊNCIAS VERBAIS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Já na categoria de orientação política, também a postagem da Folha de S. Paulo apresentou comentários com comportamento diferente das demais. A amostra analisada foi a única a apresentar algum comentário que citasse a direita dentre a discussão dos comentários, ainda que de forma discreta. No total, 8% da amostra (5 comentários) citam alguma orientação política, 5% destes são menções à esquerda ou a partidos de esquerda.

Figura 35 – FOLHA: ORIENTAÇÃO POLÍTICA



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

A postagem também não apresentou uma grande variedade de estereótipos feministas em sua amostra. Nos comentários figuram o estereótipo de feministas como mulheres que praticam aborto, sendo chamadas de abortistas pelos atores na postagem, e também o estereótipo que considera as feministas uma categoria específica de mulher, diferente da mulher verdadeira, que está realizando tarefas domésticas e ocupada com tarefas ligadas à família. Esses estereótipos aparecem em poucos comentários, apenas 3 da amostra de 64 comentários.

Figura 36 – FOLHA: ESTEREÓTIPOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

No geral, é possível perceber que esta postagem gerou um ambiente menos tóxico e uma discussão mais propositiva. Como avaliado, nesta postagem há uma menor presença de violências destinadas aos movimentos feministas e às mulheres de modo geral, bem como menos comentários em que há a presença de estereótipos e chacotas dos movimentos feministas.

4.3.2.3. Estado de S. Paulo

A publicação realizada pelo Estadão, assim como a Folha de S. Paulo, também realizou uma abordagem histórica dos movimentos feministas e dos fatos marcantes para o Dia Internacional da Mulher. Contudo, o marco inicial para a abordagem adotada pelo veículo foram as mobilizações de mulheres que culminaram no estopim

para a Revolução Russa. Conforme mencionamos anteriormente, a abordagem realizada pela repórter Lis Batista faz um apanhado de reportagens históricas importantes que foram publicadas pelo jornal e estão presentes no acervo do veículo.

A matéria foi realizada ao vivo durante 16 minutos e gerou 100 comentários; conforme cálculo já demonstrado, destes foram selecionados 80 comentários para amostra e categorização por meio do processo de análise de conteúdo.

Desta maneira, assim como nas postagens anteriores, o processo foi repetido para categorizar os comentários de acordo com os filtros temáticos previamente selecionados.

Figura 37 – PUBLICAÇÃO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK DE ESTADO DE SÃO PAULO³²



Fonte: Captura realizada pela autora

Nesta postagem, o tratamento da amostra retirou 19% das interações da análise (15 comentários), desta maneira, foram avaliadas nas demais categorias, por meio da análise de conteúdo, um total de 65 interações. Os comentários não avaliados desta postagem tratavam-se de interações com erros de grafia e comentários que utilizam a postagem para fazer algum tipo de publicidade, bem como comentários em que não foi possível compreender os contextos para realizar análises.

³² Disponível em: <<https://www.facebook.com/estadao/videos/1845779615437092/>>.

Figura 38 – ESTADÃO: TRATAMENTO DA AMOSTRA



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Na sequência, foram avaliados os posicionamentos acerca dos movimentos feministas manifestados nos comentários da postagem. Na publicação do Estado de S. Paulo há uma grande presença de comentários contra os movimentos feministas, representando 46% da amostra analisada (30 comentários); além desses, mais 3% apresentaram algum tipo de estereótipo ou chacota sobre os movimentos feministas. Apenas 5% dos comentários que manifestaram algum posicionamento se manifestaram de forma positiva sobre os movimentos feministas na caixa de comentários da postagem. De todas as postagens avaliadas, a amostra de Estadão gerou o maior número de comentários com posicionamentos contra os movimentos feministas.

Figura 39 – ESTADÃO: POSICIONAMENTO SOBRE MOVIMENTOS FEMINISTAS



Gráfico desenvolvido pela autora

Na temática das violências verbais, a amostra contém, no total, 19% de interações violentas (13 comentários); destes a maior parte representa ofensas 11%, apelidos 5% e palavrões 3%. É importante ressaltar que o site de rede social Facebook filtra automaticamente alguns palavrões desde que o administrador da página opte por adotar este filtro, não é possível consultar se as páginas fazem ou não o uso dos filtros, mas é bem provável que o façam. Assim, comentários com palavrões sequer aparecem nas amostras, mas formas pouco usuais ainda ocorrem, como abreviaturas ou grafias que a ferramenta não reconhece como uma forma de escrever o palavrão.

Figura 40 – ESTADÃO: VIOLÊNCIAS VERBAIS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Nos comentários abaixo estão exemplificados alguns dos comentários que foram classificados como palavrões na amostra de O Estado de S. Paulo:

Figura 41 – ESTADÃO: VIOLÊNCIAS VERBAIS



Fonte: Captura realizada pela autora

Também a forma flexionada dos palavrões foi encontrada, uma suposição é a de que os filtros de palavrões e palavras ofensivas da plataforma não reconhecem este termo como um palavrão.

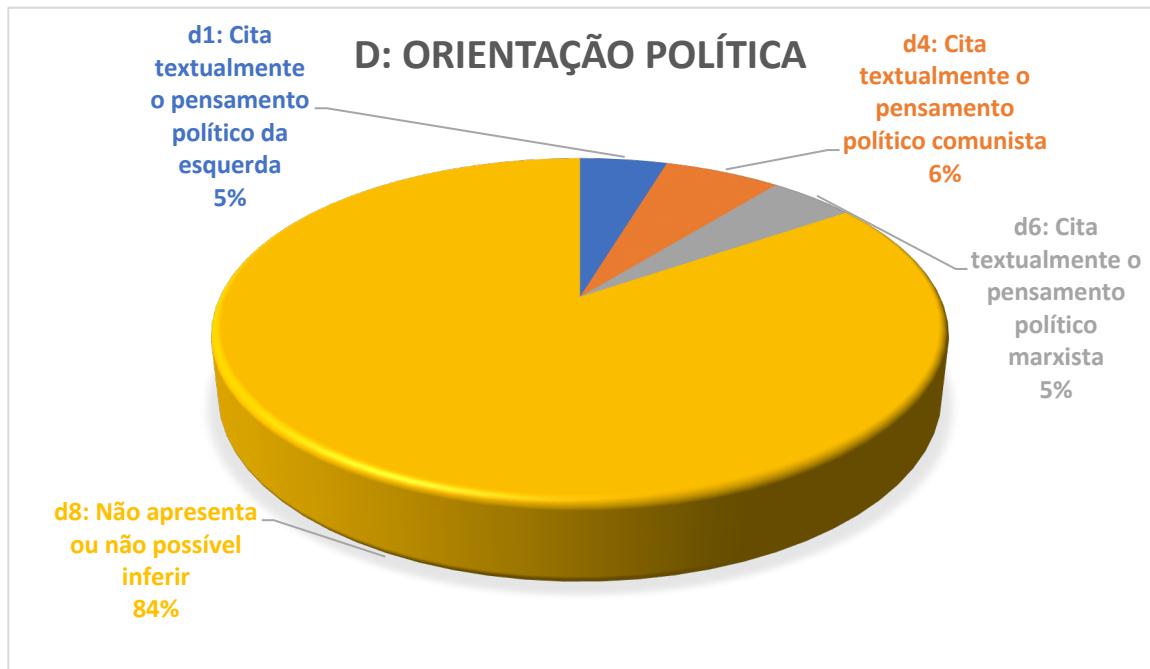
Figura 42 – ESTADÃO: VIOLÊNCIAS VERBAIS



Fonte: Captura realizada pela autora

A próxima categoria temática analisou dentro da amostra a presença de comentários com direcionamentos políticos. Assim como outras amostras de outras postagens analisadas, citações à esquerda são maioria, variando somente os termos e as formas desta citação. Dentre os comentários, 5% citaram (3 interações) como esquerda, 6% (4 interações) como comunismo e 5% (3 interações) como marxista, nenhuma forma de pensamento político ou citação de pensamento liberal ou à direita foi citada nos comentários.

Figura 43 – Estadão: Orientação Política



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

No gráfico a seguir, foram avaliados os estereótipos feministas presentes na amostra de comentários da publicação do Estado de S. Paulo. Entre as interações, o estereótipo mais frequente ligado aos movimentos feministas nos comentários dos atores é o da mulher feminista como diferente da mulher verdade, da mulher dedicada às tarefas domésticas e à família. Outro estereótipo que apareceu em maior número de comentários foi a mulher feminista como uma mulher de esquerda ou ligada a movimentos sociais de esquerda.

Figura 44 – ESTADÃO: ESTEREÓTIPOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Assim como a Folha de S. Paulo, o Estadão também trata de uma abordagem histórica do Dia Internacional da Mulher. Contudo, o recorte específico trazido pela reportagem, ao abordar como marco inicial dos movimentos feministas as mobilizações de mulheres no período da Revolução Russa, trouxe características peculiares nos embates discursivos dos comentários, principalmente no campo ideológico, por se tratar de um momento histórico significativo e simbólico na construção do pensamento político.

4.3.2.4. A Tarde

A publicação do Dia Internacional da Mulher do jornal A Tarde mostra a concentração de uma manifestação na Praça da Piedade, em Salvador. No vídeo de 52 segundos é mostrada, sem narração de reportagem, apenas uma das manifestantes, que está fazendo um discurso no centro da praça. Nas imagens, a câmera vai mostrando os arredores da manifestação e os preparativos para a marcha,

focando em cartazes e mensagens que estão sendo confeccionadas para a passeata, que está concentrada na praça durante aquele momento das imagens em vídeo.

Como mencionado anteriormente, a publicação gerou um número pequeno de interações, não sendo necessária uma redução da população por meio do processo de amostragem. No total, foram analisados 13 comentários.

Figura 45 – PUBLICAÇÃO NO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK DE A TARDE³³



Fonte: Captura realizada pela autora

Do total de comentários da amostra, 23% (3 interações) não foram analisadas por dificuldades em interpretações dos contextos ou dificuldades de leitura. O total de comentários analisados foram 10 interações de toda coleta extraída da postagem.

³³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/atarde.online/videos/1721274864553001/>>.

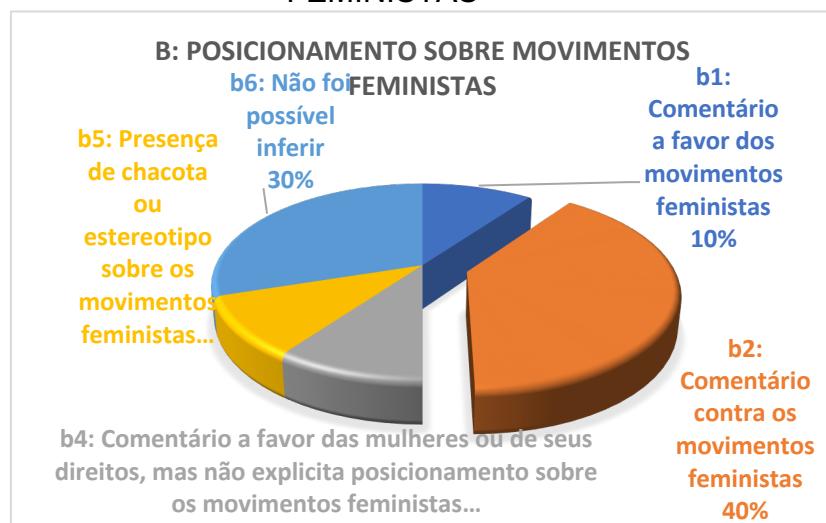
Figura 46 – A TARDE: TRATAMENTO DA AMOSTRA



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

O primeiro tratamento temático, assim como nas postagens anteriores, foi acerca do posicionamento sobre os movimentos feministas. Na postagem de A Tarde, 40% (4 comentários) se posicionaram contra os movimentos feministas, além de 10% (1 comentário) possuírem algum tipo de chacota ou estereótipo sobre os movimentos. Em contrapartida, 11% se posicionam a favor dos direitos das mulheres e destes, 10% a favor dos movimentos feministas e 10% a favor dos direitos, mas sem explicitar posicionamento acerca dos movimentos (1 comentário para cada posicionamento).

Figura 47 – A TARDE: POSICIONAMENTO SOBRE MOVIMENTOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Na análise sobre violências verbais, 30% da amostra (3 interações) possuíam algum tipo de comentário violento direcionado aos movimentos feministas. Destes, 20% (2 interações) eram ofensas e 10% (1 interação) utilizam-se da estratégia de tarefas domésticas para ofender participantes de movimentos feministas.

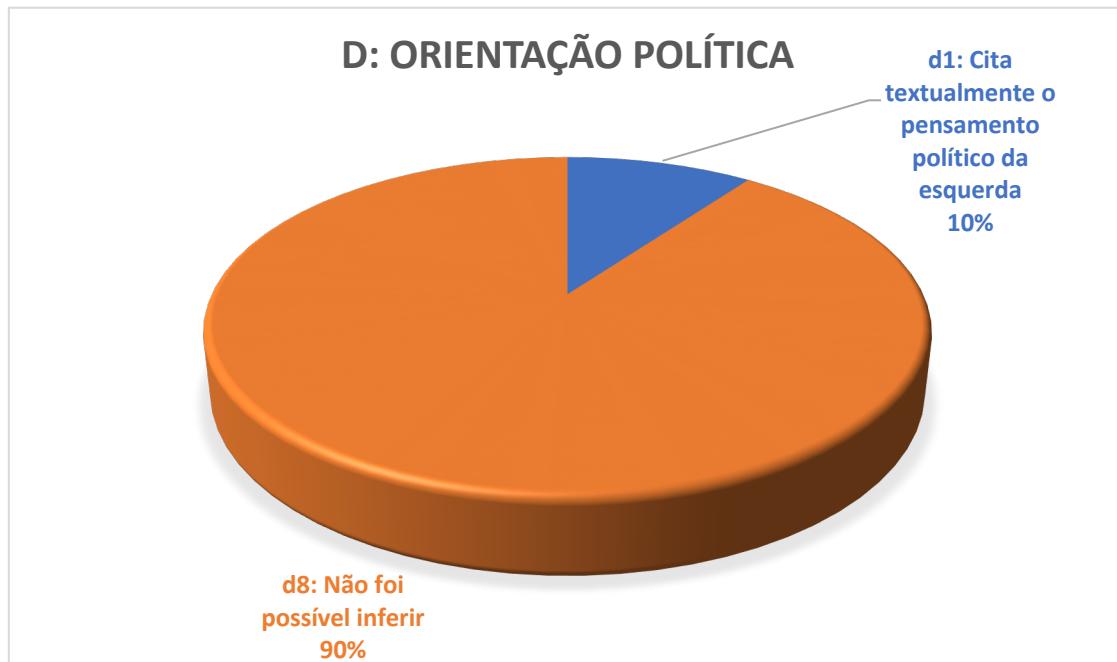
Figura 48 – A TARDE: VIOLÊNCIAS VERBAIS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Na avaliação sobre a presença de citações sobre orientação política, assim como outras postagens, também há somente a presença de comentários que citam a orientação política de esquerda. No caso de A Tarde, somente 1 interação fez a citação na caixa de comentários da postagem.

Figura 49 – A TARDE: ORIENTAÇÃO POLÍTICA



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Já na análise quanto aos estereótipos feministas, 2 deles se fizeram presentes na postagem. O estereótipo de mulheres feministas como desocupadas ou mulheres que não trabalham, e também o estereótipo de mulheres feministas como mulheres ligadas aos movimentos de esquerda.

Figura 50 – A TARDE: ESTEREÓTIPOS FEMINISTAS



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora

Embora a postagem de A Tarde tenha gerado um pequeno número de interações, os comentários da postagem se enquadram nas mesmas temáticas levantadas pelas outras postagens, contribuindo para complementar e diversificar as abordagens de análise.

Como é possível perceber, em muitas postagens há repetições de padrões, por exemplo, a presença do estereótipo de feministas como mulheres ligadas à esquerda ou a presença de comentários que procuram diferenciar feministas de um tipo ideal de mulher ligada às tarefas do lar. Essas estratégias parecem ter usos específicos, procurando ressignificar práticas de mobilização dos movimentos feministas. Esses temas serão explorados na análise de discurso a seguir.

4.4 ANÁLISE DE DISCURSO

Depois de realizada a AC e da descoberta dos dados e inferências da primeira análise, a etapa seguinte é a análise de discurso (AD). Primeiramente, o método não discorre a respeito de apenas um enfoque de estudos, mas possui diversos tratamentos diferentes e possíveis para os discursos analisados. O que os métodos concordam entre si é discordar da noção reducionista que vê a língua e seu uso prático, em forma de discursivo, como um meio neutro de refletir ou descrever o mundo (BAUER; GASKELL, 2015, p. 244).

Traçar procedimentos para realizar uma análise de discurso é uma tarefa delicada; quando uma frase ou um texto é interpretado no nível do discurso, não somente seus significados presentes em cada um dos seus elementos são levados em conta, e sim a relação entre “o texto e o contexto” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 144). Como os textos e os contextos podem ser múltiplos, determinar uma metodologia de análise que compreenda todas possibilidades de uso do discurso parece complicado.

Segundo Teun Van Dijk (2017, p. 11), não há “uma análise de discurso como método” assim como outras metodologias no campo das ciências humanas e sociais. Tanto os estudos de discurso como os estudos críticos de discurso possuem métodos plurais que se adaptam à “natureza dos dados estudados, dos interesses e das qualificações do pesquisador, bem como de outros parâmetros do contexto de pesquisa” (DIJK, 2017, p. 11). Dentre as abordagens levantadas pelo autor estão: análise gramatical, análise pragmática, análise retórica, análise estilística, análise estrutural, análise conversacional, análise semiótica, bem como a utilização de outros

métodos tradicionais como observação participante, etnografia e experimentos (DIJK, 2017, p.12). Para o autor, há variadas formas de utilizar cada método e muitas vezes as abordagens se sobrepõem.

Para a etapa de análise de discurso, portanto, foram utilizadas as temáticas encontradas por meio da análise de conteúdo como guia de investigação. Buscou-se investigar em cada um dos temas levantados o motivo de sua recorrência por intermédio de uma análise pragmática dos atos de fala e dos atos comunicacionais e do porquê de determinadas escolhas serem utilizadas como estratégias de discurso, principalmente tendo em vista que o discurso não existe ao acaso, ele é “uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (DIJK, 2017, p.12). E essas práticas também moldam as estruturas sociais e os abusos de poder na sociedade.

Como esta etapa metodológica sucede a realização da análise de conteúdo, foram propostas novas leituras do *corpus*, tendo em vista os resultados da análise de conteúdo e a busca de nuances que não foram percebidas pela primeira análise. Essas novas leituras devem buscar um espírito de leitura cético, assim, o pesquisador deve entrar em contato com o material de análise buscando a “suspensão de crença” (BAUER; GASKELL, 2015, p. 252), para que a leitura não seja contaminada com preconceitos e concepções predeterminadas do próprio pesquisador.

Fazer análise de discurso implica questionar nossos próprios pressupostos e as maneiras como nós habitualmente damos sentido às coisas. (...) Devemos questionar qualquer passagem dada: “Por que eu estou lendo isso dessa maneira?”, “Como ele está organizado para ser persuasivo?” e assim por diante. (BAUER; GASKELL, 2015, p. 253)

Nos tópicos a seguir, cada uma das temáticas levantadas pela análise de conteúdo foram exploradas buscando analisar as escolhas dos discursos empregadas nas interações dos comentários. Diferente da abordagem anterior realizada na análise de conteúdo, todas as postagens foram analisadas dentro de cada tópico, buscando encontrar similaridades e diferenças entre os atores, em diferentes interações, em conteúdos gerados pelos veículos durante o Dia Internacional da Mulher. Dos tópicos de análise, o único que não estará presente nesta etapa será o tratamento dado às amostras na análise de conteúdo, pois se trata apenas de procedimento metodológico e não apresenta resultado de análise.

4.4.1 Posicionamento sobre os movimentos feministas

Como analisado por meio da análise de conteúdo, a maioria das interações que estão no *corpus* de análise possuem comentários contra os movimentos feministas, sendo a postagem da Folha de S. Paulo o único veículo dentre os analisados que possui mais comentários a favor do que contra os movimentos feministas.

A categoria de análise está no plural como “movimentos feministas” porque entende a construção histórica do feminismo em sua multiplicidade e que não há apenas um só feminismo, há feminismos, correntes ideológicas que nem sempre concordam entre si em suas visões de mundo e maneiras de lutar contra as opressões sofridas pelas mulheres. Nos comentários analisados, percebeu-se que nos discursos não figura o reconhecimento da multiplicidade das feministas:

Figura 51 – COMENTÁRIO EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Assim, ao considerar movimentos feministas um único conjunto, desconsiderando suas diferenças e as individualidades presentes nos movimentos, é possível incorporar a todo movimento falhas de apenas um grupo ou segmento, bem como atitudes de qualquer uma de suas integrantes. É provável que nem todas as mulheres feministas concordem com os métodos empregados pela Marcha das Vadias, mas aqui as mulheres feministas são consideradas e ressignificadas como apenas um conjunto que agrega todas as características do movimento.

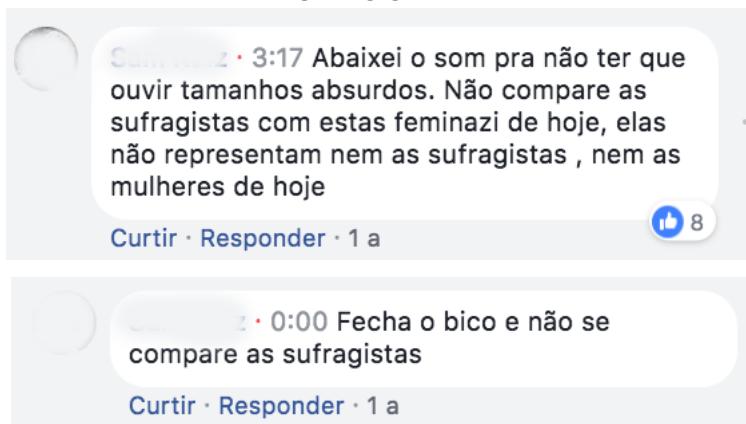
Enquanto os movimentos feministas debatem e expandem as vivências de sexo e gênero explorando o conceito de interseccionalidade entre suas vivências de raça e classe, em uma infinidade de feminismos que comportam o universo dessas

vivências, o debate nesses ambientes procura limitar e negociar o sentido de movimento feminista apenas como singular.

Apenas em um momento dentro do *corpus* de análise surge a existência do movimento feminista como plural, neste momento utilizado como estratégia para delimitar qual seria o bom feminismo e o mau feminismo dentro da concepção dos atores. A postagem do Estado de S. Paulo é singular nesse sentido, apesar de não ser a única que trata de uma abordagem histórica do Dia Internacional da Mulher, é a única que aborda diferentes momentos dos movimentos feministas.

Assim, nos comentários da postagem surge o discurso que defende as verdadeiras mulheres que lutam pelos seus direitos, as sufragistas, e condena as atuais em suas práticas de mobilizações e luta por direitos.

Figura 52 – COMENTÁRIO EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Percebe-se o uso de uma estratégia discursiva que diversas vezes vai separar as mulheres feministas em um grupo específico de mulheres, à parte das outras mulheres que têm características ideais ou melhores do que elas, até mesmo na forma de mobilização e busca pelos seus direitos. Esse mecanismo parece ser similar ao descrito por Teun Van Dijk em sua descrição de como o discurso ideológico é aplicado para perpetuar estruturas racistas, assim:

"O discurso ideológico de membros de um grupo (endogrupo), por exemplo, tipicamente enfatizam, de várias maneiras discursivas, as características de nosso próprio grupo e seus membros, e as características negativas do outros, o grupo de fora (exogrupo). Os autores podem fazer isso ao selecionar tópicos especiais, como o tamanho ou a cor das manchetes, o uso das fotografias ou cartuns, por gestos ou ao escolher itens lexicais ou metáforas, por argumentos (e falácias), ao contar histórias, e assim por diante.

Percebemos que uma estratégia geral envolvida na reprodução discursiva (por exemplo racista ou sexista), a saber, a polarização endogrupo-exogrupo, pode ser realizada de várias formas e em vários níveis de discurso (DIJK, 2017, p. 14)

Neste sentido, embora o Dia Internacional da Mulher trate especificamente dos movimentos feministas e tenha sido instituído pela mobilização histórica das mulheres, e as postagens selecionadas tenham sido escolhidas por trazerem os movimentos feministas como protagonistas de suas abordagens, em vários comentários é possível encontrar esta dinâmica descrita por Van Dijk entre endogrupo-exogrupo utilizada como estratégia para destacar mulheres feministas como um grupo reprovável de mulheres.

Nesta temática, a polarização endogrupo-exogrupo fica evidente com a presença de estereótipos e chacotas sobre as feministas. É importante ressaltar que esta não é uma estratégia nova de embate ao feminismo, como destacamos anteriormente. Durante a trajetória da construção dos movimentos feministas no Brasil, elas sempre enfrentaram a constante ridicularização nos jornais por meio de charges e cartuns, bem como o embate por meio de artigos e críticas, ou na literatura, que delimitavam seu lugar e negavam seus direitos.

A temática dos estereótipos foi explorada em uma categoria particular, que amplia cada um dos estereótipos que apareceram nas interações, portanto, os estereótipos serão tratados mais adiante.

4.4.2 Orientação Política

O contexto histórico, bem como o contexto atual, são importantes para compreender os motivos de apenas comentários sobre a esquerda aparecerem nos comentários das postagens. Durante a segunda onda do feminismo, atribuir genericamente qualquer feminista como comunista durante ditadura era uma forma de justificar a violência policial contra mulheres que participavam de movimentos sociais.

É possível perceber fragmentos desse discurso principalmente no uso confuso de termos que são ligados ao pensamento de esquerda, mas não sinônimos, como comunista e socialista, bem como o uso de siglas de partido. Percebe-se nestas estratégias que, assim como no passado, ligar genericamente as feministas de

qualquer maneira à esquerda é uma forma de ligá-las a um discurso historicamente negativo construído sobre a esquerda.

Junto a esse contexto também há o processo político-partidário que se passa no Brasil, durante os 12 anos de governos do Partido dos Trabalhadores, com discurso público de esquerda: o país enfrentou dois grandes processos de combate à corrupção, o Mensalão e a Operação Lava-jato e incontáveis outros que se ramificam desses processos. Além disso, a presidente Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment e o ex-presidente Lula encontra-se preso neste momento por corrupção e ocultação de patrimônio. Neste sentido, é importante acrescentar esta camada de fatos aos discursos construídos sobre a esquerda, não é raro perceber atribuídos à esquerda ou aos partidos de esquerda problemas ligados à corrupção.

Figura 53 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Percebe-se nestas interações o uso de estratégias para ligar as mulheres de movimentos feministas apenas ao pensamento de esquerda, bem como o uso de estratégias para que a esquerda seja considerada apenas algo ruim, destacado claramente no primeiro comentário ou pela escolha dos adjetivos para configurar a esquerda como “rebanho de Karl Marx” ou “Massa de manobra da esquerda pobre”. Aqui fica evidente que, além de configurar a esquerda como algo negativo, procura-

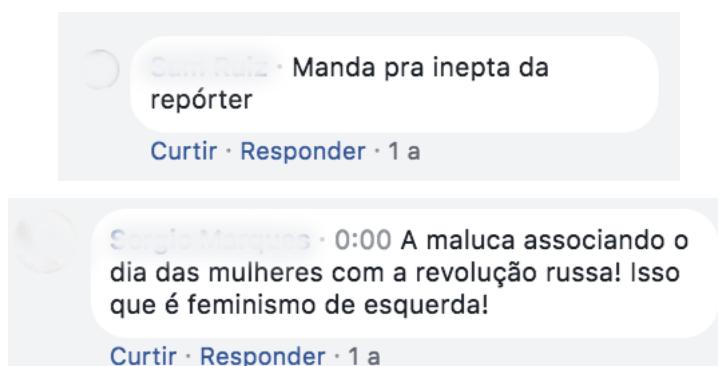
se evidenciar que os integrantes dos movimentos feministas não possuem individualidade, sendo apenas manipuladas como um “rebanho”.

4.4.3 Violências verbais

Outro fenômeno recorrente nos discursos foi a presença de violências verbais direcionadas aos movimentos feministas. A presença de comentários agressivos gera um ambiente pouco propício ao debate democrático. Além disso, a postagem do O Estado de S. Paulo e O Globo também foram criadas por mulheres que estão presentes no material em vídeo da reportagem, além de deixar transparecer que também são favoráveis aos movimentos feministas.

Uma das formas de violências verbais foi direcionada ao conteúdo das reportagens, atacando também a repórter. Nestes discursos aparecem duas configurações frequentes: uma tenta desqualificar a repórter atribuindo falta de sanidade e outra atacando sua qualidade como profissional ou inteligência para profissão.

Figura 54 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



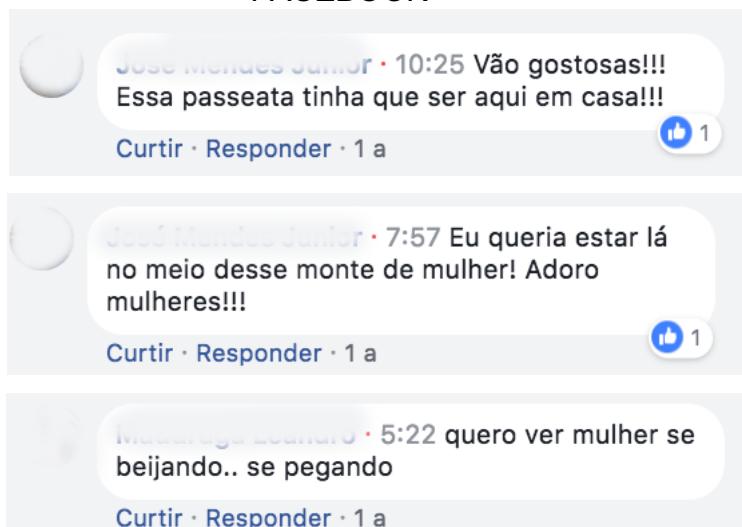
Fonte: Captura realizada pela autora

Tendo em vista que a repórter realizava um vídeo ao vivo, em que normalmente o produtor realiza algum tipo de interação com os comentários da postagem, uma hipótese provável é que eles tinham a intenção de provocar algum tipo de reação na repórter enquanto ela realizava seu conteúdo.

Não somente a repórter foi alvo de comentários agressivos por parte dos atores, as mulheres feministas também foram atacadas de diversas maneiras. Uma

destas formas de violências foi por meio de assédio às mulheres presentes nas passeatas.

Figura 55 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Embora estas mulheres estejam lutando pelos seus direitos e contra violências que sofrem, nem assim seu corpo pertence a ela, é importante notar nesses discursos que, mesmo em um contexto de luta política, há a presença de discursos de objetificação e fetichização do corpo da mulher.

Há também a presença de comentários de ódio direcionados para feministas, seja utilizando palavrões, seja para ridicularizar ou ofender as mulheres feministas de alguma forma.

Figura 56 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Uma forma bastante comum utilizada para ofender as mulheres dos movimentos feministas é com o uso de apelidos, o mais frequente é o uso de “feminazi”. A criação do termo é creditada a Rush Limbaugh, um radialista que teria

utilizado a nomenclatura para diferenciar feministas radicais que têm como meta “assegurar que o maior número de abortos ocorra no mundo” (WILSON, 2011, p. 55)³⁴. Para ele, uma feminazi não seria uma feminista, apenas um pequeno grupo de 25 mulheres mais radicais, mas o termo passou então a ser adotado para denominar feministas. Na concepção original, uma feminazi seria uma mulher “tão consumida pelo avanço da agenda feminista, que passaria a ficar com raiva quando uma mulher engravidia, quando uma mulher resolver fazer um aborto e é convencida a não fazê-lo, uma mulher que acredita que todo sexo é estupro, até mesmo sexo dentro do casamento” (WILSON, 2011, p. 58). Contudo, segundo John K. Wilson, que analisa a trajetória do radialista, ele nunca teria dito quem são essas mulheres e teria usado o termo para descrever ativistas sem distinção.

Associar feminismo e nazismo, creditando ao movimento feminista uma ideia de que seriam ativistas que empregam métodos radicais para difundir suas ideias, é estratégia empregada para descredibilizar o discurso feminista. Assim, lutar pelos direitos das mulheres seria uma causa justa, porém os métodos empregados pelas feministas e o seu discurso seria radical demais. Em vários comentários nas postagens, é possível perceber um discurso que busca transferir um sentido de radicalismo extremo ao movimento feminista.

Outro termo bastante empregado ao tratar o movimento feminista e as mulheres feministas é o uso da alcunha de “abortista” como uma forma de radicalizar a temática sobre a liberação do aborto trazida pelos movimentos sociais. Assim como o termo “feminazi”, o termo “abortista” faz parecer que as mulheres feministas realizam abortos ou são favoráveis de que sejam realizados um grande número de abortos, colaborando para criar um sentido de radicalismo extremo, bem como uma ideia de frieza e maldade.

Dentre os comentários analisados, tanto o termo “feminazi” como o termo “abortista” são utilizados com frequência para denominar feministas, não parece haver uma estratégia específica para escolha de cada um, mas transparece que a ideia geral é imbuir o movimento de extremo radicalismo.

³⁴ Tradução da autora para “A *feminazi* is a feminist to whom the most important thing in life is ensuring that as many abortions as possible occur”.

Figura 57 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Outra estratégia específica utilizada como forma de comentário violento direcionado aos movimentos feministas foi o uso de tarefas domésticas para realizar ofensas. Nestes comentários, percebe-se a tentativa de encarar, por intermédio dos discursos, a presença de mulheres em passeatas e manifestações de rua como um desvio de suas atribuições ligadas ao lar e à família. Aqui, o uso específico das tarefas domésticas pode ser visto como uma estratégia para irritar as mulheres feministas, uma vez que esta é uma pauta de discussão dos movimentos, assim, já que este é um tema discutido pelo movimento, atribuir as tarefas domésticas às mulheres que protestam e discutem seu espaço na sociedade seria uma forma de desconsiderar toda a discussão promovida por elas.

Figura 58 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Não é de hoje que a participação da mulher no espaço público concorre com questionamentos sobre sua capacidade em manter suas atribuições como a principal responsável pelas tarefas da casa, o “anjo do lar”. Durante o debate sobre o voto feminino, em 1891, o deputado Moniz Freire chegou a sacramentar que o voto feminino representaria “a dissolução da família brasileira” (FOGGIATO, 2015). É importante notar que mesmo após mais de cem anos e mudanças significativas nas configurações das famílias brasileiras, ainda busca-se delimitar o espaço da mulher, por meio dos discursos que circulam nos *sites* de rede social, como sendo o doméstico e familiar.

4.4.4 Estereótipos Feministas

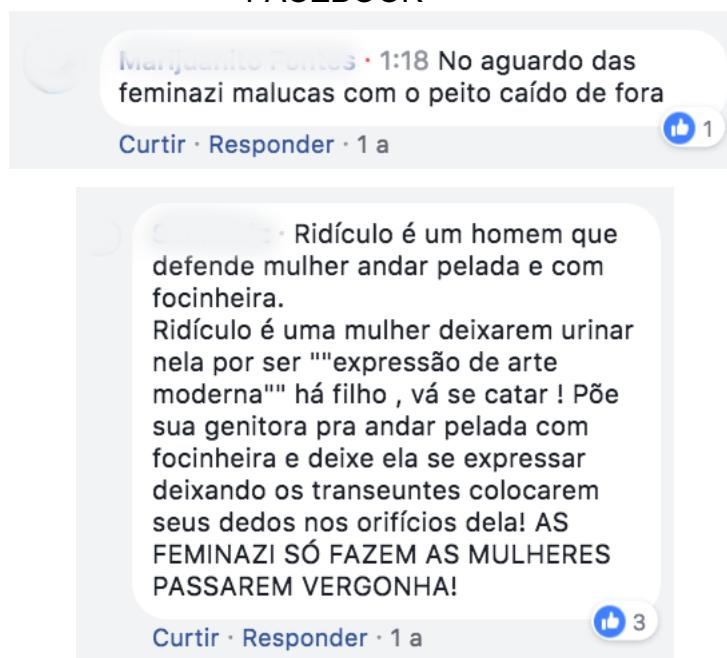
Ao categorizar cada um dos estereótipos feministas que surgiram nas interações entre os atores, fica evidente a relação endogrupo-exogrupa citada anteriormente, em que cada um destes estereótipos representa uma característica negativa atribuída às feministas ou aos movimentos feministas para desatacá-las como um grupo reprovável a ser excluído.

Um dos estereótipos encontrados já foi analisado anteriormente quando foi tratado o termo “abortista”, assim, em algumas interações é possível perceber a estratégia de caracterizar todas as feministas como mulheres que praticam, apoiam ou de alguma maneira até mesmo gostam de realizar abortos, buscando configurá-las como um tipo insensível de mulher.

Outro estereótipo encontrado com frequência é o discurso que enquadra todas as feministas como mulheres filiadas ao pensamento político de esquerda. Aqui busca-se atribuir aos movimentos feministas e às mulheres pertencentes a tais movimentos todo o imaginário que questiona a legitimidade dos partidos de esquerda, bem como toda a construção histórica do pensamento político de esquerda no Brasil, principalmente tendo em vista os tensionamentos entre o passado e o presente na construção deste imaginário, principalmente atribuindo um tom de radicalismo a estes discursos.

Os discursos que configuram as mulheres feministas como ativistas radicais também aparecem em um estereótipo bastante frequente nas postagens, que busca configurar as mulheres feministas como manifestantes que exibem seus corpos e seus seios durante protestos.

Figura 59 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

O comentário acima ilustra bem a ideia de que feministas realizam protestos radicais com exibições de seus corpos; no caso acima, tratava-se da postagem do Estadão com a abordagem histórica dos movimentos feministas, ou seja, nenhuma das cenas ilustradas pela reportagem tratava de qualquer protesto com este tipo de

abordagem ou que tratava desta pauta, contudo, mesmo com o pluralismo dos movimentos feministas, os enquadramentos discursivos sobre eles buscam tratá-los como um movimento singular e, ao mesmo tempo, radical em suas abordagens.

Neste comentário também figura a diferença entre feministas e mulheres, ou seja, é possível compreender que as abordagens adotadas pelas “feminazi”, descritas no comentário, envergonham o resto das mulheres. Essa também uma forma discursiva em que fica evidente a dinâmica endogrupo-exogrupo, neste enquadramento, as feministas ou “feminazis” não pertenceriam à classe das mulheres de verdade. Outros comentários deixam esses modos de diferenciação mais evidentes:

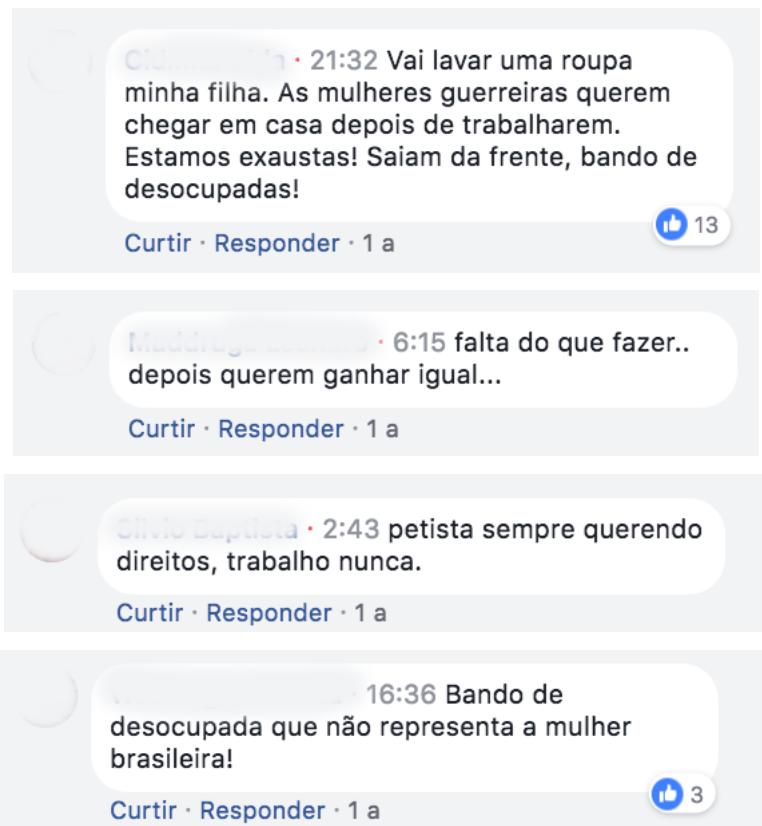
Figura 60 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Outro sentido bastante peculiar que surge nas postagens é a ideia de que as mulheres que realizam manifestações são desocupadas. Assim, a mulher de verdade não está na rua protestando ou não poderia estar porque está em seu trabalho realizando suas tarefas.

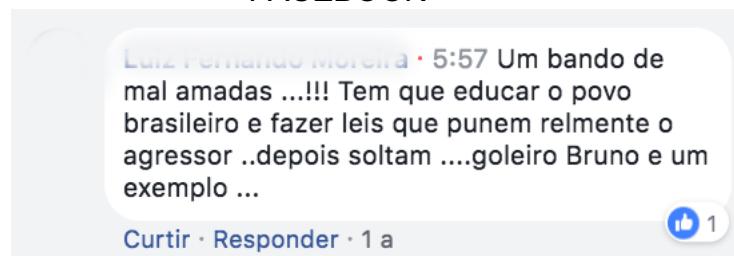
Figura 61 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Nos comentários também surge o estereótipo da feminista como mal-amada, ou seja, um discurso que visa a descredibilizar as pautas discutidas pelos movimentos feministas buscando atribuir a elas problemas de ordem pessoal em sua vida afetiva, assim, a ausência de parceiro seria a origem de suas angústias e não as opressões que sofre em sociedade.

Figura 62 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Outros comentários também estereotipam as pautas dos movimentos feministas que questionam os padrões estéticos impostos pela sociedade categorizando as mulheres destes movimentos como descuidadas de sua aparência, tentando associar, por meio de um imaginário grotesco, um sentido de asco e nojo contra essas mulheres, que seriam descuidadas de sua aparência.

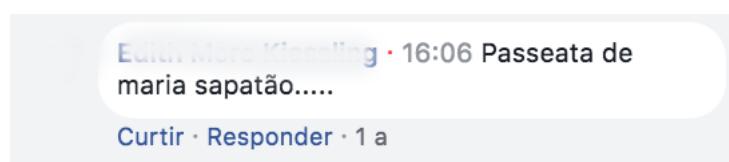
Figura 63 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

Além do discurso sobre a aparência e a estética das feministas, também há um outro sobre sua sexualidade. Neste sentido, dentro da estratégia discursiva de configurá-las como um tipo diferente de mulher, uma “não mulher”, também se encaixa o discurso sobre sua sexualidade, ou seja, a mulher dentro dos movimentos feministas está fora da heteronormatividade e possui um comportamento “desviante”, sendo assim estereotipada genericamente como lésbica, de forma pejorativa.

Figura 64 – COMENTÁRIOS EM POSTAGEM DO SITE DE REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Captura realizada pela autora

5 CONCLUSÃO

O que o feminismo tem a ver com o Dia Internacional da Mulher? Essa pergunta feita no título deste trabalho parece descabida tendo em vista o histórico de mobilização construído ao redor da data. Contudo, o *corpus* de pesquisa analisado neste trabalho demonstra que discursos como este não são de todo estranhos no ambiente dos sites de rede social.

A pesquisa buscou levantar como o embate entre os discursos presentes nas caixas de comentários de notícias veiculadas no site de rede social Facebook ressignificam os discursos sobre o movimento feminista durante o Dia Internacional da Mulher, nos anos de 2017 e 2018.

Primeiramente, é notório que, embora os veículos de mídia tenham dado especial atenção aos movimentos feministas em 2015, apelidando a mobilização protagonizada pelo ciberfeminismo de “Primavera Feminista” e sua repercussão como movimento de rua, entre os 20 veículos pertencentes ao ranking da ANJ, durante o Dia Internacional da Mulher, nenhum veículo tenha realizado postagens sobre manifestações de movimentos feministas nas ruas em 2018. Assim, o protagonismo do próprio movimento feminista não foi pauta nas postagens dos 20 maiores veículos em circulação digital durante uma data simbólica do movimento.

Já no ano de 2017, foi possível encontrar entre os veículos, ainda que de forma pouco numerosa, postagens que tratassesem dos movimentos feministas. Nessas postagens, percebeu-se a ocorrência de temáticas que se repetiam em todos os conteúdos.

Por intermédio da análise de conteúdo, estas temáticas foram categorizadas para verificar, por meio de uma abordagem quantitativa, sua representatividade dentro dos materiais analisados. Assim, foi possível perceber que nas postagens analisadas havia maior tendência de manifestações contra os movimentos feministas. Outro aspecto identificado foi a presença de violências verbais, com a presença de ofensas, palavrões e assédios, variando entre 10% e 30% entre as postagens. Analisou-se também a presença de indicativos sobre orientações políticas dentro dos comentários; após as análises, foi possível perceber que a maioria das postagens fazia menção ao espectro político da esquerda. Por fim, também se identificou a presença de estereótipos sobre o feminismo, em todas as postagens foram identificados

comentários com este teor, variando a presença e o número dos estereótipos identificados.

Com a análise dos discursos presentes nas postagens, é possível concluir que estão em uso práticas discursivas que buscam ressignificar o pluralismo dos movimentos feministas como um movimento singular, assim, todo movimento é enquadrado como apenas um grande grupo que engloba todos os discursos, seus acertos e erros, tanto coletivos como individuais.

Apesar de serem avaliados conteúdos que tratam especificamente dos movimentos feministas por meio de coberturas de manifestações ou de resgates históricos desses movimentos, as interações avaliadas nos veículos O Globo, Folha de S. de São Paulo, A Tarde e Estado de S. Paulo manifestaram, em sua maioria, discursos contra os movimentos feministas, sendo a postagem da Folha de S. Paulo a única que apresentou interações mais favoráveis ao feminismo.

Dentre as temáticas levantadas, percebeu-se a ocorrência repetida de interações que citavam o pensamento político da esquerda. Ao avaliar as postagens, percebeu-se que praticamente não aparecem outras orientações de pensamento político, apenas variando a forma de citar a esquerda, entre o termo esquerda em si, ou comunismo, marxismo e etc. Notou-se que as ocorrências buscavam configurar os movimentos feministas como movimentos de esquerda e assim transferir a eles todo imaginário negativo construído tanto no contexto histórico quanto no contexto atual para esses movimentos e, assim, buscar inviabilizar seus discursos, questionando sua legitimidade como movimento social.

Também foram encontradas formas de discurso tóxico ou violento por meio de assédio, apelidos, palavrões, ofensas e ameaças. Aqui destaca-se o uso de uma prática específica que busca utilizar tarefas domésticas como forma de atacar as mulheres feministas, desta forma, ao ofendê-las utilizando um argumento que está em pauta em suas negociações de sentido, estes discursos procuram limitar a presença das mulheres no espaço público, buscando delimitar ao espaço doméstico, ao mesmo tempo que utilizam uma estratégia para provocar as ativistas.

Por fim, também os estereótipos específicos encontrados nas interações ressaltam a dinâmica endogrupo-exogrupos ao buscar atribuir características específicas aos movimentos feministas e destacá-las como um grupo particular, tanto por intermédio de uma estratégia que separa feministas ideais dentre as feministas radicais – as feminazi –, bem como estratégias que visam a separar feministas de

outras mulheres por não as considerarem parte do mesmo todo. Esta é uma dinâmica bastante evidente nos discursos, que chegam a ser bastante claros ao negar às feministas a sua própria existência como mulheres, assim, foram encontrados discursos que não consideram feministas como mulheres, bem como discursos que buscam caracterizar as feministas ideais.

Dentro desta dinâmica de endogrupo-exogrupo, alguns estereótipos foram encontrados em numerosas ocorrências, como é o caso do estereótipo atribuído às feministas como ativistas que exibem seus corpos e seus seios, bem como o estereótipo atribuído às ativistas como somente pertencentes ao pensamento político de esquerda. Assim, esses estereótipos moldam um imaginário sobre um grupo singular do movimento feminista, imbuído de sentidos de radicalismo em suas formas de protesto e pensamento.

Tendo em vista que estes discursos buscam moldar a luta feminina, buscando ressignificá-la de formas negativas, é preciso buscar sentidos que ampliem o pluralismo do movimento feminista por meio da cobertura midiática, dos movimentos feministas ou de outras dinâmicas que podem ser frutos de novas pesquisas.

A pesquisa concentrou-se nas interações dos comentários no *sítio* de rede social Facebook e na sua dinâmica com o conteúdo veiculado por jornais na cobertura do Dia Internacional da Mulher, contudo, percebe-se a importância de, além destas ressignificações encontradas nas interações, buscar pesquisar como se dá a cobertura jornalística e também nos veículos de mídia alternativa sobre esta data.

Quando Heidegger nos desafia a desocultar a essência da técnica, aqui esta busca pela essência também não foi esgotada e talvez nunca seja, mas questionar a tecnologia é um caminho para uma livre relação com ela, e esta reflexão, bem como os resultados desta pesquisa, quem sabe possam contribuir para liberar as mulheres de significados que buscam aprisionar e diminuir a sua luta.

6 REFERÊNCIAS

- ANJ. Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano (2015). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>.
- ARAÚJO, B. Facebook começa a esconder links que possam ser 'caça-clique'. *Revista Veja*, 17 de maio de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-comeca-a-esconder-links-que-possam-ser-caca-clique.ghtml>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Almedina, 2016.
- BARSTED, L. D. Em Busca do Tempo Perdido Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, (94), p. 1-17, 1994.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Vol. 13). Petrópolis: Vozes. (2015).
- BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo – A experiência vivida. vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- _____. O Segundo Sexo - Fatos e Mitos. 3. ed., vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BETIM, F. As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. *El País*, 8 de 11 de 2017. Disponível em: <https://brasilelpais.com.brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html>. Acesso em: 16 de 03 de 2018.
- BLAY, E. A. 8 de março: Conquistas e Controvérsias. *Revista Estudos feministas*, 2001.
- BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, v.15, n. 45, set./dez. de 2010.
- BORGES, J. V. Para além do "Tornar-se": ressonâncias das leituras feministas de o segundo sexo no Brasil. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90067/238949.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 de março de 2018.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- BRASIL. Código Civil. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 12 de março de 2018.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BUTLER, J. (2016). *Problemas de gênero – femininismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2016.

CARAZZAI, E. H. (2018). Senado pressiona Zuckerberg em depoimento e o acusa de negligência. *Folha de S. Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/em-depoimento-de-zuckerberg-senadores-questionam-modelo-do-facebook.shtml>>.

CARREIRA, S. D. Uma história de Mulheres: A genealogia Feminina em *Sula*, de Toni Morrison. *Revista da Anpoll*, 1, 06 de 2010.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. Wiley. 2016

COMASSETTO, L. R. Internet, a ilusão democrática. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003. *Anais...* Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35717498/internet_a_ilusao_democratica.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1512693770&Signature=zzaHnbs4U5LYUS5Yful52sleu4U%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DInternet_a_ilusao_democratica.pdf>.

COMPROMISSO E ATITUDE. O Caso *Maria da Penha na Comissão de Direitos Humanos da OEA*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>>.

COMSCORE. *Futuro Digital Global em Foco 2015*. Disponível em: <http://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2015/Futuro-Digital-Global-em-Foco-2015?cs.edgescape_cc=US>. Acesso em: 8 de dezembro de 2017.

CORTÊS, I. R. A Trilha Legislativa da Mulher. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova história da mulher*. São Paulo: Contexto, 2016.

DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DUARTE, C. L. *Nísia Floresta*. Recife: Massangana, 2010.

EMOJI. In: OXFORD DICTIONARIES. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/emoji>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

ESQUINSANI, V.; MÜHL, E. H. *O diálogo ressignificando o cotidiano escolar*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ESTADÃO. *Facebook chega a 2,13 bilhões de usuários em todo o mundo*. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-chega-a-2-13-bilhoes-de-usuarios-em-todo-o-mundo,7000217306212>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

FACEBOOK. Facebook para empresas. *Apresentamos um novo formato de anúncio em tela cheia no Facebook para dispositivos móveis*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/news/Apresentamos-um-novo-formato-de-anuncio-em-tela-cheia-no-Facebook-para-dispositivos-mveis>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

_____. *Como faço para criar fotos 360?* Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/831943030271035>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

_____. *Como faço para usar o meu perfil?* Disponível em: <https://www.facebook.com/help/133986550032744?helpref=faq_content>. Acesso em: 8 de dezembro de 2017.

_____. *Como faço para criar uma página?* Disponível em: <https://www.facebook.com/help/104002523024878?helpref=about_content>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

_____. *Como faço para reagir a uma publicação ou um comentário?* Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/933093216805622>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

_____. Envolvimento com a publicação. Disponível em: <<https://www.facebook.com/business/help/735720159834389>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018,

FERNANDES, M. PEC 'Cavalo de Troia': Deputados dão 1º passo para criminalizar aborto em todos os casos no Brasil. *Huff Post Brasil*. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2017/11/08/pec-cavalo-de-troia-deputados-dao-1o-passos-para-criminalizar-aborto-em-todos-os-casos_a_23189424/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

FOGGIATO, F. Câmara Municipal de Curitiba. *Dia Internacional da Mulher: a conquista do voto feminino*. 2015. Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=24300#&panel1-4>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

FOLHA DE S. PAULO. *Internautas fazem 'vomitaco' contra Temer e PMDB nas redes sociais*. 11 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770191-internautas-fazem-vomitaco-contra-temer-e-pmdb-nas-redes-sociais.shtml>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

_____. *Entenda o Dia da Mulher: confira fatos marcantes da história da mulher*. 8 de março de 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864604-entenda-o-dia-da-mulher-confira-fatos-marcantes-da-historia-da-mulher.shtml?cmpid=facefolha>>. Acesso em: 14 de maio de 2018,

FORTUNE. *Facebook Is Changing Its News Feed Algorithm Again*. 30 de junho de 2017. Disponível em: <<http://fortune.com/2017/06/30/facebook-news-feed-algorithm-change-2017/>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2017.

G1. Facebook tem o maior IPO entre empresas de internet nos EUA. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/05/facebook-tem-o-maior-ipo-entre-empresas-de-internet-nos-eua.html>>. Acesso em: 12 de 05 de 2018.

_____. Museu de Porto Alegre encerra exposição sobre diversidade sexual após ataques em redes sociais. Setembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/museu-de-porto-alegre-encerra-exposicao-sobre-diversidade-apos-ataques-em-redes-socias.ghtml>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

_____. *Pesquisa demonstra que repercussão do cancelamento do Queermuseu foi insuflada por robôs na internet*. Fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/pesquisa-demonstra-que-repercussao-do-cancelamento-do-queermuseu-foi-insuflada-por-robos-na-internet.ghtml>>. Acesso em: 05 de março de 2018,

GALETTI, C. C. *Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo*. Disponível em: <<https://www.paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/533-4654-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2018.

GOMES, C.; SORJ, B. *Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. Sociedade e Estado*, 1, julho de 2014.

GONÇALVES, E.; PINTO, J. P. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, (36), janeiro de 2011.

_____. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, vol. 36, 2011.

GOULART, I. B.; BREGUNCI, M. D. *Interacionismo simbólico: uma perspectiva psicossociológica*, out/dez de 1990. Em aberto.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), p. 1360-1380, maio de 1973.

HEIDEGGER, M. Uma carta. In: O Fim da Filosofia ou a Questão do Pensamento. São Paulo, 1972.

_____. *Ensaios e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2012.

HEMMINGS, C. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, 17(1), p. 1-27, janeiro-abril de 2009.

HIRATA, H. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26, 2014.

HIRATA, H.; LABORIE, F.; DAORÉ, H. I.; SENOTIER, D. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

INGRAM, D. Facebook hits 2 billion-user mark, doubling in size since 2012. *Reuters*. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-facebook-users/facebook-hits-2-billion-user-mark-doubling-in-size-since-2012-idUSKBN19I2GG>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2017.

KRIPPENDORFF, K. Content Analysis: An Introduction to Its Methodology. SAGE, 2012.

KURTZ, J. (). Facebook inclui GIF como formato aceito oficialmente; veja seis dicas. Techtudo, 01 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2015/06/facebook-inclui-gif-como-formato-aceito-oficialmente-veja-seis-dicas.html>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

LAPOWSKY, I. The real trouble with trump's 'dark post' facebook Ads. *Wired*, 20 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.wired.com/story/trump-dark-post-facebook-ads/>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2017.

LEVY, P. *Cibercultura*. 34. ed. São Paulo, 1999.

MACEDO, J. M. A Moreninha. Biblioteca Nacional.

Maciel, D. A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26, 10 de 2011.

MARTINELLI, A. (2015). Mulheres estão usando 'mamilos masculinos' para responder à censura imposta ao corpo feminino nas redes sociais. *Huffpost Brasil*. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2015/07/13/mulheres-estao-usando-mamilos-masculinos-para-responder-a-cens_a_21687443/>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

MATOS, M. Movimentos e Teoria Feminista: É Possível Reconstruir a Teoria Feminista a Partir do Sul Global? *Rev. Sociol. Polít.*, 18(36), pp. 67-92. 05 de março de 2010.

Meio&Mensagem. (19 de Dezembro de 2016). Meio e Mensagem. Obtido em 8 de Dezembro de 2017, de Meio e Mensagem: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/12/19/42-ja-compartilharam-noticias-falsas-nas-redes-sociais.html>

MERRIAM-WEBSTER. *Definition of Queer*. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/queer>>. Acesso em: 14 de 03 de 2018.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLLOY, M. Why you should 'love' instead of 'like' the Facebook posts that really matter to you. *Telegraph*, 28 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/technology/2017/02/28/should-love-instead-like-facebook-posts-really-matter/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

MORAES, M. L. Mary Wollstonecraft e o nascimento do feminismo. In: WOLLSTONECRAFT, M. Reivindicação dos Direitos da Mulher. São Paulo: Boitempo, 2016. (Vol. 1).

NEPOMUCENO, B. *Protagonismo Ignorado*. In: BRASIL, N. H.; PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. São Paulo: Contexto, 2016.

NETO, F. Narratividades jornalísticas no ambiente da circulação. In: SOSTER, D.; PICCININ, F. *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012.

OLGA, T. (2015). *Hashtag Transformação: 82 mil tweets sobre #primeiroassedio*. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 16 de 03 de 2018.

O'NEILL, B.; GIDENGIL, E. *Gender and Social Capital*. Grã-Bretanha: Routledge, 2006.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

OREMUS, W. (). Who Controls Your Facebook Feed. *Slate*. 06 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/technology/cover_story/2016/01/how_facebook_s_news_feed_algorithm_works.html>. Acesso em: 1 de dezembro de 2017.

PEDRO, J. M. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, C. R. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, vol. 18, 2010.

PRADO, M. L.; FRANCO, S. S. Participação Feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. *Revista da Famecos*, n. 12, p. 81-92, jun. 2000.

PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. 2001.

_____. (2012). The prosperous community – Social capital and public life. *The American Prospect*. Disponível em: <<http://staskulesh.com/wp-content/uploads/2012/11/prosperouscommunity.pdf>>. Acesso em: 09 de março de 2018.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIEDER, B. Studying Facebook via Data Extraction: The Netvizz Application. *WebSci*. 2-3 de maio de 2013.

ROCHA, F. d. (2017). *A quarta onda do Movimento Feminista: o fenômeno do ativismo digital*. 137 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6728/Fernanda%20de%20Brito%20Mota%20Rocha_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de 03 de 2018

RUE, F. L. *Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression*. United Nations. 20 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/14session/A.HRC.14.23.pdf>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2017.

SACCHET, T. Capital Social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião Pública*, 15(2), nov. de 2009.

SALIN, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. São Paulo: Autêntica, 2012.

SAMPAIO, S. M.; SANTOS, G. G. O interacionismo simbólico como abordagem teórica aos fenômenos educativos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 2011.

SOIHET, R. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

TEIXEIRA, C. A. (2012). A Origem do Facebook. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

TELLES, N. (2017). Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, C. B. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. vol. 4.

THE NEW YORK TIMES. Facebook e seu limite de 5.000 amigos. *Revista Veja*, 30 de maio de 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/facebook-e-seu-limite-de-5-000-amigos/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

TOZETTO, C. (). Facebook muda algoritmo e reduz alcance de notícias. *O Estado de São Paulo*, 13 de 01 de 2018. Disponível em:

<<http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-muda-algoritmo-e-reduz-alcance-de-noticias,70002149049>>. Acesso em: 12 de 02 de 2018.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação*. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEBER, R. P. *Basic Content Analysis* (Vol. 2). Sage, 1990.

WIKIPEDIA. Graphics Interchange Format. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Graphics_Interchange_Format>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

WILSON, J. K. *The Most Dangerous Man in America: Rush Limbaugh's Assault on Reason*. Nova Iorque: St. Martin Press, 2011.

WOLLSTONECRAFT, M. *Reinvindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.